

Sessenta Tuna Académica de Lisboa – Casos Práticos 79DP

1. António adquire a Bento um carro desportivo antigo, julgando que o mesmo pertencera a um corredor famoso. Tal no entanto não corresponde à verdade.

Emitiu uma declaração negocial e a lei diz-nos que devem ser esclarecidas, livres, correspondam a um acto de autonomia livre de qualquer constrangimento externo, e que sejam bem exteriorizadas, o que significa que o sentido que dela retiramos deve ser coincidente, de acordo com o 236º - com a decisão que o declarante tomou a propósito dos efeitos jurídicos que quer ver produzidos.

1º - É neste caso um problema de esclarecimento – somos remetidos para a aplicação do regime do erro vício previsto nos artigos 251º-254º

2º - O erro vício divide-se em dois: erro simples ou qualificado por dolo. Temos que ver se existiu ou não dolo. No sentido do 253º se existiu dolo, devemos começar por aplicar o artigo 254º.

Neste caso somos remetidos para o erro vício simples, pois não há dolo.

3º - Temos que ver qual a matéria sobre a qual recaiu o erro. As alternativas são: pessoa ou objecto do negócio (251º) ou a base do negócio (252º/2). A todos os outros casos aplicamos o 252º/1.

Se é sobre o objecto aplicamos o 251º.

(Nota: *Pertença da coisa também pode ser outros motivos determinantes da vontade, aplicando-se aqui o 252º/1*)

4º - O 251º remete-nos para o 247º que nos diz quais os requisitos necessários para que a declaração seja anulada. Para que seja inválida devem estar verificados os requisitos que a lei estabelece: deve mostrar-se que o elemento era essencial para o declarante (essa essencialidade pode ser absoluta ou relativa, Caderno I, p.50), que o declaratório conhecia ou devia conhecer esta essencialidade.

- a) Era essencial para o declarante;
- b) O declaratório não conhecia esta essencialidade e nada nos diz que devia conhecer.

O erro é neste caso irrelevante, não afecta a validade da declaração.

Atenção = tudo o que não está na hipótese não existe. Temos de ter em atenção ao caso, só ao que é dito.

2. António adquire a Bento um carro desportivo antigo dizendo a Bento que há muito queria adquirir o referido carro, com o qual um corredor famoso tinha ganho tantas corridas. No entanto o carro nunca tinha pertencido ao referido corredor famoso, o que Bento bem sabia. Ainda assim, Bento optou por nada dizer a António.

1º-Estamos perante uma declaração isenta de vícios ou não? Não. O António emite declaração com uma incorrecta representação da realidade: pensa que a realidade é uma quando é outra. Os pressupostos em que assenta para a emissão da declaração, não é o real.

2º - Somos remetidos para a aplicação do regime do erro vício.

3º - Há dolo ou não nos termos do 253º? Em primeira instância somos remetidos para o 254º. Não havendo somos remetidos para o 251º e 253º.

O Bento manteve o António em erro. Sabe que ele está em erro, tem na sua posse informação que o pode retirar do erro, mas opta por não dizer nada.

A lei é muito ampla, não é necessário que crie erro, basta que tenha consciência e nada faça, que haja uma dissimulação. **Neste caso encontramos por isso perante uma situação de dolo.** Com base no 253º/1. Mas o 253º/2 dá-nos outra perspectiva que devemos ter em conta – não é dolo ilícito sugestões usuais consideradas legítimas, e não esclarecimento do erro. **Neste caso incidimos sobre esta segunda parte.** Assim, só é ilícito se houver dever de informar fundado na lei, negócio jurídico ou convenções. **As concepções dominantes fazem apelo a uma via ética, que são violadas neste negócio, o que leva à ilicitude do dolo.**

4º- Aplicamos agora o artigo 254º: devemos distinguir as situações em que tem origem no próprio declaratório, daquelas em que tem origem num terceiro. Neste caso o erro foi mantido por dolo do declaratório – o Bento. Aplica-se portanto a 1ª parte do 254º/1. Pode por isso anular-se a declaração, no prazo de um ano a contar da cessação do vício – a cessação do vício dá-se quando o erro desaparece, ou seja, quando o declarante recebe uma representação correcta da realidade. (Artigo 287º - regime da anulabilidade).

O que é relevante é o declarante ter proferido declaração em erro, esse erro ser causado por dolo e o declaratório manter o declaratório em erro.

2.1 - Um terceiro oferece ao Bento o dobro do preço pelo carro em questão. Pode o Bento anular o negócio com o António e vender o carro ao Carlos, com fundamento neste vício?

Não porque só o declarante pode anular nos termos do n.1 do 287º, que é relevante para resolver questões de legitimidade e prazo. Só aquele no interesse do qual a anulabilidade foi estabelecida, neste caso o declarante, tem legitimidade para anular o contrato. É este que é protegido.

3- António adquire a Bento um carro desportivo antigo, dizendo a Carlos, seu amigo, que há muito queria adquirir o referido carro, com que um corredor famoso tinha ganho tantas corridas. No entanto, o carro nunca tinha pertencido ao referido corredor famoso, o que Carlos bem sabia.

Ainda assim, Carlos optou por nada dizer a António para não decepcionar o amigo.

1º - A declaração não corresponde ao paradigma ideal: não é esclarecida, assenta em pressupostos que não são correctos. Remete-nos directamente para o regime do erro vício.

2º - Vemos se existiu ou não dolo nos termos do artigo 253º. Existindo dolo, que é o caso na medida em que o terceiro tem consciência que está a manter o António em erro (dissimulação do erro) aplicamos o artigo 254º. Não há razão para dizer que seja lícito nos termos do 253º, portanto partimos logo para o 254º.

3º - No 254º verificamos se o erro é do próprio declaratório ou de terceiro. Neste caso tem origem num terceiro, portanto aplicamos o regime do 254º/2. Daqui resulta que o dolo do terceiro só determina a anulabilidade da declaração se o declaratório conhecesse ou devesse conhecer a existência do dolo. Neste caso Bento conhecia o dolo de Carlos? Não, nem devia conhecer.

O dolo é neste caso irrelevante. Não é por si só causa de anulabilidade da declaração.

4º - Devemos analisar então face ao regime do erro vício simples -> a declaração continua viciada por erro, que não obstante a irrelevância do dolo, continua a declaração a ser anulável. Portanto vamos guiar-nos à luz do artigo 251º ou 252º.

5º - Temos que ver qual o elemento sobre o qual recai o erro, em especial se é sobre a pessoa ou objecto do negócio, base do negócio ou outro. É sobre o objecto, aplicamos por isso o 251º que nos remete para o 247º.

6º - Vamos agora então verificar se estão cumpridos os requisitos de relevância para a anulabilidade da declaração. Requisitos: essencialidade do elemento para o declarante e o conhecimento ou o facto de dever conhecer, tal essencialidade.

O elemento sobre o qual recaiu o erro era essencial sobre o declarante, mas nada se diz sobre o conhecimento que ao declaratório tivesse sobre a essencialidade desse elemento, nem que a devesse conhecer. Não obstante estar sobre um elemento essencial falta o segundo requisito, pelo que **a declaração não é anulável**.

4-António adquire a Bento um carro desportivo antigo, dizendo a este que há muito queria adquirir o referido carro, com o qual um corredor famoso tinha ganho tantas corridas. Bento também pensava que o carro em causa tinha pertencido a este corredor, mas tal não correspondia à verdade.

A declaração é emitida numa declaração incorrecta da realidade, somos por isso remetidos para o regime do erro vício.

Devemos por isso verificar se existiu ou não dolo. Caso concluamos que sim, devemos verificar se a ilicitude é excluída pelo n.2 do 253º.

1º- Não existiu dolo pois nem o declaratório nem terceiro tinham intenção nem consciência de induzi ou manter o declarante em erro. Excluimos por isso a existência de dolo.

2º - Passamos para o regime erro simples – 251º ou 252º. Qual o elemento sobre o qual recaiu o erro. Estamos perante um erro sobre o objecto do negócio -> 251º que nos remete para o 247º onde iremos verificar se o erro é ou não relevante para a invalidade da declaração.

3º - Apesar da essencialidade o declaratório conhecia essa essencialidade portanto a declaração é anulável. **Apesar de desconhecer o erro, conhecia a essencialidade do elemento sobre o qual o erro recaiu.**

Na hipótese estão verificados os dois pressupostos, sendo por isso a declaração anulável e de acordo com o 287º, a anulabilidade pode ser arguida por António a partir do momento da cessação do vício, quando descobrir que o carro não pertence ao corredor famoso e as consequências são, segundo o 289º, devolução do dinheiro por parte de Bento e a devolução do carro por parte de Bento.

5.B aluno da faculdade apanha o táxi de A e pede-lhe urgência para chegar à faculdade por estar atrasado para um exame. A exige então o pagamento de 50€ para um percurso que habitualmente não custa mais de 6€.

1º - Saber se a declaração de A a B é válida, admitindo que B aceitou pagar os 50€. É uma decisão esclarecida porque representa correctamente a realidade, mas não é inteiramente livre na medida em que B se encontra numa situação de necessidade e o declaratório apercebendo-se de que se encontra nessa situação explora B.

Não há uma ameaça logo não nos encontramos perante uma situação de coação moral. Encontramo-nos sim perante uma situação de exploração que apenas determina a invalidade nos termos do negócio usurário nos termos do 282º e 283º.

2º - Nos termos destes artigos é necessário que a caracterização do comportamento das fases na fase de emissão da declaração se projecte no seu conteúdo, é necessário que haja uma concessão benefícios excessivos e injustificados o que é o caso. Assim, para que a DN seja anulável é necessário que estejam previstos os pressupostos do nº1: "obtiver deste, para si ou para terceiro, a promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados." Eles estão pressupostos, dado que A identifica a situação de necessidade, e explora-a no sentido de obter benefícios injustificados de B, então a DN é inválida. A consequência é que o negócio é anulado. Mas entretanto já se passou algum tempo... Artigo 289, nº1- o A estaria em condições de restituir ao B os 50 euros que tinha recebido, no entanto o B não tinha maneira de restituir

a A o que este lhe prestou. **O taxista deveria restituir os 50€, no entanto o B teria de devolver a prestação em valor (6€), pois a restituição em espécie não é possível.**

Se alguma das partes optasse pela modificação da declaração, chegaríamos ao mesmo, pois nos termos do artigo 283, se alguma das partes optasse pela sua modificação, de forma a suprir dele os benefícios injustificados ou excessivos, chegar-se-ia à mesma conclusão. Os benefícios excessivos seriam o preço excessivo do normal praticado pelo taxista.

6. A chefe de um gangue, durante o assalto a um banco em que mantém retida várias pessoas, diz a B, gerente do banco, que compra a sua moradia por 100 mil euros garantindo que, caso aceite, B será o primeiro a ser libertado.


B sabendo que a moradia vale mais de 1 milhão de euros responde “você manda” e assinam de imediato um contrato promessa.

B, quando libertado, pretende desvincular-se do referido contrato. O A dispõem-se a pagar o preço justo.

1º - Esta é uma decisão completamente **esclarecida**. Manifestamente não é uma decisão livre sendo que B se encontrava moralmente coagido. Aplicando os critérios do 236º era razoável que o B visse o comportamento do A como uma ameaça.

2º - Não sendo a decisão livre, em abstracto podemos falar de coacção moral, incapacidade accidental ou negócio usurário (três figuras em que a liberdade do sujeito se encontra substancialmente limitada). Devemos afastar a situação de incapacidade accidental, artigo 257, "devido a qualquer causa" - funciona como um regime geral, e neste caso temos um caso específico, ou seja, a ameaça, no artigo 255º. Aplicaríamos o n.1 do 255º e a consequência seria a anulação nos termos do 256º. Neste caso a coação não provém de terceiros mas sim do declaratório pelo que não é necessária nenhuma verificação suplementar da 2ª parte do referido artigo, pois assim que provenha do declaratório é automaticamente anulável.

3º - Tal significa que B tinha um ano a partir da sua libertação para arguir a anulação da declaração nos termos do artigo 287º.

Ver a diferença para decidir : *Coacção moral e negócio usurário* – em ambos os casos estamos perante uma situação em que a liberdade de decisão do sujeito está condicionada. O que os distinguem é a causa que afecta essa liberdade. Na coacção moral o declaratório ameaça o declarante no sentido de obter dele a emissão da declaração. No negócio usurário há uma situação de inferioridade que é aproveitada pelo declaratório no sentido de o explorar, obtendo a declaração.

No caso do negócio usurário, nos termos do 283º, a disponibilidade do A para alterar o contrato seria relevante. Porém, sendo uma situação de coacção moral, não é em nada relevante pelo que a declaração seria anulável de qualquer das formas.

7. A telefona para o vendedor de automóveis, B, dizendo querer ficar com o carro da marca X exposto na montra à venda por 10 mil euros pagando no mesmo dia por transferência bancária.

No entanto, o carro que A pretende comprar fora entretanto substituído por outro de modelo inferior, porém da mesma marca.

A) - B pretende entregar a A o carro exposto na montra e A não quer aceitar. (A não identificou o preço na sua declaração negocial)

A liberdade de decisão não foi afectada - sobram duas alternativas: ou estamos perante um defeito na representação da realidade, ou estamos perante um defeito na

exteriorização da decisão. Qual foi a decisão que ele tomou? Comprar o carro da montra, que estava na montra e que custava 10.000. Na tomada desta decisão não há nenhum erro. Não temos nenhuma informação de que ele tenha cometido erros quanto às características do carro, portanto pressupomos que ele tenha tomado a decisão de forma esclarecida. Então qual é o problema que temos? Problema na exteriorização da decisão: há uma divergência entre o sentido que o B atribui à DN, segundo os critérios do artigo 236 e os efeitos que o declarante quis ver produzidos.

Estamos perante um erro na declaração - os efeitos atribuídos àquela declaração são diferentes daqueles que o declarante queria que fosse tomada.

B) Imaginem que está lá um carro que custa 10.000, e passado um dia muda para 5.000. E o A diz que quer o carro de 10.000 euros que está na montra.

De acordo com o artigo 236, o declaratório sabia que, havendo a troca do carro de 10.000 euros para 5.000, afinal não havia erro nenhum. Numa visão de razoabilidade, de uma pessoa normal, o declaratório perceberia e sabia que ele queria o carro que tinha lá estado até ao dia anterior. Se A disser qual era o preço do carro e o carro que se encontra agora na montra não tiver o mesmo preço, B vai chegar à conclusão que o carro é o que estava ontem na montra, pelo que não há qualquer divergência entre os efeitos que queremos ver produzidos e os que efetivamente estão produzidos, não havendo qualquer erro vício. Tal interpretação é feita nos termos do 236º.

C) Partamos do pressuposto que ele não identificou o preço e disse apenas que queria o carro que estava na montra.

Ele na prática tomou uma decisão e o sentido da DN mostra que ele quer comprar o carro y, e não o x. Estamos perante o erro na declaração - artigo 247. Quando em virtude de erro a vontade declarada (eu quero comprar um carro da marca x independentemente do modelo), não corresponde à vontade real do declarante (eu quero comprar o modelo x), temos de ver o artigo 247 - erro na declaração.

Para que o erro seja relevante ou determine a anulabilidade da DN tem de estar verificados dois requisitos cumulativos: que o elemento sobre o qual recaiu o erro seja essencial e que essa essencialidade seja conhecida ou devesse ser pelo declaratório. No presente caso, é evidente que é essencial o modelo do carro - a matéria sobre o qual recaiu o erro. O declaratório conhece essa essencialidade? Não temos informação. Ele deveria conhecer essa essencialidade? Sim, qualquer pessoa normal, ainda por cima um vendedor de automóveis, sabe que a essencialidade da compra de um automóvel é o seu modelo - artigo 247 (matéria sobre a qual o erro recai - o que deve ser conhecido não é o erro, mas a essencialidade da matéria sobre o qual o erro recai: neste caso o modelo do carro). Assim, a DN deve ser anulada.

7.2 - O A constata o engano e pretende reaver o seu dinheiro. B nega-o entregando-lhe o carro que tinha estado na montra do modelo X, e o A recusa.

1º - Continua a haver um erro na exteriorização da decisão, porém o B pretende suprir o erro. Neste caso, nos termos do 248º, A perde o direito à anulação porque deixa de ter fundamento legítimo para anular a partir do momento em que o declaratório aceita a declaração com o sentido que o declarante lhe quis dar. A anulabilidade não procede e o NJ torna-se válido.

8.A, aluno que vai ingressar na universidade, tendo errado ao consultar as pautas de acesso, pensa que entrou na FDUNL e arrenda uma casa a B revelando o motivo do arrendamento. A para grande tristeza verifica posteriormente ter sido colocado em Coimbra.

1º - Incorrecta representação da realidade que nos remete para o regime do erro vício.

2º - Existiu dolo? Não. Somos portanto remetidos para o regime do erro vício simples. Qual o elemento sobre o qual recaiu o erro?

3º - O erro recai sobre a base do negócio, ou seja, as circunstâncias sobre a qual foi feito o negócio. É necessário que sejam circunstâncias comuns, em que ambas as partes fundaram a decisão de contratar. Assim sendo, não estamos perante este caso. O facto de a outra parte reconhecer tal essencialidade da circunstância, não quer dizer que tenha sido esse o motivo que o levou a fazer a declaração. Não há um pressuposto comum a ambas as partes, o B apenas toma conhecimento da essencialidade daquela matéria para B, mas não a aceita como base do negócio.

4º - O erro recai sobre outros motivos, porém não é anulável. Apesar de uma das partes atribuir essencialidade ao motivo que o levou a fazer o negócio, o outro deveria também ter acordado que o motivo que o levou a fazer tal acordo assentava também na mesma essencialidade. Não foi uma essencialidade reconhecida por ambas as partes, apenas por uma delas, logo NÃO É ANULÁVEL, com base no 252º/1.

9. A escreve a B no dia do casamento desta: “Dou-te todos os meus anéis”. B responde agradecendo. A entrega a B todos os seus anéis, excepto aquele de que B mais gosta e que tinha um valioso relógio incorporado. A renega-se a entregar esse anel, dizendo que se trata de um relógio e não de um anel.

1º - A emitiu declaração negocial, fazendo uma doação. Foi uma decisão esclarecida e livre e a vontade declarada é correspondente com a vontade real. A aplicação dos critérios do 236º são insuficientes para esclarecer.

2º - Aplicamos desta feita o 237º. A não terá que oferecer o anel/ relógio pois é o sentido menos gravoso para o disponente, ou seja, A.

3º - A declaração não tem nenhum vício porque foi esclarecida, livre e o **sentido que atribuímos à declaração**, interpretada de acordo com os critérios mais relevantes 236º e seguintes, contando em especial o 237º, é um sentido **inteiramente coincidente com a decisão que A tomou**.

10. A pretende vender a sua luxuosa casa, embora não tenha piscina. A contacta Z, mediador imobiliário, a quem promete 5% do valor da venda se lhe encontrar comprador por mais de 2 milhões de euros. B emigrante vê as fotos da casa e presume que a mesma tem piscina, o que refere incidentalmente numa conversa com Z. Z responde “também eu gostaria de lá apanhar bons banhos de sol, a casa é um brinco, tem todos os luxos”. B compra a casa por 3 milhões de euros e quando meses mais tarde vem a Portugal depara-se com a casa sem piscina.

Existe algum vício que afecte a validade da declaração de B?

1º - Existe um problema na representação da realidade. A decisão que B tomou não foi plenamente esclarecida, pois assentou num pressuposto falso. Somos remetidos para o regime do erro vício.

2º - Há dolo? Sim pois Z manteve B em erro. Não corresponde a um comportamento eticamente admissível pelo que é ilícito. Aplicamos portanto o 254º.

3º - No 254º vamos identificar quem foi o autor do dolo, neste caso um terceiro. **A não conhecia o dolo**. Mas devia conhecer?

1. **Se sim**, a declaração é anulável.

2. **Se não** devemos ter em conta a 2ª parte do n.2 do 254º. Tirando Z um benefício da declaração, e no caso de a declaração não ser anulada, é anulável a relação ao Z na

percentagem do preço que iria ser restituído a B. Não há uma anulação de todo o negócio. O dolo não é relevante, porém isso não significa que o erro não o seja. Somos portanto remetidos para o regime do erro vício simples.

4º - Vamos ver qual o motivo sobre o qual recaiu o erro, neste caso foi sobre o objecto do negócio 251º -> 247º. Na medida em que demonstramos que estão presentes os dois requisitos pedidos no 247º, a declaração é anulável.

Era essencial para o declarante mas em abstrato nada nos leva a dizer que era conhecida ou deveria ser. Desta feita, **a declaração não seria anulável nos termos do regime do erro simples nem do dolo.**

5º - Se no entanto se considerar que Z está a atuar ao abrigo de uma procuração, então ainda que não se possa imputar o dolo de Z a A (porque a procuração não cobre atos ilícitos), devo imputar a A o conhecimento que Z do dolo que ele próprio pratica referido no 254º/2: “a declaração só é anulável se o destinatário tinha ou devia ter conhecimento dele”, na medida em que o artigo 259º prescreve que “é na pessoa do representante que deve verificar-se, para efeitos de nulidade ou de anulabilidade da declaração (...) o conhecimento ou ignorância dos factos que podem influir nos efeitos do negócio”, ou seja é na pessoa de Z que se deve verificar o conhecimento do dolo. Se é Z que age em dolo tem logicamente conhecimento dele, **logo se admitíssemos que existe uma procuração então o negócio seria anulável por dolo de Z.**

11. A, proprietário de um clube de futebol, celebra com o **Sporting Clube de Portugal** um contracto para realização de um jogo de exibição. O A e o Sporting estavam certos da presença do Nani, facto que justificava o elevado preço acordado. Todavia, antes da realização do jogo o Nani sofre uma lesão que o impede de jogar. Portanto o A perdeu o interesse na realização do jogo.

1º - Temos de determinar se a decisão é livre, esclarecida e por fim, bem exteriorizada. Neste caso, a declaração não é bem esclarecida.

2º - No entanto, no momento em que a declaração é emitida (correspondente ao esclarecimento), não há uma situação de erro, mas sim de **alteração das circunstâncias**. A realidade alterou-se em termos adversos para a declaração emitida. Uma vez que as alterações verificadas são posteriores ao combinado na declaração, não existe um vício.

Se o Nani estivesse lesionado e o António não soubesse.

1º - Declaração tem ou não algum vício? Sim. A declaração não foi esclarecida -> regime do erro vício.

2º - Nos termos do artigo 253º existe dolo?

Pela subtracção de uma informação relevante. Na falta de indicação de que o interesse do Sporting era o interesse do Nani.

Na medida em que toda a negociação foi construída no pressuposto de que o Nani ia jogar, há dolo. Aplicamos o **artigo 254º** - quem causou o dolo? Declaratário -> o contrato é anulado.

No momento da celebração do contrato ambas as partes sabiam que o Nani estava lesionado mas a expectativa é que recupera-se em 15 dias e o jogo seria dali a um mês. A recuperação demora mais do que o previsto, levando a que daqui a um mês o Nani não esteja recuperado.

É um erro de fronteira entre o regime do erro sobre a base do negócio e alteração de circunstâncias superveniente à celebração do contrato.

O erro não se reporta só a factos passados mas também a factos futuros, se as partes falharem na previsão desses mesmos factos. Se uma parte ou ambas representarem uma determinada

evolução da realidade (neste caso na recuperação atempada de Nani) e essa evolução não se confirmar, podemos estar perante uma situação de erro. Ou seja, a incorreta representação da realidade que justifica o erro, não se reporta exclusivamente a factos presentes e passados, pode se reportar a factos futuros, se forem representados pelas partes e incluídos expressamente no processo de formação contrato.

Estamos aqui perante uma situação de erro, que as partes não foram surpreendidas com uma determinada evolução que não se confirmou. As partes assumiram como parte do programa que a declaração se refere e essa evolução não se viria a confirmar. As partes efetivamente erraram na representação da realidade.

Por defeito, o que acontece depois do contrato não releva em matéria de erro. Aquilo que releva para o erro é aquilo que é anterior ou contemporâneo do próprio contrato/DN. Só excepcionalmente aquilo que é posterior pode afectar a validade da DN: quando as partes assentaram especificamente a decisão de contratar na previsão sobre uma determinada evolução da realidade e portanto tem de resultar claro dos factos. Nesses casos excepcionais muito limitados diz-se que se traduz numa situação de erro.

Nota: Ver possíveis cenários e respectivas explicações no Caderno I, pp.82-86 e Resolução Casos para Preparação de Exame no Caderno II

12. A e B outorgaram uma escritura em que B comprava um imóvel por 200 mil euros metade do preço que realmente tinha pago, a fim de evitar o pagamento de impostos. C, titular com direito de preferência e desconhecendo o acordo entre A e B, pretende adquirir o imóvel pelos 200 mil euros.

1º - Existe alguma circunstância que em abstrato possa prejudicar a validade desta declaração?

A decisão é esclarecida, livre e se há uma adequada exteriorização desta decisão.

A decisão é esclarecida, livre (vícios que têm que ver com a formação da própria decisão são excluídos) porém não foi adequadamente exteriorizada. Segundos os critérios do artigo 236º não há uma coincidência entre os efeitos produzidos e aquilo que as partes acordaram. Existe uma divergência entre a vontade declarada e a vontade real.

2º - A divergência é intencional ou não intencional? É intencional, em abstrato podemos estar confrontados com a simulação, reserva mental.

Estamos perante uma situação de simulação porque estão verificados os requisitos do acordo 240º/1: tem que haver uma divergência entre a vontade real e do declaratório, deve resultar de um acordo entre as duas partes e tem que ser justificado pelo intuito de prejudicar terceiros.

3º - Consequência: a compra e venda por 200 mil euros é nula. A simulação é absoluta ou relativa? Neste caso é relativa porque as partes queriam efetivar um contrato com outro conteúdo diferente daquele que foi simulado. Por força do n.1 do 241º, o negócio dissimulado é válido. O n.2 do 241 deve ser considerado, porque o negócio em causa é de natureza formal; tendo sido observada forma prevista na lei mantém-se a validade do negócio. A escritura pública feita foi, porém, do negócio dissimulado e não do simulado. Logo, não bastaria dizer que estávamos perante uma escritura pública. Deveríamos dizer que esta é aproveitável para o negócio dissimulado.

Na generalidade dos casos, quem quer esconder uma coisa não a formaliza. Quando a lei admite tal aproveitamento, é razoável que o legislador está a admitir o aproveitamento do negócio simulado para o dissimulado, não a admitir que estes tenham utilizado a forma legal para o negócio dissimulado.

Relacionar o artigo 241º com as regras sobre a forma e em especial sobre a forma legal -> artigo 221º

Artigo 221º - Não é todo o conteúdo do contrato que deve revestir a forma legal. Em função das razões determinantes da exigência da forma temos que identificar os elementos que não podem deixar de estar consignado naquela forma. Tudo o que não seja estes elementos pode não revestir a forma legalmente exigida.

Remissão para o âmbito da forma legal

Artigo 238º - sempre que a divergência se reporte a algo que devesse estar incluído no âmbito da forma legal, essa divergência impede a validade do contrato.

Pelo contrário, se a divergência se reportar a algo que não seja revestido pela forma, então será possível salvar o negócio dissimulado, aproveitando a escritura do negócio dissimulado, aproveitando a escritura do negócio simulado – o aproveitamento é possível.

Se a correção do preço está incluído dentro do âmbito da forma legal não podemos aproveitar a escritura. Se por outro lado exceder o limite do âmbito da forma legal não é impedimento para o aproveitamento da escritura.

É ou não possível aproveitar a forma do negócio simulado para o negócio dissimulado?

Depende da divergência que exista entre o negócio simulado e dissimulado;

A que elemento se reporta esta divergência: é dos que justifica a forma, em relação às razões que o determinam?

1º - O negócio tem um preço mas não o preço real.

2º - A correção do preço é algo que consideramos incluir no âmbito da forma legal?

- Todos os elementos da compra e venda, não obstante haver uma informação incorrecta quanto ao preço.

Anula-se o negócio simulado, mas nos termos do 241º mantém-se o negócio dissimulado.

Mas temos um C, com direito de preferência:

Pode ou não exercer o seu direito de preferência? -> 242º

Neste caso falamos de uma boa-fé subjectiva e psicológica, nos termos do 243º/2º.

O n.1 do 243º diz-nos que o simulador não pode opor ao terceiro de boa-fé a simulação, neste caso ao C. A preferência significa igualdade de circunstância, ao aplicar o n.1 do 243º estaríamos a beneficiar o C, que compraria por 200 uma coisa que o outro comprou por 400. Se fizermos uma interpretação restritiva que atende à finalidade da norma, fazendo apelo ao elemento teleológico chegaríamos a um sentido mais curto que a letra. Não devem as partes ser prejudicadas na circunstância de haver simulação. **Não visa o 243º/2 que a simulação pudesse ser causa de atribuição aos mesmos terceiros de vantagens de que de outro modo não poderiam aceder. Protege-os sim de não serem prejudicados em caso de simulação, mas não pretende beneficia-los.**

Neste caso, o C tem efetivamente o direito de preferência mas sobre os 400 mil euros, ou seja, o valor do negócio dissimulado.

13. A propõe vender a B um quadro de um pintor famoso avaliado em 250 mil euros. B aceita e propõe a entrega de um apartamento em vez de dinheiro. A aceita a proposta e os dois formalizam o negócio por escritura pública. O A propõe então que declarem na escritura que o quadro e o apartamento valem metade do seu valor, a fim de poupar nos impostos.

A escritura é assim lavrada.

B descobriu depois que o quadro era falso e pretende reaver o imóvel. No entanto, entretanto A vendeu o imóvel a C que propõe-se entregar a B o valor atribuído ao quadro na escritura, ou seja 125 mil euros.

O que é relevante é a declaração do B. **É válida ou inválida?**

1º - Houve uma inexacta representação da realidade. Partiu do pressuposto de que o quadro era de um pintor famoso quando não o era. -> Regime do erro vício.

2º - Existiu dolo? Não, nada nos diz que o A sabia alguma coisa acerca da validade do carro.

3º - Aplicamos então o regime sobre o erro vício simples. É então um erro sobre o objecto do negócio (251º-> remete para o 247º)

Dois requisitos cumulativos para o negócio ser anulável: erro essencial para o declarante e declaratório devia conhecer ou não ignorar essa essencialidade.

4º - Da conjugação do artigo 251º e 247º resulta que a declaração é anulável.

5º - 287º - O B poderia pedir a sua anulação no prazo de um ano a contar da cessação do vício.

6º - Quais são os efeitos, as consequências de o negócio jurídico ser anulável? Art. 289º - resulta que a invalidade tem efeito retroactivo : Coloca-se as partes na situação em que estariam se o negócio não tivesse sido celebrado: o A restitui a casa e o B o quadro. Contudo, o A não pode restituir o apartamento, porque já o vendeu. Então o que faz? Deve restituir o valor correspondente. O que é este valor correspondente? São os 125 mil euros que o A diz? Não, porque:

- **o valor correspondente de um bem não é o valor que as partes lhe atribuíram (valor subjectivo), mas o valor que ele tiver na realidade (valor objectivo)**

- estamos perante uma situação de simulação. Art 242 - entre simuladores a situação é sempre oponível, ainda que fraudulenta. Logo, o valor era de 250 mil euros. Os 125 mil correspondem a uma simulação. Tem de se atender ao negócio jurídico dissimulado. Deveria proceder-se à avaliação do apartamento e o valor da avaliação seria devolvido ao B. Mesmo que fosse a valoração que as partes lhe deram, nunca seria os 125 mil mas sim os 250 mil, pois é o valor dissimulado.

14. No dia 10 de Janeiro A assina um documento declarando vender a B a sua colecção de arte. B assina aceitando. No dia 11, A e B acordam verbalmente que atendendo ao valor da colecção seria conveniente outorgar uma escritura pública. O que não veio a ocorrer.

- 1.** O contracto assinado no dia 10 é válido ou inválido?
- 2.** Se o acordo a que as partes chegaram no dia 11 tivesse sido concluído no dia 9 a resposta à questão anterior seria diferente?
- 3.** Assumindo que a escritura pública seria efectivamente outorgada e que as partes se arrependeram do negócio podem estas revoga-lo verbalmente?

1 - Estamos perante questões relacionadas com a forma das DN: a forma pode ser legal, voluntária ou convencional. Aqui está em causa uma forma convencional, visto que as partes estipularam entre si uma forma especial para a declaração, logo devemos aplicar o art. 223.

O negócio é válido, sim. Porque aplicamos o art 223 nº2. Se a forma só for convencionalizada depois do negócio ser concluído, (negócio - dia 10, forma - dia 11). Neste caso, o negócio produz os seus efeitos normais, não sendo a sua eficácia afectada pela posterior forma da convenção, presumindo-se que esta se deveu à consolidação e nunca à substituição do negócio. Admite-se, sondando a vontade hipotética das partes, que elas se quiseram vincular desde logo por aquela forma.

2 - Na medida em que a convenção sobre a forma é anterior ao negócio aplicaríamos o n.1, presumindo que as partes não se queriam vincular através do elemento escrito mas sim

através da escritura, pelo que sem a escritura pública não há vinculação das partes, não vindo a ser outorgada a escritura, as partes não se vincularam ao negócio, pelo que este é inválido.

3 – Sendo a forma convencional não há indicação na lei porque tudo depende da interpretação da convenção. Temos que ver qual o âmbito da convenção quanto à forma que foi celebrada. Daqui resulta que qualquer acordo decorrente da celebração deveria respeitar esta forma ou apenas a convenção?

A resposta é dada em função da interpretação da convenção do dia 11:

Se todos os acordos decorrentes da celebração deveriam respeitar esta forma – não.

Se apenas a convenção deveria respeitar a forma – sim.

A resposta não pode ser dada em geral, devemos ver qual o âmbito, interpretando a convenção segundo o 236º e seguintes.

15. Álvaro acha-se especialista em pintura e, nessa convicção, apaixonou-se por um quadro que viu numa galeria e que julgou ser da autoria de certo pintor famoso.

Na conversa com o proprietário da galeria, este depressa percebeu que Álvaro pouco sabia do tema, pelo que decidiu pedir pelo quadro um preço muito elevado, que Álvaro aceitou sem hesitar.

Feliz com a compra, Álvaro deu um jantar em sua casa a vários conhecidos, entre os quais um conhecedor de arte, para mostrar a preciosidade que comprara. Aí ficou a saber que o quadro que atribuíra ao referido pintor não é da sua autoria e que o seu valor é reduzido.

Que pode fazer Álvaro?

1º - A decisão foi livre e bem exteriorizada. O sentido que retiramos é o mesmo que o declarante lhe quis atribuir.

2º - É uma matéria de erro vício. Existe dolo? -> **253º** - o erro tem origem no próprio declarante.

Era ou não exigível ao dono da galeria que transmitisse ao declarante que o quadro não tinha aquele valor que ele julgava? Mediante a descrição dos factos que é feita **não há dolo**. Era necessário ver se era exigível que o dono da galeria transmitisse ou não ao declarante as características do quadro: chegaríamos à conclusão que, face à descrição dos factos, não há dolo, porque o vendedor do quadro não sabia que ele achava que o quadro era de outro pintor, não havia essencialidade dele saber. O vendedor do quadro sabia que ele estava apaixonado pelo quadro; mas não sabia que ele estava apaixonado por ser de um determinado pintor.

3º - Estamos perante um erro sobre o objecto -> 251º/1 que remete para o 247º: o erro só é relevante mediante a verificação de dois requisitos: o erro tenha recaído sobre um elemento essencial para o declarante e que o declaratório soubesse ou devesse saber sobre essa essencialidade.

4º - O primeiro requisito verifica-se pois o erro recaiu sobre o autor do quadro (essencial para o declarante) e o declaratório não conhecia porém deveria conhecer, verificando-se por isso o segundo requisito.

5º - Neste caso a consequência seria a anulação do contracto.

→ Porém, poderíamos chegar à conclusão de que o declaratório não tinha o dever de conhecer e neste caso não se verificava nenhum vício que afectasse a validade da declaração sendo esta válida.

Neste segundo caso poderíamos considerar o negócio usurário nos termos do artigo 282º.

O proprietário da galeria, uma pessoa experiente aproveitou-se do outro que não conhecia nada de arte em seu benefício.

Verificação de dois requisitos:

1 - Formação da decisão -> alguém explora outro que se encontre numa situação de inferioridade.

2 - O conteúdo - a pura situação de exploração não é relevante se não se traduzir num benefício excessivo e injustificado.

Verificados os dois requisitos a declaração era portanto anulada por usura.

16. Convencida de que está condenada por doença incurável e em estado terminal, Bárbara doa a Carlos um prédio cujo rendimento constituía a sua principal fonte de proveitos.

Descobre entretanto que a sua doença não tem a gravidade que imaginara e lhe restam muitos anos de vida. Muito embora não esteja zangada com Carlos, pretende reaver o prédio que lhe deu, pois o respectivo rendimento lhe é indispensável para viver.

Quid juris?

1º - A decisão foi livre de qualquer constrangimento externo e houve uma correta exteriorização da mesma. Porém há um erro na representação da realidade, pelo que somos remetidos para o regime do erro vício. Não existe dolo -> erro vício simples.

2º- Afastamos o regime da alteração das circunstâncias, porque a circunstância de Bárbara achar que vai morrer é uma representação da realidade que esta faz no momento da celebração do contrato. **Seria alteração de circunstâncias (437º) se ela estivesse mesmo a morrer e por qualquer milagre se salvasse. O erro recai, por isso, sobre motivos determinantes da decisão, circunstâncias em que a Bárbara fundou a sua decisão.** Logo, somos remetidos para o erro sobre a base do negócio, nos termos no nº2 do artigo 252. Para este se verificar devem estar cumpridos três requisitos: 1 – deve existir um erro sobre as circunstâncias em que as partes se encontram na decisão de contratar (pressupostos); 2- pressupostos comuns às partes, e não apenas pressupostos de uma delas; 3- tem de ser pressupostos relevantes no sentido que moldam a decisão de contratar em determinados termos (tem de haver uma essencialidade desses pressupostos - que pode ser tanto absoluta, como relativa). Se não tivermos elementos suficientes para distinguir se aplicamos o nº1 ou o nº2 do 252º, devemos recorrer no âmbito do artigo 236 a uma interpretação do comportamento das partes. **É mais razoável admitirmos que as pessoas estão próximas, sabem a essencialidade, e de que Carlos percebe conscientemente que colhe grande vantagem que só obteria naquelas circunstâncias e em mais nenhuma; existe da parte dele um aproveitamento do contexto da Bárbara não celebrar aquele contrato se não fosse naquelas condições específicas.** Logo o negócio assentou num pressuposto comum a ambas as partes. Podia no entanto ser arguido que a doença de Bárbara era pressuposto unicamente da sua decisão de contratar e não de Carlos.

17. Qualifique as situações jurídicas contempladas nos seguintes preceitos do Código Civil:

- *do comprador, no artigo 916º (com referência ao artigo 917º);*

Ónus – situação jurídica em que se encontra aquele que tem na sua disponibilidade a possibilidade de praticar determinado acto para aceder a uma vantagem ou desvincular-se de uma desvantagem. Não nos transmite uma ideia de necessidade. É a prática ou não prática do acto, e o ordenamento jurídico associa à não prática desse acto determinada desvantagem.

Atribui ao comprador a disponibilidade de denunciar o defeito e conjugando os dois artigos a não denúncia tem por consequência a caducidade do seu direito. Nesta consequência negativa é que se traduz a desvantagem que o ordenamento jurídico associa à não prática do acto. O ordenamento jurídico deixa na disponibilidade do comprador fazer ou não a denúncia do

defeito. O que acontece é que não sendo esta feita em determinado prazo há uma consequência negativa associada a determinado facto, sendo esta a caducidade do direito.

O que distingue ónus e dever: O dever é uma situação jurídica passiva nos termos do qual representa uma situação de necessidade; aquele que se encontra adstrito ao dever não tem a possibilidade de fazer ou não fazer. Caso não pratique o acto há uma sanção, tal não acontece no ónus existindo apenas uma desvantagem pela não prática do acto.

O que distingue ónus e poder: O poder é uma situação jurídica activa em que o ordenamento jurídico põe na disponibilidade de determinada pessoa um meio, instrumento para prosseguir uma determinada finalidade. Representa a atribuição de uma vantagem, ou seja, um espaço de autonomia. Pode ou não recorrer a esta. **Distingue-se do ónus porque o ordenamento jurídico não associa nenhuma consequência desvantajosa caso não aceda ao poder. Se o titular optar por não exercer apenas não tem uma vantagem mas também não tem nenhuma desvantagem.**

- da parte lesada, no artigo 437º/1.

Situação Jurídica Activa – Direito Potestativo.

Situação jurídica que atribui vantagem a determinado sujeito, atribui-lhe um espaço de liberdade dentro do qual ele se pode mover, neste acaso invocando a alteração das circunstâncias para a modificação do contrato ou cessação e através deste exercício altera unilateralmente a esfera jurídica do outro.

18. Numa célebre sentença francesa, de 1913, estava em causa a licitude da implantação num terreno de espigões de ferro, com o exclusivo propósito de provocar danos em dirigíveis lançados pelo proprietário de um terreno vizinho.
Como deveria ser resolvida a questão segundo o direito português vigente?

1º - Se alguém é proprietário de um terreno pode, regra geral, fazer tudo com a amplitude do 1305º. O seu comportamento encontra-se portanto dentro do seu âmbito de direito.

art 334 - Abuso do dto. Se alguém é proprietário do terreno pode em geral fazer tudo aquilo que bem lhe apetece - art 1305 cc, Contudo, desde que isso não prejudique os outros "dentro dos limites da lei". Se ele tem o dto, a única forma se censurarmos esse dto resulta da ponderação da forma como ele exerceu esse dto. E isso pode ser relevante, nomeadamente no âmbito do abuso do dto. Têm de estar verificados os requisitos do art 334

2º - Modo como o titular do direito o exerceu, que pode ser relevante para o 334º porque existem situações em que o exercício de determinado direito mesmo no âmbito do espaço reservado ao seu titular é ilícito. É para tal necessário que se verifiquem os requisitos do 334º:

- existe uma SJ ativa exercida dentro dos limites formais;
- mas excede os seus limites iminentes impostos pelo boa fé, bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito.
- esse excesso deve ser manifesto.

A atuação do proprietário do terreno com espigões não corresponde a um comportamento exigível ao de um homem honesto que na sua actuação não pondera só o seu direito mas também o dos outros, aos olhos do fim económico-social da situação jurídica de que dispõe. Pratica um ato emulativo.

Nota: Ver explicação e consequências do exercício abusivo desta faculdade na Resolução de Casos Práticos para Preparação de Exame, ex. 18, Caderno II

Neste caso é uma situação manifesta em que o titular actua apenas para prejuízo de um terceiro e não para satisfação de uma necessidade sua. O comportamento do agente contraria o fim económico e social do direito/faculdade.

Enquanto proprietário do terreno, o ato de implantação de espigões inscreve-se no seu direito, de acordo com o 1305º, na faculdade de lá construir/ fazer tudo o que pretender. Porém, este caso deve ser resolvido com base no artigo 334º, na medida em que contraria os limites impostos pelo fim económico-social e é um excesso manifesto. Há um abuso de direito.

19. A e B celebram uma compra e venda, quando na verdade querem celebrar uma doação, com o intuito de enganar o C.

Esta simulação é objectiva (a diferença verificado entre NJ simulado e dissimulado está patente no seu conteúdo) e não subjectiva (aí a diferença entre negócios jurídicos verificar-se-ia numa das partes que os celebraria). É ainda uma simulação relativa => as partes declaram querem um negócio, quando na final querem outro; mas querem um negócio. Quais são os efeitos da simulação? O negócio simulado é sempre nulo; um negócio dissimulado à partida é válido desde que em relação a ele estejam verificados as exigências formais conforme o artigo 241º e de substância exigidas a qualquer negócio jurídico.

Nota: *Ver Resolução completa nos Casos Práticos para Preparação de Exame, Caderno II*

20. Um cônjuge vende um bem, com o intuito, de com o divórcio, isso não estar nos bens a dividir.

Esta simulação é objectiva e absoluta, pois o negócio jurídico de compra e venda é celebrado, quando não existe intenção de celebrar nenhum negócio jurídico, apenas de enganar o outro cônjuge na partilha de bens. Supõe-se, no entanto, de que existe um acordo com o comprador neste sentido de enganar o outro cônjuge e de que essa compra e venda não será efectuada.

21. A apontou a B uma arma para B comprar uma casa de C.

Estamos perante uma declaração negocial de B que é sustentada numa representação correcta da realidade e é exteriorizada correctamente. No entanto, apesar de B ter tomado uma decisão, esta foi alvo de um constrangimento exterior, não sendo, por isso, livre. Nesse sentido existem em abstracto três potenciais causas de uma redução substantiva da liberdade da decisão: a coacção moral, a incapacidade accidental e a usura. A incapacidade do artigo 257º é uma norma geral e neste caso temos dados para concluir numa ação específica de A que cria uma situação de coacção para extorquir uma declaração de B, sendo esta coacção moral nos termos do 255º. Segundo o 256º e vindo a coacção de terceiro, a declaração de B só é anulável se o mal de que B é ameaçado for grave (atentado à sua integridade física é-o) e justificado o receio da sua consumação (a arma apontada justifica esse receio. A declaração é assim anulável por B no prazo de 1 ano após a cessação da ameaça.

22. Se um aluno, não querendo contrariar um professor, vende uma coisa contrariamente à sua vontade, porque amanhã tem o exame, *quid juris?*

Podemos tal como na hipótese acima estar perante uma situação de constrangimento exterior à liberdade de decisão do declarante através de coacção moral; no entanto, no artigo 255º/3

determina que não constitui coacção moral o simples temor reverencial que o declarante possa ter porque se diz que o coagiu, o que neste caso se verifica, pois o professor nada vez e o aluno apenas tinha medo de o contrariar. Nesse sentido, a sua declaração não é anulável e o negócio de compra e venda que celebrou é válido, não podendo o aluno subtrair-se aos seus efeitos.

23. Armando e Belchior, emigrantes em França e parentes afastados, são, desde 1992, proprietários de terrenos confinantes situados nas imediações de uma aldeia onde ambos passam as férias de verão quase todos os anos.

Em 1998, Armando construiu no seu terreno uma moradia com uma janela lateral que dista meio metro do limite do terreno vizinho. Nos seus encontros durante as férias, Armando e Belchior nunca falaram sobre o assunto.

Belchior, que tenciona agora construir uma moradia no seu terreno, exige, invocando o artigo 1360º, nº 1, do Código Civil, que Armando tape a janela.

Poderá Armando opor-se?

1º - De acordo com o 1360º/1º Belchior tem o direito de exigir a Armando que feche a janela. Porém, ter o direito não implica que perante o caso concreto o possa exigir desta forma. Trata-se de verificar se o comportamento de Belchior é ou não abusivo.

2º - O limite que estaria em causa seria a boa-fé em sentido objectivo: tutela da confiança. A única censura é a adopção de um comportamento diferente daquele que teve até hoje. Conviveu pacificamente com a janela durante muitos anos e 16 anos depois é que decide que deve ser fechada.

3º - Para que a boa-fé intervenha na tutela da confiança são necessários requisitos:

- situação de confiança;
- situação de confiança justificada;
- o causador dessa situação de confiança foi, no caso, o Belchior;
- o Armando investiu nesta situação de confiança.

A não verificação de qualquer um destes quatro requisitos resulta na não aplicação da boa-fé na modalidade tutela de confiança.

O Armando encontra-se numa situação de confiança imputável ao Belchior, na medida em que durante 16 anos não reclamou da existência da janela convivendo pacificamente. A situação é também objectivamente justificada porque uma pessoa normal naquela situação teria agido da mesma forma **contudo não houve investimento na confiança por parte do Armando. A pura tolerância com o comportamento dos outros não é suficiente para tutelar a confiança. A relevância dada ao incumprimento do outro altera-se consoante a circunstância em que este agora se encontra (o facto de querer construir uma casa). Foi apenas tolerante com o outro porque não lhe causava prejuízo, a partir do momento em que lhe causa prejuízo a importância que lhe dá aumenta e deixa de tolerar o incumprimento da outra parte.**

Num sistema móvel, existem determinados requisitos que devem ser cumpridos e que são cumulativos. Contudo a boa aplicação de direito pode levar-nos a prescindir de algum desses requisitos dependendo da intensidade da aplicação dos outros, levando a que esse requisito excluído perca relevância em comparação com a intensidade dos outros. No entanto, não me parece que a intensidade dos outros requisitos se sobreponha à falta de verificação dos outros

até porque a imputabilidade da confiança a Belchior é também ela ténue, visto que decorre de uma omissão, do facto de Belchior nunca ter obstado à janela lateral. O exercício do direito não pode suscitar dúvidas quanto ao seu carácter abusivo, até porque o art.334º prescreve que o excesso deve ser manifesto. Encontrando-nos nós numa situação de fronteira devemos concluir pelo cariz não-abusivo do exercício do direito por Belchior e pela não oponibilidade ao mesmo da parte de Armando.

Nota: Que significa e que efeitos pode ter o comportamento designado pela expressão *venire contra factum proprium*?

Alguém que adopta um comportamento contrário à confiança que gerou no outro sobre o comportamento que deveria adoptar. Contrários à boa-fé em sentido objectivo na modalidade da tutela da confiança.

É abusivo (artigo 334º) e por isso ilegítimo e ilícito -> as consequências da ilicitude são duas:

- Obrigação de indemnizar pelos danos causados ou Possibilidade deste comportamento contraditório ser paralisado: repellido pelo ordenamento jurídico antes de ser efetivado. A vítima do comportamento pode exigir do outro que se abstenha de pôr em causa a sua confiança, agindo previamente enquanto modo de prevenção ou depois do comportamento ser adoptado pedindo indemnização pelos danos causados *a posteriori*.

24. Paula emigrante em França, proprietária de um terreno situado nos arredores de Viseu, tinha a intenção de aí construir uma moradia. No dia 5 de Janeiro de 2001, deslucou-se ao local com Adelina, arquitecta. Na ocasião, esta fez-lhe notar que, para a construção da moradia com a dimensão pretendida, teria de comprar mais 100 metros quadrados de um terreno adjacente. Seguindo esta indicação, Paula comprou a Vicente uma parcela de terreno vizinho com 120 metros quadrados, pelo preço de 10000€, pago na data da escritura pública outorgada em 1 de Março de 2001.

Em Abril de 2002, Paula veio a Portugal com o único propósito de falar com Adelina acerca de pormenores relativos ao projecto da moradia. Na conversa que tiveram no dia 2 desse mês, Paula confirmou as características e a dimensão da moradia tal como tinha referido em Janeiro de 2001. Na mesma ocasião, entregou a Adelina um cheque de 2000€, por conta de honorários.

No dia seguinte, a arquitecta, em nova deslocação ao local acompanhada por um topógrafo, verificou que o terreno disponível, incluindo a parte comprada, era afinal insuficiente para construir a moradia com a dimensão pretendida por Paula. Adelina propôs então a Paula reduzir a dimensão da moradia, Paula recusou a alteração.

Considerando provados todos os factos descritos – e só esses – responda às seguintes questões:

1º Pode Paula, com fundamento em erro, conseguir que fique sem efeito:

O contrato que celebrou com Adelina? Qual o momento em que a Paula fez a declaração? Necessário para saber se esta se encontrava ou não em erro. O contrato só se forma no momento exacto em que se assina o contrato. Em Janeiro de 2002 havia contacto entre elas mas não conseguimos com precisão identificar quais os termos Só no dia 2 de Abril de 2002 é que se celebra o contrato. Numa situação de erro devemos ter em conta qual o comportamento do declarante que estamos a valorar. É essencial sabermos qual o momento em que vamos ver se a Paula tinha ou não uma representação adequada da realidade. Ao longo do tempo vai adquirindo conhecimento dessa realidade.

Com fundamento no acima descrito conclui-se que a Paula estava em erro porque tinha uma representação da realidade incorrecta – os terrenos de que era proprietária não eram

suficientes para a construção da moradia que a Paula queria. **ERRO VÍCIO – a decisão toma como pressuposto uma realidade facto que não é verdadeira.**

É este erro vício suficiente para assegurar a anulação? Há dolo? Segundo os critérios do 253º não há razão para dizermos que há dolo. Era necessário que houvesse consciência ou intuito de induzir ou manter em erro, não havendo forma de o provar eu tal existia não podemos afirmar que há dolo. Somo remetidos para o regime de erro vício simples.

Sendo a base do negócio os pressupostos em que as partes assentam para tomarem a decisão de contratar. O erro recai sobre a base do negócio na medida em que é um erro bilateral, em que ambas as partes fundaram o negócio nestes pressupostos. Os pressupostos reais não correspondem ao que elas representaram. No limite, Paula teve como pressuposto da sua decisão esta representação e Adelina aproveitou-se do contexto de saber que só naquelas circunstâncias Paula contrataria consigo.

Aplica-se o 437º por remissão do 252º/2 - o problema é de erro e não de alteração superveniente na medida em que no momento da celebração do contrato os pressupostos não correspondiam à realidade. (Assume-se que o contrato só foi celebrado em Abril de 2002 e que em Janeiro de 2001 decorriam apenas contactos informais entre ambas).

A parte lesada, neste caso a Paula, tem direito a resolver ou modificar o contrato (modificação porque não há um erro). Verifica-se uma determinada alteração das circunstâncias que admite que uma das partes se desvincule do contrato que era válido. A Paula tem portanto direito à anulação porque se trata de um vício originário e não de uma alteração das circunstâncias. Teria então um prazo de um ano para anular o contrato a partir do momento em que a Paula verificou que as dimensões do terreno não eram suficientes para a construção da moradia que esta desejava.

**Pode a Paula pedir a construção de uma nova moradia com as dimensões possíveis dentro do terreno que tem? Pede a modificação do contrato, previsto no n.2 do 437º. É feita de acordo com a equidade, em função da ponderação deste caso em concreto. Não deveria ser possível fazer modificação do contrato por 2 razões:*

1º - Sendo a causa do erro o próprio comportamento da Adelina, esse facto não pode ser desconsiderado quando virmos qual a situação justa neste caso em concreto. O n.2 do 437º visa proteger as partes no contrato válido com o pressuposto que nenhuma delas contribuiu para a verificação da causa que vai determinar a sua cessação. Tal não acontece neste caso em concreto: **estamos perante uma invalidade imputável a uma das partes.** A protecção dispensada à generalidade das pessoas cujo comportamento é correto não pode ser estendida a uma pessoa que causou o erro.

2º - É duvidoso que a modificação do contrato com a alteração das circunstâncias possa ser de igual forma aplicado nos casos de erro sobre a base do negócio. Situação equitativa para contrato que era válido, cujo equilíbrio sofreu alteração significativa ao longo da sua vida. Em função deste desequilíbrio temos que encontrar a solução mais justa para as 2 partes, que passa pela modificação equitativa do contrato. Está a ser imposto às partes um contrato que não queriam mas é equitativo. Quando temos um erro sobre a base do negócio falta o pressuposto inicial, há um erro que prejudica a validade da declaração negocial. Deixamos de ter a base essencial da autonomia privada para impor a modificação. Não vamos ajustar a declaração válida mas sim impor determinados efeitos no contexto em que temos uma declaração inválida. **Quando optamos pela modificação de um contrato por erro sobre a base do negócio, a restrição que estamos a fazer à autonomia privada é substancialmente superior e o regime do 252º/2 remete para os requisitos do 437º mas não para as suas soluções, a sua consequência é a anulabilidade, implícita no número 2, por referência do número 1.** A situação de base não é igual; os pressupostos de partida são completamente diferentes quanto à resolução (não falamos em resolução mas sim anulação) e quanto à modificação. Ainda que admitamos que no erro sobre a base possa haver modificação as

exigências que vamos colocar quanto a esta modificação tem que ser substancialmente superior. **Temos que, sob pena de violar o princípio da autonomia privada assegurar pelo menos que se as partes tivessem previsto o erro teriam crido o negócio ajustado.** Não pode distorcer a vontade impondo algo completamente diferente. Em concreto não é equitativo por isso não é possível a modificação.

O contrato que celebrou com Vicente?

Quando comprou o terreno em Maio de 2001 a representação da realidade que tinha era incorrecta. Está em erro. Havia dolo? Não! (pelos mesmo motivos da alínea anterior) Remete para o erro vício simples.

Qual o elemento sobre o qual recaiu o erro? Motivo determinante da vontade. Nos termos do 252º/1 – não estabelecendo as partes em acordo qual o motivo determinante da vontade que levaria à celebração do contrato, o contrato com o Vicente é válido. Ainda que o erro de Paula recaia sobre um elemento que para si é essencial não houve da parte de Vicente uma conformação com as implicações de um hipotético erro sobre aquele momento. Nem sabemos se ele conhecia a essencialidade, quanto mais que a tinha reconhecido por acordo.

*2º Admitindo que a pretensão de Paula em relação ao contrato celebrado com Adelina é procedente, que direitos pode Paula exercer em relação à contraparte?**

Pode Paula requerer a anulabilidade nos termos do 287º, no prazo de um ano após a proposta de Adelina de reduzir as dimensões da moradia. Paula pode exigir, nos termos do 289º a devolução do montante pago a Adelina (2.000 €).

Outra forma de resolução:

Para além do vício na formação encontramos um problema de impossibilidade do conteúdo do negócio jurídico (pois não há espaço suficiente para construir a moradia). Regra geral existem 3 causas de invalidade:

→ Forma, formação da declaração negocial e conteúdo.

Estamos perante um problema do conteúdo do objecto. Segundo o 280º os requisitos da validade do objecto do negócio são:

- ser lícito (conforme à lei, à ordem pública e aos bons costumes);
- ser determinável;
- ser física e legalmente possível.

No presente caso o objecto do negócio é fisicamente impossível (assumindo-se que não há mais espaço ao lado; se houver então a impossibilidade é legal na medida em que a construção da moradia violaria o direito de propriedade de outrem face ao terreno adjacente aos terrenos de Paula) e a consequência seria a nulidade nos termos do 280º e 286º. No entanto, na prática os efeitos seriam os mesmos da anulabilidade (289º).

25. Luísa e José, ambos funcionários bancários reformados, residem em moradias próximas situadas perto de uma vila ribatejana. Na sequência do interesse manifestado por José em ampliar a sua horta, Luísa vende-lhe, por escritura pública celebrada em 1 de Março de 2005, um terreno por 10000€. Antes da escritura, Luísa e José, em deslocação efectuada em conjunto à Câmara Municipal, foram informados por um funcionário que o referido terreno era exclusivamente apto para aproveitamento agrícola.

Em Dezembro de 2006, José foi contactado por Mário, construtor civil, com o intuito de comprar o mesmo terreno para a construção de um conjunto de moradias. Foi então que José se apercebeu de que o Plano Director Municipal, em vigor desde 2001, atribuiu ao terreno tal faculdade, sendo portanto incorrecta a informação que em 2005 fora transmitida pelo funcionário consultado por si e por Luísa. Por escritura pública celebrada em 10 de Janeiro de

2007, José vendeu a Mário o referido terreno por 50000€. Poucos dias depois, a aquisição a favor de Mário foi registada na Conservatória de Registo Predial.

Ciente destes factos, Luísa pretende agora que o contrato celebrado em 2005 fique sem efeito.

Responda, justificando, às seguintes questões:

1ª Será procedente a pretensão de Luísa?

A decisão que a Luísa toma não é esclarecida. A representação da realidade que a Luísa fazia diverge da realidade tal como ela efectivamente se encontra. Verificamos que a representação não era exacta – entre a realidade e a forma como a Luísa a representava existe divergência. Aplicamos por isso o regime do erro vício. Há dolo? Não. Nos termos do 253º sabemos que deve haver intenção ou consciência de enganar ou manter o outro em erro. No caso nada nos indica que isso aconteceu -> somos remetidos para o regime do erro vício simples. **Erro sobre o objecto na medida em que está em erro sobre as utilizações que pode dar aquele objecto, ao bem sobre o qual dispõe.** Não é apenas um erro sobre as circunstâncias o que está em causa são as características do terreno, não as circunstâncias em que José adquiriu o terreno (querer ampliar a horta). -> aplicamos o artigo 251º somos remetidos para o 247º que nos indica que a relevância do erro está dependente do conhecimento da essencialidade ou pelo menos deveria conhecer-se a essencialidade que tem para o declarante.

Opção 1: O comportamento do declarante faz induzir que de facto se tratava de um elemento é essencial tanto que quer ele quer o declaratório num momento prévio à assinatura do contrato realizaram uma visita à CM. Por um lado permite deduzir a essencialidade desta matéria, elemento para o declarante e deduzir que o declaratório tinha conhecimento dessa essencialidade pelo que a declaração é anulada.

Opção 2: Não temos dados de que José conhece que a utilização para a qual o terreno está apto fosse essencial para Luísa.

2ª Independentemente da resposta dada à questão anterior, admita que o contrato é inválido. Que efeitos, se é que existem alguns, decorreriam da invalidade para cada uma das pessoas mencionadas?

Se o negócio fosse inválido, Luísa podia, nos termos do 287º, arguir a anulabilidade do contrato celebrado em 2005, no prazo de um 1 ano após tomar conhecimento das utilizações que se podem dar ao terreno e poderia exigir que lhe restituíssem o terreno tornando o contrato celebrado entre José e Mário legalmente impossível e, por isso nos termos do 280º, nulo. **Mas** assumimos que Mário não tinha conhecimento do vício do negócio, pelo que, nos termos do 291º a declaração de anulabilidade não lhe é oponível enquanto adquirente de direitos sobre imóvel provido de boa-fé. Não por isso possível a restituição em espécie, deveria José devolver a Luísa o valor correspondente (discutir se seria 10.000 ou 50.000 € fruto da valorização que o terreno sofreu à luz das novas informações) e Mário manter-se-ia proprietário do terreno.

26. Na sequência de troca de correspondência, a sociedade C comprou à sociedade T, pelo preço de 5€ por quilo, 100 toneladas de ferro, com características bem definidas, destinado à construção de um edifício, também identificado na correspondência. Alguns dias mais tarde e ainda antes da entrega do ferro, C comunicou a T que afinal necessitava apenas de 60 toneladas, resultando a diferença de erro na medição da obra. C pretende por isso que o contrato seja reduzido para 60 toneladas. V entende que, sendo o erro de C irrelevante, o contrato deve ser cumprido em relação a 100 toneladas.

A decisão do C é livre pois não há um elemento externo que interfira na sua decisão. Porém, estamos perante uma situação em que o C emite uma declaração, exterioriza uma decisão errada pois representou mal a realidade. O sentido que retiramos da declaração é o mesmo que C lhe deu, contudo apesar de exteriorizar bem a decisão fez uma representação errada da realidade e desta forma o sentido que atribuiu à declaração não era o que lhe queria dar, encontramos-nos por isso perante uma situação de erro na declaração.

NÃO É ERRO DE CÁLCULO (ver Caderno II, p.12):

- ✓ Erro de cálculo é um vício na exteriorização e nós estamos perante um vício na tomada da decisão que não foi esclarecida.
- ✓ Ao olharmos para a declaração não evidenciamos a existência de qualquer erro.

Estamos portanto perante uma situação de erro vício. Existe dolo? Não -> erro vício simples. Recai sobre outros motivos determinantes da vontade – artigo 252º/1 e não sobre objecto do negócio, porque **recai sobre a afectação que pretende dar ao objecto, pensa que precisa de mais do que efectivamente precisa mas está esclarecido quanto às características daquilo que vai comprar. T contrataria independentemente do destino que o ferro teria, tal só é determinante para C.** Só sendo o erro relevante caso ambas as partes tenham reconhecido por acordo a essencialidade do motivo, a declaração não é anulável porque no caso em concreto não estamos perante uma situação do género.

Quando o 252º/1 remete para o acordo o que nos é que não é apenas necessário que o declaratório conheça, é também necessário que demonstremos, ainda que tacitamente, que ele reconheceu a essencialidade do motivo. No sentido em que acordou com o declarante que aquela seria uma questão essencial, que se conforma com as consequências que possam advir de erro sobre aquela essencialidade.

2 distinções importantes no Direito Privado:

Declaração de ciência – uma coisa é saber. Confirmando que tenho conhecimento de uma determinada realidade. Requisito do conhecimento da essencialidade do 247º.

Declaração de vontade – outra coisa é querer. Pressupõe que além de conhecer determinada realidade quero determinada consequência. Requisito do reconhecimento por acordo da essencialidade do 252º/1.

Nota: Ver Resolução Exercício Exame 2015, ex.3 nas folhas soltas do Caderno II

27. Discuta a correcção ou incorrecção das seguintes frases:

1 - *“Na interpretação dos contratos, a vontade comum dos contraentes não é critério adequado ou não é, pelo menos o critério único.”*

A vontade comum das partes é critério decisivo da interpretação quando estas conheçam reciprocamente a vontade real das partes. Mas não é esse o critério único que resulta da interpretação do 236º. De acordo com o qual vale também o sentido objectivo que a declaração tem.

Critérios são (i) a vontade comum das partes; (ii) a vontade do declarante quando é conhecida do declaratório e (iii) o sentido objectivo da declaração (como recebida pelo declaratório típico, razoável e com conhecimentos especiais da realidade se o declarante puder razoavelmente contar com ele.

2 - *“A simulação consiste na divergência entre duas declarações.”*

Há casos em que a simulação se traduz numa divergência entre duas declarações (real – simulada; escondida – dissimulada) quando o negócio dissimulado é válido, ou seja, quando a simulação é relativa. A afirmação não é verdadeira no sentido em que deixa de fora as situações de simulação absoluta nos termos em que só temos uma declaração, a exteriorizada e a vontade das partes é não produzir quaisquer efeitos, não emitir qualquer declaração com consequências práticas.

3- *“O erro de cálculo ou de escrita não envolve um problema de erro em sentido técnico, mas sim um problema de interpretação.”*

A afirmação é verdadeira. Aplicando os critérios do 236º o declaratório percebe a através da declaração a existência do erro, portanto está munido da informação que precisa para interpretar adequadamente a vontade da outra parte. Por isso mesmo o artigo 249º diz que a consequência do erro de cálculo ou escrita não é a invalidade mas sim a atribuição ao declarante da possibilidade de retificar a sua declaração de forma a poder valer com o sentido que este lhe quis dar. Nos casos de erro de cálculo ou de escrita é da própria declaração que resulta a existência do erro, bastando ao declarante ser confrontado com a declaração para se aperceber do erro que cometeu ao emitir a mesma; não resulta, pois, do processo de tomada de decisão que preside à emissão da declaração (existe uma correta representação da realidade, mas esta é deficientemente transposta para a declaração).

28. António, que pretende candidatar-se à presidência de um conhecido clube de futebol, resolveu tentar ganhar mais uns votos com a promessa da realização de umas “contratações sonantes”. Para esse efeito, António telefonou a Bento, seu advogado, e pouco conhecedor de futebol, solicitando-lhe que tentasse contratar diversos jogadores, entre os quais se encontrava o jogador Adrien Silva, que António colocou no topo da lista.

Bento, conhecido pela sua rapidez e eficácia, fez uma rápida pesquisa na net para localizar o referido jogador e rapidamente contactou o FC Porto, dizendo-se incumbido por António para contratar Adrien com a máxima brevidade possível, para que António pudesse fazer a apresentação deste nas suas acções de campanha. O FC Porto mostrou-se interessado na transferência de Adrián Lopéz, tendo o acordo ficado rapidamente concluído. Bento comunicou de imediato a António que “o primeiro já está”, enviando-lhe cópia documentos assinados com o FC Porto. Ao ver os documentos, António, furioso, responde que Bento é um incompetente pois, em vez de contratar Adrien ao Sporting CP tinha ido contratar um jogador que estava “praticamente parado” no FC Porto.

António rasgou os documentos e nunca mais se lembrou daquele triste incidente.

No entanto, para sua surpresa, recebeu ontem uma carta do FC Porto a reclamar o pagamento de um montante previsto no acordo celebrado e que há muito deveria estar pago e que estava expressamente assumido, no mesmo acordo, como devido, ainda que, por qualquer razão, a transferência de Adrián não se viesse a concretizar.

António recusa fazer aquele pagamento até porque (i) nunca falou antes com o FC Porto; (ii) nunca teve qualquer interesse no jogador Adrián; e (iii) entretanto perdeu as eleições e não tem por hábito “coleccionar jogadores em estantes”. Quid juris?

Nunca falou com o Invicta FC

A circunstância de não ter falado com o Invicta não é relevante sendo que existia ou podia ter existido representação – artigo 258º (efeitos da representação).

A pessoa que actuou tinha poderes para praticar os actos que praticou, não basta que diga que os tem. Devo tê-los para os efeitos se vincularem.

268º - Representação sem poderes.

260º - Justificação dos poderes do representante.

Tinha ónus de exigir a Bento a justificação dos poderes. O argumento usado por António não é decisivo, saber se está ou não vinculado às decisões depende de saber se tinha os poderes ou não para o fazer.

Nunca teve interesse em Adrian

Poderes davam autorização ao procedimento daquele contrato 258º + 268º.

Não há nenhum elemento que nos transmita essa informação. Não tinha poderes de representação na medida em que havia uma lista em que constavam quais os jogadores a contratar e Adrian não se encontrava na lista.

Pensando exclusivamente na posição de Bento -> erro vício sobre o objecto do negócio.

Mas Bento é só o representante.

António identificou correctamente os nomes que queria mas com a aplicação do 259º sabemos que a vontade decisiva foi a do representante. Vamos aferir se a relação é válida ou inválida em relação a este. Erro vício sobre o objecto do negócio.

Ao representar mal, na formação da vontade do representante, a sua realidade o erro aparece.

259º/1 – Decisão do representante: a iniciativa foi deste e não do representado, nunca se referiu ao mesmo.

Regime do erro vício – há dolo ou não? Não.

Erro sobre o objecto: 251º remete para o 247º -> o erro recai sobre elemento essencial para o declarante. O declaratório não conhecia mas devia conhecer a matéria. -> DECLARAÇÃO ANULÁVEL. No entanto, se se entender que o FC Porto não devia conhecer esta essencialidade, então o negócio é válido. (indicação do preço podia fazer nascer este dever)

Perdeu as eleições e por isso não quer ficar com o jogador em casa.

Se houvesse cláusula acessória (270º) que impunha a condição de só transferir o jogador caso ganhasse as eleições o negócio ficaria sem efeito. Contudo não temos dados para assumir isto.

O representado é o António e não o clube.

A interpretação do acordo pressupõe o pagamento -> 236º e seguintes.

O António só não pagava se tivesse um motivo para sustentar a anulação do contrato ou alteração fundamental das circunstâncias (neste caso esta última nunca poderia ser) -> 437º

Existiu um erro? Se sim só sobre os motivos -> 252º/1. Não há anulabilidade porque as partes não reconheceram por acordo a essencialidade do motivo pelo qual foi assinado o acordo.

Este argumento é irrelevante. Só o 2º argumento poderia levar ao não pagamento invocando a anulabilidade do negócio, através do regime do erro vício sobre o objecto do negócio.

29. Teresa tem 16 anos e é trabalhadora-estudante, dando aulas de ginástica num infantário perto de sua casa. Após juntar algum dinheiro do seu salário, Teresa decide comprar uma motorizada para ir para a escola. Meses depois, decide, afinal vender a referida motorizada para poder ir de férias com o seu novo namorado, Luís. A mãe, que desaprova o namoro, quer saber se pode de alguma forma invalidar a venda. Quid juris?

A mãe de Teresa não pode invalidar a venda da motorizada feita pela filha, visto que Teresa compra a motorizada com o dinheiro do seu salário, desta forma a motorizada é sua de pleno direito. De acordo com o artigo 127º, nº1 alínea a) o dinheiro adquirido com o trabalho do próprio menor de 16 anos, e assim como todos os actos de disposição desses bens, são válidos.

Nota: Ver Resolução em Casos Práticos para Preparação de Exame, Caderno II

30. A, proprietário de uma loja de brinquedos, enviou a **B**, importador de bonecas, pelo Natal, uma carta com o seguinte teor:

“Envie, de imediato, 150 bonecas italianas marca *Beta*, porque espero grande procura, devido à publicidade que lhes fazem na T.V. Pago, no máximo, 15 euros por unidade”.

Na verdade, **A** pretendia comprar bonecas italianas da marca “*Bela*”- as únicas publicitadas na T.V. – e só por erro de dactilografia referiu as da marca *Beta*, imitação espanhola, de qualidade e preço inferiores.

B respondeu a **A**, dizendo:

“Vou enviar as bonecas, ao preço de 15 euros cada”.

Simultaneamente, **B** enviou 150 bonecas *Beta*.

A, entretanto, fora passar férias em Itália, deixando o seu estabelecimento a ser gerido por **C**. Este, embora soubesse que **A** pretendia comprar bonecas *Bela*, aceitou as *Beta*, persuadido, por **B** de que elas se venderiam tão bem como as outras – as quais, aliás, segundo falsa informação de **B**, teriam esgotado.

Posteriormente, **B** enviou a **A** 150 bonecas *Bela*, conjuntamente com uma carta em que dizia o seguinte:

“Recebi uma nova remessa destas bonecas, em que julgo que está interessado, de Itália. O preço por unidade é de 25 euros. Considero o negócio fechado se as não devolver”.

Regressado de Itália, **A** pretende pagar apenas 15 euros por cada boneca *Bela*. Por outro lado, devolveu a **B** as bonecas *Beta* e pediu-lhe uma indemnização por não ter vendido bonecas *Bela* durante o Natal.

B exige, por seu turno, o pagamento das bonecas *Bela* e *Beta* a 25 e 15 euros por unidade, respectivamente.

Questão: Identifique as declarações negociais e os negócios jurídicos eventualmente celebrados e aprecie a respectiva validade.

Resposta: Proposta de compra e venda de **A** a **B** em que houve erro na escrita da boneca. Aceitação do **B** por carta e por atos. Há um erro de mera escrita porque **A** queria bonecas italianas e não espanholas. O negócio é rectificável nos termos do 249º ou anulável nos termos do 247º, por existir uma divergência não intencional entre a vontade real e a vontade declarada. A diferença é que se o erro for dado a conhecer ao declaratório no próprio contexto em que a declaração é feita estamos perante erro de cálculo do 249º. À partida, o declaratório não poderia conhecer isto, mas sendo conhecedor das bonecas haveria de saber quais as únicas bonecas que eram publicitadas na TV. Daí que o contrato seja rectificável ou anulável. Sendo anulável, o ato de **C** ao aceitar as bonecas é uma confirmação que sana a anulabilidade nos termos do 288º. **C** tem legitimidade para o fazer porque é representante de **A** nos termos do 258º, mas vendedor causou dolo em **C**, no qual se deve verificar vícios de vontade nos termos do 259º/1; **C** tem assim uma má representação da realidade e a sua confirmação é anulável por dolo nos termos do 253º e 254º. **A** aceitou, por intermédio de **C**, as bonecas persuadido por **B**. É legítimo e dentro do prazo do 287º que devolva as bonecas espanholas e que **B** restitua o valor por elas pago (150x15€).

Proposta de revenda do **B** ao **A**, por uma remessa por 150 bens (bonecas italianas) por uma declaração expressa (carta). Proposta que não foi aceite por ninguém e por isso não se celebrou nenhum contrato. Comprador quer pagar 15 euros pelas bonecas *Bela* (2ª remessa) e o que há é uma tentativa de abusar do seu direito (faculdade de arguir a anulabilidade), ao aproveitar-se do seu erro para não sair prejudicado pelo seu erro mas para obter uma vantagem a propósito do seu erro. Lei não dá direitos àquele que erra para se aproveitar do

seu erro em detrimento da contraparte. Pretende-se é evitar que a parte que cometeu um erro sofra desvantagens. Quando devolve as bonecas a B, está a dizer que quer a anulação do contrato porque está errado, foi erro. Quando pede a indemnização pode estar a dizer outra coisa, que o negócio é anulável por erro. Pedido de anulação extra-judicial, pretensão de indemnização. A indemnização pedida por A significa que A aceitou a proposta por B e que agora é que está a declarar que compra mas como isto não lhe serve, quer receber a indemnização pela compra que fez. **Considerou as bonecas como dele e meteu-as à venda só que não as conseguiu vender. Com base no seu erro inicial ele pretende apenas aceitar as bonecas (declaração tácita de aceitação) se elas lhe custarem 15 euros. A indemnização não tem relevância nem fundamento nenhum. É descabida.** Declarações tácitas muitas das vezes são susceptíveis de serem deduzidas através de certos factos. A lei diz que uma aceitação com modificações equivale a uma rejeição mas que se a modificação for suficientemente precisa então temos uma contraproposta – art.233º. Não há por isso qualquer negócio jurídico vinculativo para as partes, pelo que não pode A dispor das bonecas italianas (que não são dele, mas de B) e não pode B exigir o pagamento de 25€ pelas bonecas, visto que não se celebrou qualquer contrato, é necessário um acordo entre as declarações negociais de A e B que não existe, apenas uma contraproposta de A.

Nota: Ver Resolução Casos Práticos para Preparação de Exame, Caderno II

31. Hugo tem 17 anos. Decide vender um quadro valioso que lhe tinha sido deixado em testamento pelo seu avô a Ana, sua professora de Educação Visual, por €4.000. Os pais de Hugo apercebem-se do disparate do filho e pretendem recuperar o quadro, que valia €400.000.

i) Que podem os pais de Hugo fazer para recuperar o quadro e em que prazo?

Hugo é menor de idade por via do artigo 123º do CC. E apenas aquele que fizer 18 anos de idade adquire a plena capacidade de exercício dos seus direitos, de acordo com artigo 130º CC. Assim, o Hugo ainda não tem capacidade de exercício.

Por tudo isto, os pais do Hugo podem requerer a anulação do negócio, tendo para isso de interpor uma acção no prazo de um ano a partir do conhecimento que eles tiveram relativamente ao negócio, à venda do quadro. Mas, nunca podem fazer isso após o Hugo atingir a maioridade ou ser emancipado, assim estatui o artigo 125º, nº1 alínea a) do CC.

ii) E se Hugo fosse casado, alteraria a sua resposta?

Alteraria. Pois, de acordo com o artigo 132º do CC o menor torna-se emancipado com o casamento. É dado ao menor plena capacidade de exercício de direitos como se fosse maior, para conduzir a sua pessoa e apropriar-se dos seus bens sem intromissão do poder paternal, nos termos do artigo 133º do CC. Desta forma, nesta situação temos um menor emancipado, ao contrário da situação anterior, Portanto, Hugo poderia dispor e vender livremente o seu quadro.

iii) E se a venda tivesse sido feita antes a António, a quem Hugo tinha mentido acerca da sua idade, dizendo que tinha 21 anos?

Segundo o artigo 126º do CC, Hugo não poderia anular tal negócio, visto que agiu com dolo, pois fez-se passar por maior de idade e afinal apenas tinha 17 anos.

iv) E se, em vez do referido quadro deixado pelo seu avô, a venda versasse sobre um quadro feito pelo próprio Hugo, que se dedica à pintura desde os 15 anos?

O negócio seria válido. De acordo com o artigo 127º, nº1 alínea c) do CC. Se o próprio Hugo tivesse pintado, seria resultado de um ofício que este exerceu, e que agora pretende vender.

v) E se, em vez do referido quadro, Hugo tivesse vendido um quadro que lhe tinha oferecido a sua namorada, que, por sua vez, tinha comprado a um artista de rua?

Apesar de ter ainda 17 anos, Hugo pode vender tal quadro dado que o valor deste é de baixo preço. Em conformidade com o artigo 127º, nº1 da alínea b).

Nota: Ver Resolução Casos Práticos para Preparação de Exame, Caderno II

32. Alfredo e Bernardo estão em negociações com vista à celebração de um contrato de compra e venda de um terreno de que Alfredo é proprietário.

Em dado momento, Alfredo enviou uma carta a Bernardo, onde estabelece como último preço 20 000 euros e diz que considera a venda acordada se Bernardo nada lhe disser no prazo de 15 dias.

Quando, ultrapassado tal prazo, Alfredo telefona a Bernardo para marcar a escritura, este alega não ter celebrado qualquer contrato. Quem tem razão?

Na fase das negociações não há ainda qualquer proposta. Existe apenas um convite a contratar, não vinculativo, que poderá ou não levar à formulação de uma proposta, esta sim vinculativa.

A carta de Alfredo – declaração negocial de proposta de venda - ao estabelecer os 20.000€ como preço último, dá-nos a entender que se trata de uma verdadeira proposta (vinculativa, definitiva e firme) e não de um mero convite a contratar. Mas visto tratar-se de uma proposta de venda de um bem imóvel, a mesma deve revestir a forma que a lei exige para a celebração do contrato (compra e venda de um bem imóvel), ou seja, a de escritura pública ou de documento particular autenticado (art.875º) – daí ser nula.

Dado tratar-se de uma proposta de venda, deve ser posteriormente acompanhada de uma aceitação por parte de Bernardo, só assim se formalizando o contrato (pelo acordo entre 2 ou mais declarações negociais e, neste caso, só existe uma e nula como é acima indicado). Não houve qualquer declaração negocial de Bernardo neste sentido, pelo que não há qualquer celebração de contrato – art. 218º – O silêncio de Bernardo não tem qualquer valor negocial. Concluindo, quem tem razão é Bernardo pois, de facto, não houve qualquer contrato.

33. Em Janeiro de 2010, António, emigrante em S. Paulo, recebeu uma carta de Baltazar em que este se propunha comprar-lhe um terreno situado em Portugal pelo preço de 150 000 euros.

Na referida carta, Baltazar dizia que o terreno se destinava a ampliar a casa onde vivia.

A proposta foi aceite, vindo o contrato a ser formalizado por escritura pública em Maio do mesmo ano.

Em Fevereiro de 2011, António faleceu no Brasil. Sucedeu-lhe seu filho Carlos que, em Janeiro de 2012, veio a Portugal para tratar de vender os bens que o seu falecido pai tinha no nosso país. Constatou então que o prédio vendido a Baltazar fora por este revendido a Dionísio em 2011 por 290 000 euros e que para o local estava autorizada a construção de um edifício de 10 apartamentos. Além disso, verificou que Baltazar nunca tivera a intenção de ampliar a sua casa, e que a verdadeira razão da compra tinha sido o facto de a Câmara Municipal ter aprovado um plano de construção que valorizava extraordinariamente o referido terreno.

Nestas circunstâncias, Carlos pretende saber se pode anular o contrato de compra e venda do terreno celebrado entre seu pai e Baltazar.

A proposta de compra e venda seria nula por falta de forma.

Art.293.º, proposta de compra e venda poderia ser convertida num contrato promessa de compra e venda. Não havia grande necessidade de tratar deste contrato nulo para aproveitar a sua conversão visto que a compra e venda se celebrou validamente em Maio de 2010. Efeitos

da compra e venda – direito de propriedade do terreno passou para Baltazar (transmissão de um direito real). Obrigação de entregar o terreno e pagar o preço pelo terreno.

Vendedor morre. Não há relação causa/efeito entre o negócio e a morte.

Há dolo. Erro qualificado por dolo. Regime aplicável.

Em última análise, o erro é sobre o valor – dolo

Negócio seria anulável por Carlos. Carlos pode arguir a anulação do negócio com fundamento em erro do vendedor qualificado por dolo do comprador. Carlos ia a tempo de pedir a anulação do negócio? Veio a Portugal em Janeiro de 2012.

Problema só se coloca se Dionísio for um terceiro que se encontra de boa-fé. Para que se aplique o n.º 2 do 291.º é preciso que a acção tenha sido registada para que a anulação resultante da sentença dessa anulação, seja invocada, mesmo contra terceiro de boa-fé.

34. Ângela, prima de Bernardo, que tem 17 anos, tendo de se ausentar inesperadamente por motivos profissionais, deixou àquele um bilhete do seguinte teor: “Como sabes, tenho a escritura de compra e venda da casa nova marcada para dia 10. Como não posso estar presente, deixo-te esta procuração para intervires na referida escritura”.

1. — Bernardo apresenta-se para a escritura e o notário, verificando pelo respectivo bilhete de identidade, que é menor, não quer realizar a escritura. Pode fazê-lo?

2. — Bernardo tem um exame nessa data e falta à escritura; Carolina, promitente-vendedora da “casa nova” de Ângela, quer processar Bernardo por não ter celebrado o contrato. E Ângela tem idêntica intenção. Quid iuris?

3 — Ainda no quadro do número anterior, suponha que Bernardo pede a Diana, sua irmã, que o substitua, escrevendo num papel que lhe transmite os poderes que recebeu de Ângela. Diana pode apresentar-se no cartório notarial para a escritura?

4 — Bernardo vai ao cartório, mas esquece-se de levar consigo a procuração. Pode a escritura ser celebrada? Em caso afirmativo, quais os seus efeitos jurídicos?

5 — Se Ângela tivesse telefonado a Bernardo pedindo-lhe para ele a substituir na conclusão da compra e venda, tendo ele respondido afirmativamente, alguma das suas respostas se alteraria?

1)

O notário não podia negar-se a fazer a escritura por Bernardo ser menor.

Segundo o artigo 263º, para a intervenção de Bernardo na escritura, basta que este compreenda o negócio de compra e venda que se vai celebrar e que tenha vontade e liberdade para intervir.

Este artigo constitui uma excepção à incapacidade dos menores, previsto na 2ª parte da alínea 1 do artigo 127º. Isto acontece porque Bernardo não está a agir em seu nome, mas sim em nome de Ângela que lhe outorgou a procuração, e como tal, os efeitos jurídicos do contrato de compra e venda projectam-se sempre na esfera jurídica da última.

No entanto, o notário podia recusar fazer a escritura arguindo que a procuração que Bernardo apresentou não era formalmente válida: conjugando o artigo 262º/2 com o 875º compreendemos que a procuração para intervenção numa escritura de compra e venda tem também de ter a forma de escritura.

2)

Ângela não pode processar Bernardo por não a ter representado, pois este não tinha nenhuma obrigação para com ela.

Uma procuração é um negócio unilateral de atribuição de poderes representativos, pelo que desta atribuição não resultam obrigações para Bernardo enquanto representante.

Por sua vez, Carolina também não o pode processar pois, em relação a si, Bernardo é terceiro, não fazendo parte do negócio.

Quem tem a responsabilidade de indemnizar Carolina por todos os prejuízos causados é Ângela.

Aliás Bernardo pode nos termos do 265º renunciar à procuração se por acaso tiver aceite a procuração e depois quisesse renunciar ao seu cargo enquanto representante de Ângela.

3)

A procuração assim como o papel que Bernardo escreve a sua irmã são formalmente inválidos pois conjugando o 262º/2 com o 875º compreendemos que deveriam ter a forma de escritura. Segundo o artigo 264º, Bernardo podia fazer-se substituir por Diana, se Ângela o permitir. A permissão por parte de Ângela pode ser expressa ou tácita, tendo em conta o 217º.

4)

Segundo o artigo 262º/2 a procuração tinha de revestir a forma de escritura, logo para representar Ângela, Bernardo não podia apenas dirigir-se ao cartório afirmando verbalmente ter poderes de representação.

Nesta situação a escritura foi celebrada sem poderes de representação.

Atendendo ao artigo 268º/1, o negócio é ineficaz em relação a Ângela se esta não o ratificar posteriormente.

Esta ratificação teria de ser feita também sobre a forma de escritura (268º/2).

5)

Se tivesse existido uma conversa telefónica entre A e B, na qual B tivesse aceiteado substituir Ana na escritura, estaríamos perante um contrato de mandato.

Neste âmbito, B obrigar-se-ia a intervir na escritura pública por conta e em nome de A, sendo praticado um mandato com representação.

Do ponto de vista formal o contrato de mandato seria válido, pois não é necessária forma legal ao abrigo do 219º, no entanto, do ponto de vista formal é colocada uma questão: podia B enquanto menor ser mandatário de A?

Como já vimos este é um mandato com representação e, de acordo com o artigo 1178º, a este tipo de mandatos é aplicável o disposto nos artigos 258º e seguintes.

Ora aplica-se também o 264º que conjugado com o 127º/1 segunda parte constitui uma excepção à incapacidade dos menores.

Podemos portanto afirmar que o contrato de mandato com poderes de representação é válido, na medida em que B não está a agir em seu nome e os efeitos jurídicos da compra e venda projectam-se sempre na esfera jurídica de A.

Na segunda questão, ao aceitar o contrato de mandato, B fica com responsabilidades para com A.

Nos termos do artigo 1161º, está obrigado a representar A na escritura de compra e venda. Se não cumprir a sua obrigação incorrerá em responsabilidade civil, pelo que terá de indemnizar A pelos prejuízos causados.

Na terceira questão, B podia ser substituído por Diana nos mesmos termos da procuração (1165º).

Na quarta questão, a escritura não podia ser celebrada por B como representante de A. Este é um mandato com poderes representativos, logo, era necessária a procuração sob a forma de escritura, tendo em conta o artigo 1178º/1 conjugado com o 262º/2.

35. Francisco, o único administrador da sociedade x, cujo objeto é a produção de peças de telemóveis, decidiu doar a Gabriela, jovem brasileira, um prédio urbano pertencente à sociedade. A fim de não intervir pessoalmente na escritura, outorgou para esse efeito uma

procuração da sociedade a Hélder, a quem explicou que o negócio tinha em vista obter os bons ofícios de Gabriela junto de uma empresa alemã, fabricante de telemóveis e com cujos administradores Gabriela alegadamente tinha estreitas relações, no sentido de aquela passar a comprar à sociedade X todos os componentes por esta fabricados. Tudo isto era falso.

a) Aprecie os factos descritos do ponto de vista jurídico e a validade dos negócios jurídicos realizados.

Francisco não deveria ser o único administrador da sociedade X. Nos termos do art. 157º, as disposições relativas às pessoas coletivas são extensíveis às sociedades, quando a analogia das situações o justifique. Ora, recorrendo ao artigo 162º, a pessoa coletiva deve, entre outros órgãos, possuir um órgão colegial de administração e não apenas um único administrador. Pode ter um só administrador, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

Capacidade jurídica (art.160º) – a capacidade das pessoas coletivas abrange todos os direitos e obrigações necessários e convenientes à prossecução dos seus fins, ou seja, limita-se ao princípio da especialidade. Ora, considero que a doação não se inclui na capacidade jurídica da sociedade. A doação nada tem que ver com o objeto da sociedade (“produção de peças automóveis”). Não é certo: pode, se proporcionar negócios à sociedade.

Representação da pessoa coletiva está prevista no art. 163º e cabe apenas a quem os estatutos determinarem, à administração ou a quem por ela for designado. Neste sentido, parece ser legítimo que Francisco (administrador) nomeie Hélder como procurador da sociedade. No entanto, o motivo que o leva a outorgar a procuração não faz qualquer sentido. O negócio celebrado produz efeitos unicamente na esfera jurídica do representado, neste caso a Sociedade, e não na esfera jurídica do representante (que ideia!... A procuração confere poderes representativos ao procurador). Este age por conta, mas também em nome da sociedade e, se Francisco é o seu único administrador, forçosamente seria (não pessoalmente; a sociedade é que o seria) implicado nesta doação. É irrelevante, para os efeitos jurídicos do negócio, se quem intervém pessoalmente é Francisco ou Hélder. Mais, ainda que Francisco possa outorgar a procuração, o negócio a celebrar por Hélder será sempre inválido pois a sociedade (entidade representada e na esfera da qual recaem os respetivos efeitos jurídicos) não tem capacidade jurídica para doar o prédio a Gabriela.

A procuração é nula por falta de capacidade jurídica do representado para a doação.

Podemos entender que há contrato de mandato devido a toda a argumentação de Francisco no sentido de convencer Hélder a intervir pessoalmente no negócio. Há, então, mandato com representação, previsto no art. 1178º e ao qual são aplicáveis as disposições relativas à representação. Portanto, se Francisco não queria intervir pessoalmente no negócio, não deveria ter outorgado qualquer procuração a Hélder, mas sim celebrado um contrato de mandato (sem qualquer exigência de forma). Neste caso, Hélder agiria em nome próprio, apenas por conta mas não em nome do mandante, Francisco. O negócio seria celebrado em seu nome e só posteriormente os efeitos do mesmo passariam para a esfera jurídica do mandante. Ninguém lhe pediu conselhos.

Ora, uma vez que a persuasão de Francisco foi baseada em pressupostos falsos, se Hélder expressar a sua aceitação e o contrato de mandato for efetivamente celebrado, este poderá ser anulado por Hélder, devido a dolo de Francisco (253º e 254º). Todas as informações falsas foram proferidas com a intenção de induzir Hélder em erro quanto à alegada estreita relação entre a brasileira e os membros da empresa alemã, levando-o a aceitar celebrar o contrato de mandato, intervindo em nome da sociedade e doando o prédio a Gabriela.

O contrato de mandato, a ter sido efetivamente celebrado, é anulável porque há dolo do mandante qualificado por erro do mandatário, até porque, à luz do artigo 259º/2 ao representado de má-fé não aproveita a boa-fé do representante.

b) Suponha, entretanto, que os factos relatados por Francisco são verdadeiros, mas que Hélder, desconfiando das motivações de Francisco, acabou por decidir não intervir na doação, que, por isso, não teve lugar, o que deixou Gabriela furiosa e a levou, com êxito, a mover influências no sentido de a empresa alemã não comprar mais nada à sociedade X. Reavalie a situação agora descrita.

A situação difere:

i) Se Hélder demonstrou (expressa ou tacitamente – art. 217º e 218º) a sua aceitação em celebrar o contrato de mandato, então fica, nos termos dos arts. 1157º e 1161º/a), obrigado a celebrar o negócio de doação por conta de Francisco da sociedade ;

ii) Se Hélder não demonstrou qualquer vontade de aceitação (silêncio não vale como declaração negocial – 218º). Neste caso, não há contrato de mandato e Helder não fica obrigado a nada.

Ao contrário do que respondi na questão anterior, o contrato de mandato, após aceitação de Helder, já seria válido pois já não haveria dolo do mandante.

Quanto à procuração, continuaria a ser nula.

Conduta de Gabriela – poderá ter havido abuso de direito (334º). De facto, Gabriela tem direito a ver o negócio de doação ser celebrado. No entanto, age de má-fé e não tem qualquer legitimidade para levar a empresa alemã a não comprar mais nada à sociedade X. Confunde — o que é vulgar, mas não desculpável, a violação da boa fé objectiva que caracteriza o abuso do direito com má fé subjectiva, que aqui não há nada que o indície.

c) Admita que a situação era a que foi descrita inicialmente, tendo, porém, Gabriela relações com administradores da empresa alemã, a quem convenceu de que as peças fabricadas pela sociedade X tinham características muito diversas das que possuíam. Os alemães fizeram um contrato de fornecimento exclusivo de peças com a sociedade X. Se fosse aplicável a lei portuguesa a este contrato, que poderia fazer a empresa alemã quando verificou que os componentes de nada lhe serviam?

Nesta situação, considero que houve dolo da parte de Gabriela. Efetivamente convence a empresa alemã de que as peças fabricadas pela sociedade X têm características muito diferentes das que na realidade possuem, induzindo-a por isso em erro quanto às reais características do objeto. Gabriela é terceira neste negócio e age dolosamente com vista a beneficiar a sociedade X, de modo a que esta celebre um contrato de exclusividade de fornecimento das peças com a empresa alemã, o que vem mesmo a suceder. Aplica-se a este caso o disposto na primeira parte do art. 254º/2: esta diz-nos que um negócio jurídico viciado por dolo de terceiro só é anulável se a parte beneficiada tiver ou devesse ter conhecimento do dolo. Ora, para que a empresa alemã pudesse anular o negócio com base no dolo de terceiro (Gabriela) qualificado por erro de uma das partes (empresa alemã) terá de provar que a Sociedade X tinha ou deveria ter conhecimento de que Gabriela induziu a empresa alemã em erro quanto às reais características das peças comercializadas, com vista a beneficiá-la.

Sub- hipótese

Se, aquando do dolo de Gabriela, a doação do prédio urbano ainda não tivesse sido realizada e estivesse dependente de uma condição suspensiva – art.270º- (a doação é celebrada se Gabriela consiga levar a empresa alemã a assinar o contrato de exclusividade de comércio de peças informáticas com a sociedade X), poder-se-ia aplicar a segunda parte do artigo 254º/2: o beneficiário do dolo é o terceiro, pelo que a doação, a ter-se efetivado, seria anulável.

36. Em 1 de Setembro de 2004, Carlos propõe, por escrito, a Duarte vender lhe um andar nas Amoreiras por 100 000 euros.

No dia 5 do mesmo mês, Duarte responde que aceita.

No dia 7 seguinte, Ernesto, exibindo uma procuração de Carlos, escrita em papel de 25 linhas, encontra-se com Duarte no notário para autenticarem as cartas, o que o notário recusa.

A proposta de venda tem de revestir a forma de escritura pública ou documento particular autenticado, visto tratar-se de um contrato de compra e venda de um bem imóvel (875º). A proposta é, por isso, nula por falta de forma.

A aceitação terá também de revestir a mesma forma, verificando-se a nulidade por falta de forma.

Carlos podia nomear um procurador, nos termos do art. 262º/1. Todavia, nos termos do nº2 do mesmo artigo, esta procuração teria de revestir a forma do negócio a celebrar pelas partes. Se Carlos tivesse atribuído a Ernesto poderes representativos com o intuito de este o representar na autenticação das cartas, tornando-as assim válidas (documento particular autenticado), a procuração que a tal o habilitava teria de revestir essa mesma forma. Sendo assim, o notário pode recusar a autenticação das cartas, pois a procuração que legitimava Ernesto a representar Carlos, era também nula por falta de forma (220º e 286º).

Uma vez que Ernesto não tinha poderes de representação, não tinha legitimidade para atuar em nome de Carlos, pelo que se entende a recusa do notário.

De referir ainda que Ernesto podia atuar como representante sem poderes (268º), sendo, neste caso, o negócio celebrado (não é exactamente a celebração de um negócio), ineficaz até à ratificação de Carlos.

Porém, é possível converter este negócio inválido num outro negócio válido, para o qual não seja exigida forma específica por lei (esta forma, porque o contrato-promessa também tem forma legal), como é o caso do contrato-promessa de compra e venda, ao qual se aplica o princípio da liberdade de forma previsto no art 219º [Não: o contrato-promessa tem a forma imposta pelo nº. 2 do artigo 410º.]. A possibilidade desta conversão vem prevista no art 293º e aplica-se neste caso dado que é notório que as partes assim o teriam querido, caso tivessem previsto a invalidade do primeiro contrato.

37. Alda telefonou a Bernardo e disse-lhe andar à procura de um local para passar a viver só; durante a conversa, Bernardo disse ser proprietário de um prédio em que ia em breve ficar devoluto um andar, acabando por ficar combinado que Alda iria ver o andar daí a dias. Foi um amigo de Bernardo quem foi mostrar a casa a Alda e, como ela ficou muito entusiasmada, decidiu escrever um bilhete a este que mandou pelo amigo, em que dizia querer arrendar a casa o mais rapidamente que fosse possível, desde que a renda não fosse superior a € 550. Por correio electrónico, Bernardo respondeu-lhe que, logo que o apartamento estivesse devoluto, lho arrendaria, mas que não sabia ainda o montante da renda, pelo que iria consultar uma pessoa do ramo.

Daí a poucos dias, Alda, também por correio electrónico, voltou a contactar Bernardo sobre o assunto, por — disse — ter muita urgência na mudança para a sua futura casa, estando disposta a assinar o contrato que ele entendesse e até a pagar € 600 mensais.

No dia 30 desse mesmo mês, Bernardo telefonou a Alda dizendo ter a chave do apartamento para lhe entregar de imediato, sendo a renda mensal de € 575. Ora, os pais de Alda tinham decidido, entretanto, fazer obras na casa em que vivem, a fim de Alda passar a ter uma espécie de apartamento só para ela, o que lhe tinha alterado completamente os planos, tendo deixado de querer o arrendamento.

Bernardo entende que o contrato estava celebrado, por isso não tendo arrendado a casa a ninguém e com isso sofrendo prejuízos se Alda não lhe pagar os dois meses de renda correspondentes ao início da execução do arrendamento.

Quid iuris?

- Em primeiro lugar, importa identificar o problema jurídico em questão. Se se partir do pressuposto que existe um contrato celebrado, então seremos remetidos para o regime do

erro vício simples, podendo Alda subtrair-se aos efeitos do mesmo, por erro sobre os motivos determinantes da vontade do 252º/1, visto que Bernardo reconhece por acordo tácito esta essencialidade para Alda (querer o apartamento para viver só), até porque assume que assim que o andar estivesse devoluto lho arrendaria, conformando-se com as consequências desfavoráveis que possam advir daquele pressuposto de contratar de Alda.

- No entanto, não me parece que exista um contrato celebrado, porque Bernardo faz uma contraproposta (575€), na medida em que aceita a proposta de Alda com aditamentos, nos termos do 233º. Alda não aceita estas novas condições e celebra o contrato supramencionado, pelo que deve existir um acordo entre as declarações negociais de ambas as partes. Não se verificando, não se encontra Alda adstrita ao pagamento dos meses de renda correspondentes à execução do arrendamento.

- Não existindo contrato, então só será possível arguir que Bernardo goza de uma expectativa de vir a celebrar o contrato, restando aferir se esta expectativa deve ser tutelada pelo Direito, fazendo impender consequências sobre Alda. Ora, se esta expectativa não se concretizar importa perceber se a confiança frustrada a Bernardo afeta gravemente a boa-fé objectiva que deve pautar a atuação de Alda enquanto pessoa honesta e séria que também atende ao interesse da sua contraparte. Devem preencher-se os requisitos da modalidade da tutela da confiança: (i) existir uma situação de confiança em Bernardo; (ii) esta ser razoável e justificada e (iii) imputável à pessoa cuja atuação queremos limitar, neste caso Alda; o que se verifica porque Alda pratica reiteradamente comportamentos que criam esta confiança em Bernardo, sobretudo a carta em que sublinhou o cariz de urgência do arrendamento e se dispôs um valor superior ao da renda; e (iv) que Bernardo tenha investido nessa confiança, atuado com base nesse pressuposto o que se verifica ao não arrendar o andar a outras pessoas por pensar que tal se verificaria com Alda. Ora, cumprindo-se estes requisitos cumulativos estamos perante uma expectativa jurídica que sendo frustrada a Alda, leva ao estabelecimento de sanções sobre Alda. Esta expectativa é fraca visto que ponderando a boa-fé poderia Alda ter atuado de outra forma sem contrariar a boa-fé objectiva (por exemplo notificar Bernardo da alteração dos seus planos ou acordar com ele um valor para o compensar), pelo que a frustração da mesma gera em Alda obrigação de indemnizar Bernardo nos termos da norma geral do 483º. Mas apenas é indemnizável o interesse negativo, ou seja colocar Bernardo na situação em que estaria se não houvesse expectativa alguma, o que leva a que o montante a indemnizar nunca possa ser dos dois meses de renda, mas um valor menor que o compense por não ter arrendado a casa a outras pessoas; sem nunca o colocar na situação em que estaria se a expectativa tivesse sido concretizada, tal não é exigível aos olhos das obrigações e cláusulas gerais chamadas à colação neste caso.

Suponha agora que Alda não chegara a visitar a casa, apenas sabendo o que Bernardo lhe contara sobre ela. Já depois de ter concluído o contrato e pago os dois meses de renda iniciais, com as chaves que Bernardo lhe dera, vai ao apartamento e percebe que a descrição que lhe fizera Bernardo não corresponde à realidade. Que pode fazer, uma vez que aquela casa não lhe interessa?

Neste caso, existindo um contrato celebrado Alda pode anulá-lo nos termos do 287º e com fundamento no regime do erro vício, visto ter atuado com uma representação deficiente da realidade tal como ela existia. Neste caso, existiu dolo de Bernardo na transmissão de informações acerca da casa, pelo que nos termos do 253º (Bernardo induziu Alda em erro) e 254º (dolo provém do declaratório), o negócio celebrado entre os dois é anulável no prazo de 1 ano a partir do momento em que Alda se apercebe de que a descrição de Bernardo não corresponde à realidade.

38. Guilherme escreve à Zillips Portuguesa Electrodomésticos, Ltda., dizendo querer adquirir um televisor de dada marca e modelo, por 400 euros.

Decorridos 3 dias, recebe, à cobrança e por esse preço, o televisor. Como, entretanto, mudara de ideias, pretende saber se pode devolver o aparelho sem encargos.

Guilherme emite uma declaração negocial expressa de uma proposta de compra e venda, válida formal e substancialmente, onde identifica claramente o objeto, neste caso, o televisor de dada marca e modelo, bem como o seu preço.

A outra parte do negócio- Zilips Portuguesa Eletrodomésticos, Ltda, ao enviar o televisor, está a emitir uma declaração negocial tácita de aceitação (217º, nº1), pelo que o contrato de compra e venda do televisor foi celebrado, sendo válido e eficaz.

Este contrato tem como efeitos a transmissão do direito real de propriedade do televisor, o dever de entrega do televisor por parte da Zilips e, por fim, o dever de pagar o preço por parte de Guilherme.

Guilherme não pode, assim, devolver o aparelho sem encargos. Ao devolver, está a incorrer em incumprimento do contrato celebrado, podendo vir a ter de indemnizar a empresa de eletrodomésticos.

39. António passou uma procuração a Berta para adquirir, em seu nome, uma aparelhagem de alta fidelidade. Verbalmente, comunicou-lhe pretender que se tratasse de um aparelho Pioneer.

Por considerar que a comissão que obteria com o negócio era muito baixa, Berta decidiu comprar para António uma aparelhagem Phillips.

António quer saber se pode desfazer o contrato.

António outorgou uma procuração a Berta para que esta, em seu nome e por sua conta, adquirisse uma aparelhagem de alta fidelidade. Uma vez que o negócio a celebrar não exige nenhuma forma especial prevista por lei, a procuração não exigia nenhuma forma específica (art 262º, nº2), vigorando o princípio de liberdade de forma previsto no art 219º.

A comunicação verbal feita por António faz, portanto, parte da procuração (mesmo que esta tenha sido outorgada por escrito, aplicando-se, neste caso, o art 222, nº2), restringindo a liberdade de ação de Berta. Aqui está uma grande confusão: o que me parece ocorrer é que a conversa havida entre A e B consubstancia um mandato.

Uma vez que o abuso da representação, previsto no art 269º, nunca poderia ser aplicado neste caso, dado que a outra parte do negócio nunca conseguiria perceber o abuso, o negócio é válido e eficaz, não podendo António desfazer-se dele.

A única coisa que António poderia fazer era propor uma ação contra Berta, alegando que esta incorreu em abuso do direito (art 334º), neste caso, do direito conferido pelos poderes de representação. Há incumprimento do mandato.

(Este exercício levantou-me algumas questões pois, pelo que entendi, para se poder aplicar o regime de abuso de representação previsto no art 269º, é preciso o abuso ser de tal forma grande que a outra parte conhecesse ou devesse conhecer, segundo a apreciação de uma pessoa de diligência normal. É certo que Berta abusou dos poderes de representação, no sentido corrente da expressão, mas segundo o regime do art 269º não se pode aplicar neste caso pois não? Isto porque o representado também tem de ter cuidado ao escolher o representante, e se assim não fosse, muitos negócios poderiam ser anulados. Há abuso de representação; mas não tem consequências na validade do negócio, pois a lei protege o terceiro e a segurança do comércio jurídico.

Quanto à questão do abuso do direito tive também dúvidas se poderia ser levantada, uma vez que me pareceu que o abuso de representação não se aplicaria neste caso)

40. Luís, maior, que há vários anos sofria de perturbações mentais, começou a revelar sintomas de agravamento da sua doença, regendo mal os seus bens.

Assim, doou a Maria, que conhecera dias antes, um valioso anel de diamantes e vendeu, por preço aceitável, a Norberto, toda a azeitona duma sua propriedade, para em seguida distribuir o dinheiro por pessoas que mal conhecia.

Foi requerida a sua interdição, mas o tribunal veio a decretar a inabilitação, deixando a Luís a administração dos seus bens e determinando que os actos de disposição têm de ser realizados com autorização do seu curador, Óscar.

Após o anúncio da propositura da acção, Luís arrendou a Pedro, pelo prazo de dez anos, uma quinta de que é proprietário.

Óscar pretende saber quais dos actos descritos pode anular.

Luís, embora regendo mal os seus bens, celebrou com Maria um contrato de doação, previsto no art 940º. Deste contrato resultou a transmissão de um direito real: o da propriedade de um anel.

Celebrou também com Norberto um contrato de compra e venda de frutos naturais (azeitonas) de um bem imóvel (árvore).

Por fim, celebrou ainda sucessivos contratos de doação, pelos quais dispôs gratuitamente, em benefício de outros, do dinheiro obtido do negócio anterior.

Uma vez que a acção de interdição só foi proposta após a celebração dos contratos acima referidos, a única protecção conferida a Luís por lei é a da incapacidade accidental, prevista no art 257º, por remissão do art 150º.

Assim sendo, estes atos podem ser anulados nas condições do regime da incapacidade accidental, querendo isto dizer que só Luís tem legitimidade para requerer a anulação e só no prazo previsto no art 287º, ou seja, de um ano a contar da cessação do vício que lhe serve de fundamento (desde que Luís se aperceba do sucedido). Porém, quando à venda das azeitonas, uma vez que foram vendidas por um preço aceitável, Luís teria algumas dificuldades em anular este negócio, uma vez que para o anular era preciso que a sua incapacidade fosse notória no momento da declaração negocial, o que não temos dados suficientes para saber.

Pela leitura do enunciado, não parece que Luís esteja em condições de requerer a anulação dos negócios referidos, pelo que estes não podem ser anulados por mais ninguém.

Após o anúncio da propositura da acção, Luís celebrou com Pedro um contrato de arrendamento. Óscar, o seu curador, pode, em princípio anular este contrato por força do disposto no art 149º, que se pode aplicar, mesmo tendo sido decretada a inabilitação, devido ao regime subsidiário da inabilitação ser o da interdição (art 156º), desde que estejam cumpridos os requisitos previstos no art 149º: acção de interdição proposta, que esta venha a ser decretada (neste caso, a inabilitação) e que tenha causado prejuízo ao interdito (neste caso, ao inabilitado, ou seja, Luís). Óscar pode, portanto, anular este último negócio, mas só se conseguir provar que o negócio causou prejuízo a Luís, o que não temos elementos no enunciado suficientes para o saber.

41. Augusto aproveitou - se da sua qualidade de único administrador de uma sociedade comercial para vender a Bernardino um prédio de que é dono, dizendo, falsamente, ao comprador que ele está muito valorizado pelo facto de o terreno confinante, pertença da sociedade, estar urbanizado.

Bernardino, ao verificar o engano, pretende obter uma indemnização da sociedade. Pode?

Foi celebrado um contrato de compra e venda de um imóvel entre Augusto e Bernardino em que Augusto agiu dolosamente (art 253º), induzindo Bernardino em erro acerca do valor do imóvel (neste caso do prédio) objeto do negócio. Neste contrato celebrado, Bernardino atuou como proprietário do prédio e não como administrador da sociedade comercial, pelo que, não sendo um contrato de natureza comercial, a sociedade comercial administrada por Augusto nunca pode responder pelas suas obrigações pessoais. Bernardino pode, sim, propor uma de duas acções contra Augusto, como explicarei de seguida.

Bernardino, ao aperceber-se do erro, pode requerer a anulação do negócio celebrado, invocando erro qualificado por dolo (art 254º, nº2), podendo este ser invocado no prazo de um ano a contar do momento de cessação do vício que lhe serve de fundamento (art 287º), neste caso, desde o dia em que Bernardino verifica o engano.

Porém, uma vez que Bernardino não quer anular o negócio no seu todo, mas sim apenas receber uma indemnização, para que o negócio se torne equitativo, poderá propor uma ação de modificação do negócio (art 283º, nº1), invocando o seu carácter usurário (art 282º), dado que Augusto se aproveitou da sua inexperiência no ramo. Sendo o negócio modificado segundo juízos de equidade (art 283º, nº1), Bernardino receberá a diferença entre o preço pago e o preço que realmente o prédio vale, obtendo, desta forma, a tal desejada indemnização.

Perante o disposto no enunciado, esta última solução parece-me ser a mais indicada, face aos interesses de Bernardino.

42. Ana, de 16 anos, outorgou uma procuração a Bernardo, seu namorado, de 22 anos, para ele prometer comprar em nome dela, certo apartamento já escolhido por ambos, onde viessem a viver depois do casamento que projectavam e a que os pais de Ana se opunham, por ela ser muito jovem. Receando que Cristiano, proprietário do andar, não quisesse celebrar o contrato em nome de Ana, Bernardo não exibiu a procuração e concluiu-o em próprio nome. Quando, mais tarde, foi interpelado por Cristiano para fazer a escritura de compra e venda, Bernardo recusou, dizendo que nunca tinha sido sua intenção comprar para si, até porque não tinha o dinheiro necessário para pagar o preço, e que a celebração do negócio deveria ser exigida de Ana, que entretanto era já maior e já não era sua namorada. Esta, por seu lado, recusa-se a fazer o contrato, argumentando que nada tem que ver com os acordos entre Bernardo e Cristiano. Quid iuris?

Em primeiro lugar, a procuração é válida quanto à forma, pois o negócio a celebrar (contrato promessa) não exige forma especial. No entanto, é outorgada por uma menor, incapaz de exercer os seus direitos pessoal e autonomamente (123º). Esta menor (Ana) não é emancipada pelo casamento quanto à disposição de bens, visto que os pais não consentiram no casamento e a exceção à sua incapacidade prescrita nos artigos 132 e 133º não se verifica em virtude do artigo 1649º. A procuração é por isso anulável pelos pais de Ana, não tendo nós dados para concluir em que prazo o podiam fazer e se efectivamente o fizeram.

No entanto, Bernardo não exibiu a procuração e agiu em nome próprio, sem poderes de representação olhando o disposto nos artigos 260º e 268º. O contrato celebrado é por isso ineficaz em relação a Ana, salvo ratificação desta o que não acontece. Tendo o contrato sido celebrado por Bernardo deve ser ele a celebrar a escritura de compra e venda do imóvel. Quanto ao não cumprimento da promessa remete-se para o regime do contrato-promessa, o qual não é objecto programático desta cadeira.

43. João tinha-se comprometido, por contrato, a vender um andar de um prédio urbano seu a Laura por preço já acordado entre ambos. A escritura estava marcada para certo dia. Inesperadamente, a empresa em que João trabalhava mandou-o ao estrangeiro em serviço durante um período que justamente coincidia com o dia marcado. João, ao ser avisado pela empresa da necessidade de se ausentar, decidiu tomar imediatamente providências: outorgou uma procuração a Manuel conferindo-lhe poderes para vender, em seu nome, o andar, e enviou a este um fax do seguinte teor:

"Deixo em tua casa procuração para intervires no dia x no cartório y na escritura de compra e venda do meu andar a Laura".

Manuel está obrigado a ir à escritura?

Não está obrigado, visto que a procuração é um negócio jurídico unilateral (apenas necessita da declaração do representado para se efectivar). Nesse sentido, pode o procurador recusar assumir este papel e não fica obrigado a este cumprimento. Mais a mais, segundo o artigo 265º pode o procurador renunciar à procuração, subtraindo-se aos seus efeitos e extinguindo a procuração. Poderia até, se não pudesse comparecer na escritura e com o consentimento de João (do representado) fazer-se substituir por outrem nos termos do 264º.

44. António celebrou com Bento um contrato de compra e venda da casa do primeiro, por documento particular em 31 de Janeiro de 2015, por 500 000€. O preço foi integralmente pago na data do contrato. 3 meses depois, António recebeu de Carlos uma proposta da mesma casa, por 700 000€.

António dirigiu-se a Bento e invocando a invalidade do contrato propôs restituir os 500 000€ que tinha recebido, isto para que posteriormente vendesse a casa a Carlos.

Estamos perante uma invalidade de forma (art. 220º CC). Esta declaração não respeita a forma legal imposta pelo art. 875º CC. A invalidade pode ser invocada porque apenas se passam 3 meses desde a descoberta do erro que invalida a declaração. Ao invocarmos invalidade nesta situação concreta estamos em abuso? Segundo o prof. Vítor Neves não estamos em abuso, uma vez que não existe informação suficiente para que possamos tirar esse tipo de conclusões.

Para que existisse um abuso de direito teríamos que verificar certas condições, certos elementos, como: o comportamento do declarante aquando da celebração do contrato ou posterior à celebração do mesmo.

O que nos levaria a considerar abusiva esta actuação aquando da celebração do contrato? Se tivesse sido ele mesmo, por qualquer forma, a propôr a invalidade da declaração, a induzir o outro a celebrar o contrato desta forma, porque iria criar a ideia de que não iria em alguma circunstância declarar invalidade (questão da confiança). Na situação posterior ao contrato, isso poderia ser suficiente para dizermos que a invocação da invalidade era abusiva, mas era também de elevada importância conseguirmos demonstrar que ele se reconheceu vinculado ao contrato, mesmo após ter o conhecimento da questão da invalidade.

Nota: o abuso de direito não pode servir para que apaguemos todas as causas de invalidade. Quando a lei exige uma forma, por exemplo, é porque existem razões para isso, é para que as partes reflectam sobre o assunto e sobre o sentido daquilo que estão a fazer e a negociar, etc.

Quanto às questões posteriores ao momento em que a pessoa podia invocar a invalidade e não o fez – quando é que se pode prescindir disto (comportamento posterior à tomada de conhecimento da invalidade), quando o período de tempo não é suficiente para que os intervenientes se apercebam da existência de erro, por exemplo.

Nota: Ver resolução diferente, que conclui pelo abuso de direito na Resolução de Casos Práticos para Preparação de Exame, Caderno II

Se verificarmos que estão comprovados e preenchidos os requisitos de abuso de direito, quais são as consequências (que dependem do momento em que nos encontramos na declaração):

- a) Indemnização pelos danos que foram causados ao declaratório;
- b) Paralisação, se formos a tempo e assim podemos paralisar o exercício do direito na forma em que está, de modo a evitar as consequências negativas para o ordenamento jurídico e, por vezes, esta actuação não é suficiente para que se evite a produção de efeitos jurídicos e quando assim o é, teremos que ir pela via acima descrita, a da indemnização.

Voltando ao caso em cima apresentado: como é que Bento se pode tornar proprietário da casa, o que é que este pode fazer para tal? Se quiser efectivamente ficar com o imóvel, Bento pode invocar que não pode ser invocada a nulidade do contrato, pois só esse critério

não é suficiente, pois essa questão não torna Bento proprietário, por si só, uma vez que o contrato não é susceptível de passar a propriedade por falta de forma.

O que Bento deve invocar é que se o contrato é nulo, este deve então ser convertido em contrato promessa de compra e venda do imóvel em causa – art. 293º CC – e depois a execução da mesma, pedindo a compra e venda, tornando-se assim proprietário da casa. Podia o contrato ser convertido nos termos do artigo 293º se as partes tivessem antecipado esta situação, ou seja, que o contrato era nulo por falta de forma, poderiam convertê-lo e prosseguimos interesses mútuos e iniciais. Sondando a vontade hipotética das partes o contrato era aproveitável se as partes o tivessem querido tendo previsto o vício de que padece aquando da sua celebração, o que se parece verificar.

45. António celebrou com Bento um contrato de compra e venda da sua oficina de automóveis. Como esta era a única na cidade, Bento tinha a preocupação de que António não fosse abrir uma oficina concorrente. Por isso, Bento exigiu que António assumisse a obrigação de não o fazer durante 10 anos. Todavia, de acordo com a lei aplicável, esta disposição não é admissível. Assim, dois anos depois, António abre uma nova oficina na cidade, invocando a invalidade da anterior disposição contratual.

Esta é uma disposição contratual não admissível e isto gera consequências: a declaração é nula, por ser contrária à lei e corresponder aos requisitos dos arts. 280º CC e 294º CC.

Destes arts. concluímos que existe uma nulidade (parcial): é nula a parte correspondente à cláusula não admissível, pelo que o resto do contrato mantém-se (art. 292º CC). O ónus desta demonstração da essencialidade da cláusula é de quem quer fazer cair o negócio todo (se ninguém se pronunciar acerca deste “erro” o contrato mantém-se por inteiro).

Neste caso a declaração da nulidade é censurável? – art. 284º CC (legitimidade para esta invocação). Vejamos então o art. 334º CC que censura esta liberdade, mas isto em caso de não preenchimento de determinados requisitos.

Neste caso não temos nada que seja contrário à boa-fé (esta nulidade). Portanto, a invocação da invalidade da declaração (art. 280º CC+ art. 294º CC (+ art. 292º CC)=nulidade da cláusula). Isto remete-nos para o art. 286º CC, em que se exercem faculdades que são atribuídas por lei, através deste mesmo art.

Nesta situação temos dois requisitos a preencher:

- i. Está a exercer uma situação jurídica activa que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico;
- ii. Está dentro dos limites dessa situação jurídica.

Ao conjugarmos estes dois pontos, estamos perante um comportamento lícito da parte do agente, um comportamento conforme ao ordenamento jurídico (art. 334º CC é útil para que possamos confirmar esta questão e só através deste art. podemos censurar o comportamento de António).

Quanto ao art. 334º CC este contém um conjunto de questões que se preenchedas, confirmam a existência de abuso de direito:

- Excesso dos limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito;
- Terá que ser um excesso manifesto.

Nota: Ver Resolução Casos Práticos para Preparação de Exame, Caderno II, opto por advogar a existência de abuso de direito, mas reconheço que esta talvez seja uma situação de fronteira e de que isso possa inviabilizar a procedência de um argumento fundado no 334º. No entanto, o facto de António consentir na inserção de tal cláusula contratual parece conferir uma intensidade tal à confiança de Bento que justifique a sua tutela. No entanto, os

circunstancialismos da inserção desta cláusula seriam importantes para estas considerações. Casos como a sub-hipótese b) não deixariam dúvidas neste âmbito.

a) E se Bento tivesse dito a António, quando celebrou o contrato, que a não concorrência era para ele uma questão essencial?

Resposta: neste caso, a consequência seria a “morte” de todo o contrato. O caminho a seguir seria o mesmo do número 2, mas se a disposição contra era contrária à lei, através do art. 280º CC e 294º CC (+art. 292º CC) – sendo que tudo isto gera a nulidade da cláusula. Quanto ao art. 292º CC em concreto, em princípio o contrato manter-se-ia, a não ser que, Bento invocasse (parte final) a essencialidade da causa e demonstra-se a mesma, e aí todo o contrato cairia, com as consequências do art. 289º CC.

b) E se tivesse sido António a convencer Bento a incluir esta cláusula no contrato para aumentar o preço?

Aqui existe sem dúvida um excesso manifesto da parte de António aos olhos da boa-fé, os quatro requisitos da modalidade da tutela da confiança encontrar-se-iam preenchidos e recairia sobre António a obrigação de indemnizar Bento.

46.

Nota - Tipos doutrinários de abuso do direito:

- 1) Exceptio dolli : exercício doloso
- 2) Venire contra factum proprium: (vir contra facto próprio) – ter ou praticar comportamentos contraditórios que leses uma determinada confiança legítima.
- 3) Inalegabilidades formais: alguém que teria o direito de alegar uma invalidade formal deixa de o poder fazer por ter sido ela própria a provocar a sua existência.
- 4) Supressio surretio: tempo + boa fé faz com que o exercício de um direito passe a ser considerado abusivo (e como se uma pessoa perdesse a faculdade de exercer certos direitos e outra ganhasse essa faculdade).
- 5) Tu quoque: (tu também) – a pessoa que incumprir uma norma não pode, depois, tirar desse incumprimento um benefício.
- 6) Desequilíbrio no exercício, que se apresenta em três vertentes distintas:
 - a. Exercício danoso inútil;
 - b. Exigir aquilo que se deve restituir;
 - c. O exercício de um direito gerar prejuízos manifestamente desproporcionais às vantagens que dele possam resultar.

- Identifique os tipos doutrinários de abuso do direito nas seguintes hipóteses:

1ª HIPÓTESE

O senhorio pede o despejo de um inquilino por este durante anos ter depositado a renda num sítio que não era o contratualmente estabelecido, mas durante todo esse tempo nunca o problema foi levantado.

R. Venire contra factum proprium. Pode também ser supressio surretio (nada impede que na mesma situação se verifique mais de um tipo doutrinário de abuso do direito).

2ª HIPÓTESE

Durante 30 anos o senhorio consentiu o uso do imóvel para fim diferente daquele que fora contratado e agora intenta um despejo por esse motivo.

R. Supressio surretio

3ª HIPÓTESE

Um armazém precisa de obras e o inquilino pede ao senhorio que as realize, mas este não as faz. O inquilino tem que deixar de usar o armazém porque chove lá como na rua, devido à ausência das obras. O senhorio intenta agora uma acção de despejo com fundamento na desocupação do imóvel.

R. Tu quoque. O senhorio foi quem criou a situação, não podendo agora vir beneficiar do incumprimento da norma que o obrigava a manter o armazém em condições de utilização normal.

4ª HIPÓTESE

O inquilino paga 500 € de renda e exige do senhorio que realize obras no valor de 1000.000 €.

R. Desequilíbrio no exercício do direito, na modalidade em que o prejuízo resultante desse exercício é manifestamente desproporcional ao benefício a alcançar.

5ª HIPÓTESE

Um segurado não indica ao celebrar o contrato a sua profissão correcta. A Compª de seguros não tem conhecimento da desconformidade. Durante 10 anos o segurado paga o prémio. Passado esse tempo há um acidente e a Compª diz agora que não paga porque a profissão está mal.

R. Supressio surretio.

6ª HIPÓTESE

É construído um edifício que ocupa 1 m2 de terreno alheio. Durante anos o proprietário desse terreno nada faz, mas agora vem exigir a demolição do edifício que vale 10 milhões de Euros.

R. Desequilíbrio no exercício do direito, na modalidade em que o prejuízo resultante desse exercício é manifestamente desproporcional ao benefício a alcançar e Supressio.

7ª HIPÓTESE

O vendedor, decorrido o prazo de caducidade da garantia da coisa, diz ao comprador que arranja a avaria. Uns tempos depois, no entanto, recusa-se a fazer a reparação invocando a caducidade da garantia.

R. Venire contra factum proprium.

47. Exame 2015, Vítor Neves

a) – Não estamos perante um problema de alteração de circunstâncias do contrato celebrado entre António e Bento, uma vez que não é do interesse do António enquanto eventual parte lesada resolver ou modificar o contrato, mas mantê-lo intacto. Estamos, isso sim, perante um problema de má representação da realidade da parte de António ao formular a sua declaração negocial de cessação do contrato anteriormente celebrado, que este quer anular por forma a manter o contrato nos seus termos iniciais. Nesse sentido, devemos perceber que o erro de António não é causado por dolo quer de Bento quer da empresa do Porto e que por isso é um erro de vício simples, que incide sobre os outros motivos determinantes da vontade de António enquanto pressuposto unilateral da sua decisão de

contratar, pelo que devemos aplicar o artigo 252º/1. Ora, olhando para os seus requisitos esta é de facto uma questão essencial para António, mas nada na hipótese nos sugere que haja um reconhecimento por acordo desta essencialidade da parte de Bento, pelo que a declaração de António não é anulável e este se quiser manter o arrendamento terá de ceder às pretensões de Bento.

Nota: Pode-se considerar que o facto jurídico relevante é a entrada em insolvência e que isso é um facto posterior e que importa a aplicação do regime da alteração de circunstâncias; na medida em que a representação da realidade não está errada, a empresa ia contratá-lo mesmo na altura do arrendamento acabou por não o contratar pelo facto futuro.

b) – Encontramo-nos no domínio da representação voluntária, existindo uma procuração válida a nível formal, por conjugação dos artigos 262º/2 e 219º, visto que esta procuração deve reger-se pela liberdade de forma. Ora, Bento age em infidelidade face a António, seu representado pelo que esta atuação poderá não produzir os efeitos normalmente aptos a introduzir alterações na esfera jurídica de António, nos termos do 258º. Digo isto, porque se Carlos, enquanto terceiro tivesse satisfeito o ónus que lhe assiste do 260º exigindo a Bento que fizesse prova dos seus poderes perceberia, segundo a interpretação de um declaratório típico pelas regras dos artigos 236º e seguintes, que “atos necessários e convenientes à conservação da casa” por muito que efetuados segundo o “exclusivo critério de Bento” não englobam um mero capricho estético de Bento, sendo que a pintura encomendada não foi efetuada para impedir a degradação da anterior pintura, mas para mudar a cor da casa tornando-o apenas mais prazenteira a Bento. Perceberia também e consequentemente que Bento não estava por isso habilitado a realizar tal encomenda, pelo que age sem poderes de representação no âmbito do artigo 268º. O negócio celebrado entre Bento e Carlos é por isso ineficaz em relação a António, protegendo este em detrimento da falta de diligência de Carlos em satisfazer o ónus do 260º e perceber a falta de poderes. Carlos não pode exigir por isso o pagamento a António. Também não pode exigí-lo a Bento, porque este nunca quis que o negócio produzisse efeitos na sua esfera jurídica mas na de António. Se Carlos tivesse sido diligente tê-lo-ia percebido e Bento disse-lhe sempre que a casa era de António e não dele. **Em suma, Carlos não pode obter o pagamento de ninguém, pois não existem sujeitos aos quais se possam opor os efeitos do negócio celebrado.**

c)- Importa desde já explicar que Bento não é representante de António, mas age ao abrigo de um mero mandato sem poderes de representação; visto que Bento não age em nome de António. **Após celebrar o contrato com Carlos os efeitos não produzem efeitos directamente na esfera jurídica de António, mas na de Bento que agindo por conta de António, fica obrigado a transmitir esses mesmos efeitos a este último num momento determinado.** Nesse sentido, António não tem razão neste seu argumento de que o contrato seria inválido pelo negócio ter tido a si como contraparte e ele estar impedido de adquirir participações de sociedades comerciais, pois Bento não era seu representante ou “testa de ferro (nunca poderia existir simulação, visto que não há um acordo pactuado entre as partes do negócio para enganar um terceiro, mas quanto muito entre mandante e mandatário), mas seu mero mandante, pelo que, em condições normais, o preço pago não poderia ser devolvido a António e este deve manter na sua posse as quotas que Bento lhe transmitiu. **No entanto, o contrato foi celebrado contra disposição legal imperativa que exigia a forma escrita para este negócio e, por força dos artigos 294 e 220º, o contrato é nulo por falta de forma podendo esta nulidade ser accionada por António sem dependência de prazo nos termos do 286º.** Assim, por muito que os seus argumentos sejam apenas parcialmente procedentes, António deve ver satisfeitas as suas pretensões, às quais Carlos não se pode opor.

d) – Bento celebra o contrato de compra e venda com António possuindo uma incorrecta representação da realidade, ou seja, uma desconformidade entre esta e o entendimento que se tem dela. Esta má representação é causada por dolo de Carlos, utilizando para fazer boa figura um artifício que induz Bento em erro. Este dolo (assim qualificado por virtude do 253º) provém de terceiro pelo que só será anulável nos termos do 254º/2 se António enquanto declaratório tivesse conhecimento deste, o que não se verifica. Não existindo erro doloso devemos aferir ainda se existe erro de vício simples e sobre que elemento incide. **Ora, penso que este recai sobre o objeto do negócio, visto que embora se possa arguir que a autoria do objeto é um motivo da vontade não atinente ao objeto em si, a verdade é que, ao contrário da pertença, a autoria do objeto tem reflexos indeléveis nas características do mesmo, designadamente na sua qualidade, facto que influencia o seu valor.** Nesse sentido devemos aplicar o 251º, que remete para o 247º. Olhando os seus requisitos, a autoria das estátuas é essencial para Bento, mas esta essencialidade não é conhecida por António, pelo que o negócio jurídico celebrado entre A e B não é anulável e o preço pago por Bento não deve ser devolvido por António.

48. Exame 07/2014

I.

a) – Existe uma simulação relativa; o negócio simulado é a C e V por 150.000€ e o dissimulado a C e V por 250.00€. A simulação não pode ser oposta, por virtude da boa-fé a terceiro (neste caso a Ilda, a preferente) se esta oponibilidade lhe causar prejuízos. Neste caso opondo-lhe a simulação coloca-se Ilda não seu lugar por direito, como preferente do negócio existente e válido – o dissimulado (que é válido por aproveitamento de forma). Pode assim ser oposta a simulação a Ilda, fruto de uma interpretação restritiva do 243º/1 que deve assim pagar 250.000€ se quiser exercer o direito de preferência.

b) – Aí sim já não se pode opor a simulação a Ilda pelo 243º/1, visto que se lha opusermos causamos uma desvantagem a Ilda (paga um valor mais elevado ao exercer a preferência) pelo que Ilda deve pagar o valor real pelo imóvel (200.000€).

49. Exame 01/2014

II. Em primeiro lugar, António outorga uma procuração em favor de Barroso conferindo-lhe plenos poderes para vender o quadro a quem mais lhe convier. Esta procuração é válida e a atuação de Barroso insere-se dentro dos limites formais a ele conferidos. Mas existe a possibilidade que este se desvie dos limites imanentes à sua atuação. Em primeiro lugar foi auxiliado por Celeste, algo que é permitido à luz do 264º/4, não advindo daqui qualquer invalidade. Em segundo lugar, Barroso acaba por celebrar um negócio consigo mesmo sendo assim o negócio anulável nos termos do 261º visto que Antónia não consentiu especificamente nesta celebração e a possibilidade de um conflito de interesses não estava excluída. Por outro lado, António apenas fez uma proposta de compra de carro por um valor x e Barroso não pode ao abrigo da procuração trocar o automóvel por um quadro que julga de ser do valor do automóvel (100.000€), pois este é um negócio oneroso atípico e não um de compra e venda, pelo que interpretando a procuração que lhe foi outorgada Barroso percebe que não está habilitado para tal negócio jurídico. Age, pois, em falta de poderes, sendo ainda o negócio ineficaz nos termos do 268º em relação a Antónia.

Barroso representa ainda por cima mal a realidade, sendo este um erro de vício não causado por dolo. Este erro incide sobre a autoria do objeto (quadro) que influi directamente nas características do mesmo, pelo que o erro simples incide sobre o objeto do negócio nos termos do 251º que remete para o 247º. **Esta questão era essencial para Barroso e devia ser conhecida esta essencialidade por Antónia que sabe que Barroso só lhe entregaria o carro se o que recebesse em troca fosse correspondente ao valor do carro. Tendo optado por levar**

somente um quadro ela assume que o valor do quadro para Barroso é essencial. Sendo assim o negócio é também anulável por Barroso, bem como por Antónia.

50. Exame 2013

I.

a) – Importa, para solucionar esta hipótese, aferir se a bainha é uma parte integrante ou uma coisa acessória da coisa móvel (205º) principal. Estando afeta à utilização da espada de forma duradoura, devo aferir se separando uma da outra ficam marcas significativas na orientação funcional da coisa principal. Ora, no meu entender, sendo a espada um artefacto histórico e não tendo a utilização funcional que lhe era dada no seu tempo de origem, parece-me que a bainha é uma relíquia independente, de valor histórica autónoma, sendo por isso coisa acessória e não abrangida pelo negócio sobre a espada nos termos do 210º/2.

b) – Pedro age com uma má representação da realidade pensando que a espada era de D. Dinis. Ora, este erro de vício é causado por dolo de Albuquerque, enquanto representado. Para tal ser líquido é necessário que: (i) exista da parte de Albuquerque um artifício consciente de induzir consumidores em erro que não é usual do comércio jurídico; (ii) e que, estando nós no domínio da representação voluntária este estado subjectivo de Albuquerque seja o decisivo para aferir o vício da vontade, o que é realidade devido à 1ª parte do 259/1 (e a verdade é que a colocação do anúncio foi feito por exclusiva vontade de Albuquerque); sendo que para mais segundo o 259º/2 estatui que ao representado de má-fé não aproveita a boa-fé do representante (Afonso). Com efeito temos dolo do declaratório que torna o negócio anulável por Pedro nos termos do 254º/1, já que pelas regras normais de interpretação (236º) da declaração negocial de Albuquerque qualquer declaratório típico associa D. Dinis ao rei de Portugal.

c) – Pedro age mais uma vez com uma representação incorrecta da realidade que pode ter sido causada por dolo. Mas aqui este terá de se verificar em Afonso, enquanto representante de Albuquerque por virtude do 259º. E com efeito é Afonso quem induz Pedro em erro, mas é necessário por interpretação (236º) perceber se este tinha consciência de o estar a fazer (se quis mesmo indicar a sua avó ou uma pedra preciosa e usou a avó como desculpa). Ora, como os factos não são conclusivos e usando a interpretação do 236º, um declaratório típico nunca entenderia a frase de Afonso como fazendo referência à sua avó; e este é um sentido com que Afonso poderia razoavelmente contar, ainda que seja contra a sua vontade. Nesse sentido, o negócio é também anulável por dolo de Afonso nos termos do 254º/2, visto que a procuração não cobre atos ilícitos e por isso Afonso é, para estes efeitos, terceiro; mas o seu conhecimento do seu dolo que ele próprio tem é fundamental e imputável a Albuquerque pelo 259º, para efeitos de anulabilidade (287º).

e) – Albuquerque não pode opor-se ao negócio pelo fundamento elencado, já que Afonso podia legitimamente ser procurador de Albuquerque mesmo sendo menor nos termos do 263º. Albuquerque não deve ser protegido pelo OJ visto que correu o risco de nomear um menor para seu representante, papel este que Afonso está apto a desempenhar. No entanto, poderia Albuquerque tentar opor-se ao negócio alegando que este não é eficaz em direcção a si, visto que Afonso age sem poderes de representação nos termos do 268º; no entanto se Pedro tivesse consultado a procuração outorgada em favor de Afonso poderia ter visto que a procuração era passada para que Afonso dirigisse o negócio tendo autonomia para decidir o que quisesse quanto à venda da espada e de todos os bens à venda na loja. **Assim, Afonso age dentro dos seus poderes de representação, pelo que o negócio celebrado (negócio oneroso) é válido e produz efeitos na esfera jurídica de Albuquerque nos termos do 258º.**

51. Exame 2012

II.

1. Estamos perante um contrato de compra e venda de bem móvel, válido quanto à forma (205º, 219º e 875º *a contrario*), que cria em Paula o direito de propriedade sobre o carro por mero efeito do contrato (406º), bem como a obrigação de entregar o preço acordado; gerando em Rui a obrigação de entregar a coisa transaccionada (879º).

Chamando Sérgio à colação este atua ao abrigo de uma procuração tácita que é emanada ao abrigo de uma relação de amizade que leva Sérgio à prática de negócios jurídicos em nome de Paula, nos termos do artigo 258º. Nesse sentido Rui não pode obstar à execução das obrigações com Sérgio visto que este age em nome de Paula e está habilitado para realizar precisamente aquilo que Rui se opõe a viabilizar. Por outro lado, se Sérgio constata que o automóvel não corresponde à descrição de Rui e assumindo que esta verificação é posterior à celebração do contrato entre este e Paula, então pode tentar anular o negócio por má representação da realidade de Paula causado por dolo de Rui nos termos do 254º/1; mas só Paula pode arguir esta anulabilidade nos termos do 287º.

52. Exame 2009

I. Nota: Preliminarmente importa apontar que não existia procuração. Esta não foi outorgada, muito menos na forma exigida ao abrigo do 262º/2. Bento acertou contas com António e apenas deixou a Carlos o acerto de contas deste contrato, pelo que não existe também na natureza deste uma procuração implícita, que mesmo a existir seria nula por falta de forma (262º/2, 220º, 286º). Devemos pois incidir directamente no regime do erro de vício, visto que António representa mal a realidade, considerando que aquela vista nunca seria obstruída e que poderia sempre dela desfrutar enquanto vivesse naquela casa que acabou por comprar.

Existe assim um erro causado também por dolo de terceiro, já que, pelos dados indicados pelo argumento (iii), Bento não conhecia nada acerca da licença de construção que António não soubesse já. Existe, isso sim, da parte de Carlos, enquanto 3º uma atuação dolo ao manter conscientemente em erro António. Ora, este dolo não é relevante para efeitos de anulabilidade do negócio visto que nos termos do 254º/2 este tinha de ser conhecimento pelo destinatário (Bento) o que não se verifica. Somos assim, remetidos para o regime do erro de vício simples. Pode-se aqui considerar que o erro incide sobre o objeto (sendo a vista proporcionada uma característica do imóvel), mas esta não me parece ser um traço uniforme reconhecido por todos os consumidores ou potenciais interessados como sendo uma característica da casa, mas antes um motivo da decisão de contratar de António, que pese embora não ter sido verbalizado por ele foi percebido por Bento aquando do jantar que com ele teve. Ambas as partes percebendo que este facto motiva o interesse de António acabam por contratar na certeza de que nada obstruirá esta vista, pelo que este é um motivo determinante da vontade que constitui a base do negócio, por ser um circunstancialismo em cuja verificação ou previsão ambas as partes basearam a sua decisão de contratar, pelo que deve ser aplicado o 252º/2 que remete para os requisitos do artigo 437º. No entanto esta alteração circunstancial por muito que possa afetar a boa-fé na exigência suplementar que faz a António, não constitui uma alteração anormal, por muito que seja imprevisível, pelo que o negócio é válido.

Nota: Se considerássemos que o erro era sobre o objeto, parecer-me-ia que este facto era essencial para António e conhecido de Bento que pela descrição do enunciado parece aperceber-se desta essencialidade pelo que faz a proposta a António.

II. Nota: Agora sim já estamos no domínio da representação voluntária, tendo Bento passado uma procuração a Carlos, assumindo nós que essa procuração é válida quanto à forma (262º e 258º) conferindo a Carlos poderes de representação, pelo que ele atua dentro dos limites formais da procuração.

a) - No entanto, Carlos celebra um negócio consigo mesmo, que segundo o artigo 261º pode ser anulável o que pode eventualmente constituir um modo de reacção de António face a este caso. Para tal deve António provar que Carlos celebrou este negócio sem o consentimento específico de Bento enquanto representado (o que se prova até pelo facto de Bento estar disponível a ajudar António e pela surpresa a ele manifestada) e defender que a possibilidade de conflito de interesses de Carlos não está excluída. Nesse sentido verifica-se a anulabilidade deste negócio, que António não pode, no entanto arguir, mas Bento nos termos do 287º sendo a pessoa em cujo interesse a lei estabelece a anulabilidade; e no prazo de 1 ano após ter conhecido o negócio consigo mesmo. Se a anulabilidade proceder, então pelo 289º Carlos está obrigado a restituir a casa a Bento, e este o valor recebido a Carlos. De seguida, António pode comprar a Bento a casa por um valor mais elevado do que aquilo que Carlos pagou.

b) – Estamos perante uma simulação entre representante e terceiro adquirente (Carlos e António respectivamente). Existe uma divergência entre a vontade real e a vontade declarada entre os dois, vício da vontade na sua exteriorização que se deve verificar em Carlos por virtude do 259º; esta divergência é intencional e pactuada entre os dois com o intuito de enganar terceiro (Bento). Apesar de neste caso o terceiro ser o representado, parte não exterior ao negócio; esta circunstância não prejudica no meu entender a aplicação do artigo 240º, pois a sua *ratio* é de proteger sujeitos exteriores ao acordo simulatório e Bento enquadra-se nesta situação (**acórdão do STJ: “O proprietário de um imóvel vendido simultaneamente por procurador é terceiro para efeitos do disposto no artigo 240º, podendo assim pedir a declaração do negócio simulado”**). Neste sentido o negócio simulado é o de C e V do imóvel por 380.000€ (valor que consta do contrato), que é nulo (240º/2) e o negócio dissimulado o de 400.000€ com 20.000€ a irem para Carlos. Este negócio não goza de forma exigida por lei, mas a divergência entre eles é um elemento central em razão do qual a lei exige forma especial (a escritura permite a Bento enquanto terceiro enganado aferir que Carlos recebe uma comissão indevida), pelo que não se pode aproveitar a forma do negócio simulado para salvar o dissimulado, que é assim nulo por falta de forma (220º).

b.1) – É celebrado um negócio que produz efeitos jurídicos na esfera de Bento enquanto representado que, estando descontente com o mesmo, pode reagir, alegando falta de poderes de representação de Carlos para a sua prática. Se António tivesse satisfeito o ónus do 260º (e olhando os dados da hipótese provavelmente fê-lo) teria percebido que Carlos não estava habilitado a vender a casa por um valor menor que 400.000€ (valor a receber por Bento); pelo que constatando-se a deslealdade do representante pela mera consulta da procuração estamos no campo do artigo 268º e o negócio é ineficaz em direcção a Bento, salvo ratificação que não parece ter existido.

b.2) – Por força do artigo 259º é em Carlos enquanto representante que se devem verificar os vícios da vontade para efeitos de anulabilidade da declaração e, neste caso, Carlos não é livre na sua decisão de contratar já que António o ameaça (contar ao representado a sua proposta desonesta). O processo de extorsão da declaração negocial a Carlos é censurável aos olhos do Direito constituindo coacção moral nos termos do 255º e importando a anulabilidade do NJ nos termos do 256º, que pode ser arguida no prazo de 1 ano por Bento nos termos do 287º. Efeitos da anulação - artigo 289º nº1 – efeito retroativo, com a restituição do valor de 300.000€ a António e a devolução da casa a Bento.

III.

a) e b) - No Direito Privado, vigora o princípio da responsabilidade exclusivamente patrimonial. Isto é, se alguém praticar um ato ilícito, responde apenas com o seu património e nunca com os seus bens pessoais (liberdade ou integridade física), pelo que António nunca poderia ser preso por violação do artigo do Código Civil.

Adicionalmente, como se trata de um imóvel, o prazo para denunciar deve ser feito até 1 ano após o seu conhecimento e dentro de 5 anos após a entrega da coisa, pelo que António exerceu este ónus dentro dos prazos prescritos, que são de caducidade devendo opor-se às pretensões de Bento por esta via e não pela invocação de um artigo pertencente ao regime da prescrição, completamente distinto do da caducidade, aplicável por princípio geral aos casos de decurso do tempo como facto jurídico e neste caso por essa mesma razão.

Casos do Livro Lacerda Barata

1. Identificação das situações jurídicas

Cláusula 1 – Direito de propriedade de Bento (compreende poderes (doá-lo) ou faculdades (fruir o carro), obrigação de pagar o preço estabelecido de Bento.

Cláusula 2 – Dever de António de respeito pelo direito de propriedade de Bento e possível obrigação de indemnizar de António

Cláusula 3 - obrigação de entregar o automóvel de António.

Cláusula 4 – Exceção de António ao cumprimento do contrato caso a contraparte não cumpra a sua obrigação estabelecida na cláusula 1.

Cláusula 5 – Obrigação de António

Cláusula 6 – Direito potestativo de resolver o contrato de Bento e respectiva sujeição de António

Cláusula 7 – Ónus de Bento exigir a substituição mediante a denúncia do vício da coisa

Cláusula 8 – Exceção das duas partes à obrigação de indemnizar a outra parte mediante decurso do prazo prescricional; Ónus das duas partes de denunciar incumprimento do contrato dentro do prazo

- 4.** Apesar de Antero ter feito a alteração à proposta esta nunca poderia gozar a aprovação de Bernardo meramente através do silêncio, já que este nada vale por interpretação *a contrario* do artigo 218º. Nesse sentido, não existe negócio jurídico visto que não se dá o acordo entre as declarações negociais dos dois sujeitos. Bernardo dispõe por isso de um bem que não possui, pelo que não podia vendê-lo a Dimas, muito menos sem pagar o preço que tinha sido proposto por Antero que podia constituir uma declaração tácita de aceitação da proposta de Antero. Tem por isso de entregar o relógio a Antero que transmitirá a sua propriedade a César, sendo este o único negócio válido.
- 10.** Por questões programáticas vou só versar sobre o negócio celebrado entre Asdrúbal e Birmínio. Este último toma uma decisão livre e bem exteriorizada, mas atua segundo um deficiente entendimento da realidade, por considerar, erroneamente que o carro por ele comprado pertencera ao seu avô. Somos por isso levados para o regime do erro de vício, importando em primeiro lugar sublinhar que este não é causado por dolo, pelo que se aplica o regime do erro espontâneo (251º e 252º). Devemos, pois, definir sobre que

elemento incide o erro de Birmínio. Este é atinente à pertença do objecto, no entanto não se reporta às características do mesmo, apenas ao facto de ter pertencido ao avô de Birmínio. É por isso um erro sobre os motivos determinantes da vontade ao qual se refere o artigo 252º/1. Para que este determine a anulabilidade do negócio jurídico é importante que se verifiquem dois requisitos cumulativos: em primeiro lugar que este seja essencial ao declarante (e é-o, pelo menos para Birmínio) e que essa essencialidade seja reconhecida pelas partes, ou seja que também Asdrúbal se conforme com as consequências negativas que a verificação deste erro se possa dar. Não existem dados suficientes na hipótese para afirmar que tal essencialidade seja reconhecida por Asdrúbal, visto que nem nos é indicado sequer que ele a conhece. O negócio celebrado é por isso válido e Birmínio está adstrito ao pagamento dos 19.000€ acordados.

11. Igualmente por questões programáticas, irei só discutir o aproveitamento que Daniel faz do Fiat. Poder-se-ia pelo fim ilícito que Daniel dá ao veículo arguir a sua nulidade; no entanto, nos termos do 281º, o negócio só padeceria de nulidade se este fim ilícito fosse comum a ambas as partes. Ora para tal também Armindo teria de visar com esta venda que o carro funcionasse para transporte de contrabando, o que não se verifica, pelo que, pelo menos quanto ao seu conteúdo o negócio é válido.

12. *Vide* ex.11, irei só discutir o aproveitamento que Célio faz do veículo em causa, sendo a resposta a esta questão em tudo idêntica à do exercício anterior.

13. Este caso versa sobre questões da forma das declarações negociais. Importa desde já distinguir quais os negócios que vamos analisar e respectivas formas:

- (i) – Contrato-promessa de compra e venda de um terreno (escrito particular)
- (ii) – Contrato de comodato de um automóvel (escrito particular)

- O contrato-promessa não tem, segundo o artigo 410º, de revestir a mesma forma do contrato prometido; no entanto se a lei exigir um documento em específico para essa celebração então este terá de ser celebrado através de um documento particular assinado entre ambos. No caso do contrato (i), o contrato prometido é o de compra e venda de um imóvel, para o qual a lei exige escritura pública, pelo que as exigências supramencionadas estão cumpridas e este contrato é válido quanto à forma.

Relativamente ao segundo contrato a lei não exige qualquer forma especial para o mesmo, pelo que esse mesmo contrato, tendo sido celebrado por escrito particular, corresponde a um caso de forma convencional, supondo – se que as partes não se quiseram vincular senão pela forma convencional.

- Subsiste ainda outra questão para analisar. O facto de Porfírio e Quintino terem combinado a celebração de um contrato por documento especial não exigido por lei, faz com que se estejamos perante uma forma convencional pelas partes, presumindo-se mais uma vez que as partes não se queiram ter vinculado senão por aquela forma. Pelo que à partida não podem celebrar o mesmo oralmente, pelo que o contrato é nulo por falta de forma. No entanto estamos a falar de uma presunção ilidível de nulidade do contrato por motivos formais que é afastada pelas partes ao celebrarem o contrato de forma plena. Este é pois válido.

- Quanto à revogação verbal dos contratos (i) e (ii), estes atos constituem, a meu ver, estipulações verbais posteriores à celebração dos mesmos, pelo que serão válidas e darão lugar à revogação dos contratos se a razão especial para a adoção de uma forma especial não lhes for aplicável. Ora tal pressuposto verifica-se no contrato (ii), mas não encontra procedência no contrato (i); visto que a lei exige a forma especial acima mencionada para induzir as partes numa reflexão acrescida sobre se querem mesmo

vincular-se ao contrato, deste modo a revogação deverá ser também adotada na forma escrita e não verbalmente, para garantir que as partes querem efectivamente subtrair-se aos efeitos do contrato que anteriormente celebraram (o contrato-promessa de compra e venda de imóvel entenda-se).

- 14.** Eládio adota, aquando da celebração do contrato uma forma mais graduada do que a exigida por lei (mera oralidade), consubstanciando esta situação, por isso, um caso de forma voluntária, como nos indica o artigo 222º, pelo que a estipulação verbal posterior de cessação do contrato é válida quanto à forma na medida em que a lei para ela não exige a forma escrita, esta apenas foi adotada espontaneamente para a celebração do negócio. No entanto, importa também referir o fim para o qual o negócio em causa foi celebrado. Este é contrário à ordem pública, a lei e aos bons costumes pelo que nos termos do artigo 281º, determinará a nulidade do negócio se for comum a ambas as partes. Se supusermos que Flávio partilhava do interesse de Eládio na morte do gato da sua vizinha e que foi com esse propósito que lhe vendeu o sabre, então o negócio padece de nulidade, podendo esta ser declarada nos termos do 286º sem dependência de prazo por qualquer interessado, o que neste caso abrange também os contratantes, que também pretendem desistir do negócio.
- 15.** Importa desde já sublinhar que estamos perante o contrato de compra e venda de um imóvel, pelo que, nos termos do artigo 875º, este deve ser celebrado por escritura pública ou documento particular autenticado. Tendo adotado a segunda forma prevista, as partes cumprem a exigência da lei e o contrato é válido quanto à forma. O lugar do pagamento do preço foi estipulado verbalmente em momento posterior ao da celebração do contrato e essa estipulação acessória deve ser a sua validade avaliada aos olhos do artigo 221º. Segundo o seu número 2, esta estipulação só está sujeita à forma legal prescrita se a razão da exigência da lei lhe for aplicável. Ora, o preço não é um elemento sobre o qual incida a exigência de documento particular autenticado, pelo que esta estipulação é válida.
- 28.** Pode-se discutir que a declaração negocial de Justino padeça de inúmeros vícios, não na forma ou no conteúdo da mesma, mas no seu processo de formação. Para começar, a representação que Justino faz da realidade é desconforme com essa mesma realidade na medida em que este se encontrava erroneamente convencido de que padecia de intoxicação alimentar. Ora somos nesta primeira análise remetidos para o regime do erro de vício, sendo que este não é causado por dolo e, sendo espontâneo, deve conduzir-nos à reflexão acerca do elemento sobre o qual incide o erro. Este deverá incidir sobre a base do negócio ou sobre os outros motivos determinantes da vontade, nos termos do 252º. Neste caso, considero que nos encontramos perante uma situação de erro sobre a base do negócio, pois no momento da celebração do mesmo ambas as partes estão em erro quanto à situação clínica de Justino. Para Justino a sua situação é pressuposto da decisão de contratar e Libânio sabendo que Justino só contrataria naquelas circunstâncias objectivas, aproveita-se conscientemente do contexto, até pelo preço praticado. Torna também aquele circunstancialismo objectivo como pressuposto da decisão de contratar ou de, pelo menos, contratar naqueles termos, até porque abdica do conforto de assistir ao jogo da Taça de Portugal. Nesse sentido, aplicaremos o 252º/2 que nos remete, para efeitos de anulabilidade do contrato, para os requisitos materiais do artigo 437º. Ora, verifica-se a alteração anormal do circunstancialismo envolvente do contrato que afeta gravemente a boa-fé nas exigências feitas a Justino. No entanto, parece-me que esta alteração está coberta nos riscos próprios do contrato, na medida em que quando uma pessoa marca uma consulta médica está sempre sujeita a que o seu diagnóstico, enquanto leiga na área, esteja errado. Neste sentido, não se encontram preenchidos as exigências para que o negócio seja anulável por erro sobre a base do negócio.

Estando afastada a possibilidade de vício sobre a representação da realidade, devemos aferir se Justino foi livre aquando da tomada de decisão quanto aos efeitos jurídicos que queria ver produzidos mediante o negócio jurídico a que se vinculou. Com efeito, este encontrava-se momentaneamente afectado pela iminência de um grave problema de saúde, num estado de ligeireza de espírito que lhe reduziu a liberdade. Nesse sentido e em abstracto podem existir três causas de redução substancial da liberdade de Justino: incapacidade accidental, usura ou coacção moral. A incapacidade accidental corresponde a uma norma geral (257º) aplicada a nível subsidiário quando nenhuma das outras causas específicas se verifica. Ora neste caso, verifica-se uma delas, uma situação de inferioridade e fraqueza de Justino, pré-existente ao contacto com Libânio e não causada por este último que se enquadra, por isso, na previsão do negócio usurário do 282º. Acresce a isto que o declaratório tivesse aproveitado esta situação para obter para si benefícios excessivos o que se verifica no preço manifestamente exagerado que foi exigido e na reivindicação da televisão ligada aquando da consulta que minoraria a atenção dada ao paciente. Nesse sentido o negócio é anulável, nos termos do 287º por Justino no prazo de 1 ano a contar do momento em que conhece o seu verdadeiro estado de saúde. No entanto, Justino pode ao invés requerer a modificação do negócio segundo juízos de equidade ao abrigo do artigo 283º ou esta modificação poderia ser oferecida por Libânio para obstar à anulação do negócio. Tal modificação só poderia passar pela devolução de parte do preço pago a Libânio, reduzindo substancialmente os encargos impendentes sobre Justino.

29. Devemos discutir aqui duas questões distintas. Em primeiro, quanto à validade do negócio, este é celebrado com um fim ilícito. Este só determina a nulidade do negócio, nos termos do 281º, se o fim for comum a ambas as partes e a hipótese não nos fornece dados nesse sentido, quanto a Flávio. Nesse sentido o negócio quanto ao seu conteúdo é válido. No entanto, subsiste outra dúvida quanto ao seu processo de formação, visto que a liberdade de Flávio na tomada de decisão foi gravemente afetada pela situação económica em que se encontrava. Nos termos do 282º e pela mesma explicação do exercício anterior o negócio é anulável por usura, visto que Dálio paga um preço irrisório por um artefacto extremamente valioso obtendo assim um benefício injustificado fruto da fragilidade económica de Flávio. Este nos termos do 283º/1 exige um preço justo, através da modificação do negócio segundo a equidade. Se Dálio não a aceitar pode Flávio anular o negócio jurídico celebrado e Dálio fica obrigado a restituir-lhe o punhal nos termos do 287º e 289º (para lá de Flávio devolver a Dálio os 20 euros recebidos).

30. O negócio poderia ficar sem efeito e levar a restituição do preço pago a Gilda por duas vias. Por um lado, esta toma a sua decisão incapacitada para entender o que esta comportaria (assumindo que as perturbações eram esporádicas, se fossem constantes estaríamos perante uma situação de usura, em que a fraqueza de Gilda era aproveitada por Florindo ou mesmo de incapacidade permanente de exercício de Gilda – interdição ou inabilitação) e nesse sentido não foi livre neste processo. Nos termos do 257º e porque este facto era conhecido ou pelo menos notório perante Florindo enquanto contratante diligente, o negócio era anulável. Por outro lado, o objecto do negócio jurídico (praia) é legalmente impossível, pois este é um bem corpóreo do domínio público e não é susceptível de apropriação individual por Florindo ou qualquer pessoa, pelo que não se incluindo no escopo do artigo 202º, não pode ser transaccionado. Sendo o objecto do negócio legalmente impossível, o negócio jurídico seria nulo e essa nulidade podia ser arguida por Gilda e qualquer interessado (neste caso qualquer membro da sociedade civil, visto que tinha sido transaccionado um bem público) sem dependência de prazo nos termos do artigo 286º. Fôssemos por um caminho ou outro as declarações de nulidade e anulabilidade teriam as mesmas consequências práticas, previstas no artigo 289º obrigando Florindo a restituir o preço recebido a Gilda.

Divergência de Panolo de Partins (ui o Panolo): Resolve o exercício segundo o negócio usurário, pois considera que mais do que a norma subsidiária do 257º existe pelo enquadramento factual a verificação de uma situação de usura. Florêncio aproveita-se de uma situação de inferioridade de Gilda para obter benefícios excessivos para si.

31. Em primeiro lugar, devemos analisar o conteúdo deste negócio jurídico, visto que Hortense pretende transmitir o poder paternal do seu filho por meio de um mero pagamento. Ainda que nenhuma norma jurídica proíba a venda de um filho, esta mesma transacção é contrária à ordem pública, conjunto de princípios subjacentes e estruturantes do ordenamento jurídico, uma abstracção basilar que enforma as normas. Mais a mais esta prática é também contrária aos bons costumes, práticas de moral social que todos os cidadãos consideram como válidas por corresponderem a uma ideia fundamental de Direito ainda que não lhes esteja associada uma tutela jurídica. Nesse sentido e olhando todos estes factores, conclui-se que o negócio é nulo, podendo esta nulidade ser accionada segundo o artigo 286º, levando a que Justino continue a ser filho de Hortense e que não haja lugar a qualquer pagamento de Hortense a Luís.

Se por acaso, o negócio fosse válido no prisma anteriormente explanado teríamos ainda de nos debruçar sobre o seu processo de formação, visto que ambas as partes representam bem a realidade e tomam decisões livres, mas no caso de Luís existe uma divergência entre a vontade real e a vontade por ele declarada, já que segundo regras normais de interpretação (236º) percebe-se que tendo-lhe sido prometido um valor como 5.000€, este não quis exigir e fazer depender a sua aceitação da condição de receber um valor menor, pois tal seria ilógico. Posteriormente e existindo esta divergência, devemos entendê-la como sendo não-intencional. Para se esta consiste em erro de vício na declaração ou mero erro de escrita, devemos colocar-nos na posição do declaratório e perceber se este teria condições de perceber que este erro existia. Segundo as já mencionadas regras normais de interpretação e percebendo que neste caso o declaratório propôs o valor em causa, este estaria em condições de perceber a vontade real de Luís, pelo que devemos chamar à colação o artigo 249º e determinar que este em nada prejudica a validade da declaração, apenas dando à parte em erro direito à sua rectificação.

32. O contrato celebrado não padece de qualquer vício no seu processo de formação, mas o mesmo não se pode dizer do seu conteúdo e da sua forma. Começando pela sua forma, estamos perante um contrato de compra e venda de um imóvel que, segundo o artigo 875º, deve ser celebrado mediante escritura pública ou documento particular autenticado, nunca por mero escrito particular sem qualquer reconhecimento por entidade investida de poderes públicos. **Sendo esta uma forma exigida por lei, devemos olhar o artigo 220º que prescreve a nulidade para os negócios que não a observem, pelo que esta nulidade pode ser accionada nos termos do 286º.** Remeto considerações sobre o direito potestativo de arguir a nulidade para momento ulterior. Antes importa também analisar o conteúdo negocial deste contrato designadamente o seu fim, pelo facto de este ser ilícito na ótica de Hélio. **No entanto este só determina a nulidade do contrato se for partilhado por Inácio, como indica o artigo 281º, o que não se verifica.**

O contrato é portanto válido quanto ao seu conteúdo, mas inválido quanto à sua forma. Ora, importa saber se esta invocação, regra geral conforme à boa-fé objectiva, constitui um abuso de direito segundo o artigo 334º olhando aos dados fornecidos na hipótese. Estamos perante um potencial caso típico de inalegabilidade formal, em que a arguição da invalidade formal de um contrato é abusiva por frustrar a legítima confiança da contraparte de forma manifesta. É necessário que a pessoa cuja acção queremos limitar tenha agido suplementarmente no sentido de gerar essa confiança e que posteriormente, ao invocar a invalidade do contrato esteja a agir em contradição manifesta com a postura anteriormente assumida. Gerou-se uma situação de confiança em Inácio, por um comportamento imputável a Hélio e que gera razoavelmente essa confiança em Inácio (garantiu-lhe que aquela era a forma exigida para o

negócio). Inácio agiu com base nessa confiança, podendo o seu investimento passar apenas pelo facto de nunca ter querido consolidar a forma do negócio inválido. Mesmo que este seja mais ténue a tutela de confiança é um sistema móvel em que a intensidade de alguns requisitos (neste caso a razoabilidade da confiança criada em Inácio) pode suplantar uma menor intensidade do seu investimento.

Concluindo, ainda que o negócio seja nulo por falta de forma, Hélio não pode arguir essa nulidade e obter a devolução do preço pago, porque tal seria abusivo aos olhos da boa-fé, pelo que Inácio tem razão ao obstar à pretensão da sua contraparte.

33. Devemos assinalar duas grandes questões neste caso. Em primeiro lugar, Firmino subordinou a eficácia deste negócio jurídica (ou seja a transmissão da propriedade sobre o gato para Gisela) a um facto futuro e incerto (que esta testasse a favor do gato). Ora, estamos por isso perante uma condição, que modela a produção de efeitos jurídicos conforme as partes os queiram ver verificados no tempo. Importa neste caso aferir o conteúdo desta condição, pois pressupõe a transmissão de bens a um animal que não possui personalidade jurídica e por isso não ser titular de qualquer direito. Esta condição é por isso legalmente impossível, nos termos do 271º/2, torna assim o negócio celebrado num negócio nulo (286º).

No entanto, poderia ainda Firmino percorrer outro caminho fundamentado num vício do negócio quanto ao seu processo de formação, na medida em que baseou a sua declaração numa representação incorrecta da realidade. Este considerava-se erroneamente doente com enorme gravidade pelo que só naquelas circunstâncias (que não se verificaram) contrataria. Existe da parte de Gisela um aproveitamento do contexto, pois esta colhe uma grande vantagem de contratar naquele circunstancialismo objectivo. Verificando-se que este não era real, deveremos encaminhar-nos por isso para o erro sobre a base do negócio do 252º/2, que remete para os requisitos do 437º. Com efeito existe uma alteração anormal nas circunstâncias do contrato, que afeta gravemente a boa-fé pelo desequilíbrio das exigências a Firmino nos novos termos e pelos benefícios concedidos a Gisela, alteração esta que não está coberta pelos riscos próprios do contrato celebrado; pelo que a declaração é anulável o que na prática conduz às mesmas consequências da sua nulidade explorada acima, nos termos do artigo 289º.

34. Em primeiro lugar, devemos apontar o facto de Flamínio e Horácio terem subordinado a produção dos efeitos jurídicos do contrato de empréstimo por eles celebrado à verificação de um facto futuro e incerto, ou seja a uma condição (de que Flamínio atropelasse Ismael).

Devemos por isso inicialmente versar sobre o conteúdo desta condição, através do artigo 271º. Ora, esta condição é contrária à lei, pois um atropelamento é um comportamento censurado por lei. Nos termos do número 1 do artigo 271º, o negócio jurídico sendo subordinado a uma tal condição é nulo, devendo essa nulidade ser accionada nos termos do 286º.

Devemos ainda considerar o facto de que Flamínio contrata com um entendimento deficiente da realidade, incorrendo por isso em erro de vício espontâneo nesta fase do processo de formação da sua declaração negocial. Este erro incidirá sobre os outros motivos determinantes da vontade, mencionados no artigo 252º/1, visto que a hipótese não nos fornece dados quanto a uma consciência de Horácio da situação de Flamínio (o que afasta também a possibilidade de usura, para lá do erro sobre a base do negócio). O benefício apresentado por Horácio a Flamínio é de pagar sem juros e não de escapar a uma situação económica que, presumo, Horácio desconhece. Nesse sentido este erro de Flamínio só será essencial se residir sobre um elemento essencial para ele (o que se verifica), e se essa essencialidade for reconhecida por acordo de Horácio, ou seja que este se conforme com as consequências que possam advir de um potencial erro sobre aquele elemento. Ora tal ato de conformação não existe da parte de Horácio, pelo que o negócio não é anulável. No entanto, estando

subordinado a uma condição ilícita é um negócio que padece de um vício mais grave que a anulabilidade, sendo nulo.

35. Este negócio é nulo pois está subordinado a uma condição ilícita, nos termos do artigo 271º. Não pode a verificação dos seus efeitos jurídicos estar subordinada ao dever de matar a sogra de Luís.

36.

1ª Hipótese: Neste caso subordina-se a produção de efeitos do negócio (neste caso a transmissão do direito de propriedade mediante entrega da coisa) a um prazo, ou um termo certo, ou seja um facto futuro e certo que neste caso é o decurso de 6 dias após a celebração do contrato. Esta entrega da coisa é uma obrigação de Aníbal e não uma condição para que o contrato seja válido. Os efeitos do negócio (transmissão do direito de propriedade) estão aptos a verificar-se por mero efeito da celebração do contrato, segundo o princípio geral do artigo 406º (princípio do consensualismo) e a validade do negócio em nada depende da entrega da coisa. A produção dos seus efeitos apenas é modelada por vontade das partes a um período no tempo. Neste sentido este contrato de compra e venda rege-se pelo artigo 879º ao não estar excepcionalmente previsto na lei como um contrato *quod constitutionem* (que exige um ato suplementar ao contrato para que este seja válido e apto a produzir efeitos jurídicos). Nesse sentido, após o decurso do prazo Aníbal é obrigado a entregar o automóvel e não pode obstar à prática desse comportamento. Importa por isso aferir se o prazo já decorreu. O artigo que o determina é o 296º que remete para o regime do termo, explanado no artigo 279º. Segundo a alínea b) o prazo começa a contar no dia seguinte ao do momento a partir do qual começa a correr, sendo que neste caso começa a contar na terça-feira. Consequentemente, o prazo acaba no domingo, mas segundo a alínea e) do artigo 279º o prazo transfere-se para a segunda seguinte, pelo que Aníbal não está obrigado a entregar o carro no momento descrito no enunciado, porque segunda o prazo para este cumprir a obrigação ainda vale, não podendo recair sobre ele a obrigação de indemnizar Bernardo.

2ª Hipótese: Aqui a produção dos efeitos do negócio ficou subordinada a um facto futuro e certo (a morte de Celso), ou seja, a um termo. O artigo 278º que dispõe o regime do termo remete-o para o regime da condição que se aplica neste caso, assim, remissivamente. Enquanto o Celso não morre, ou seja, enquanto o termo não se verifica encontramos-nos sob a pendência do termo, devendo as partes atuar de boa-fé nos termos do artigo 272º. Esta norma, contendo uma cláusula geral enforma outras normas deste regime como o artigo 275º. À luz desta norma e olhando os dados da hipótese, podemos ser levados a crer que, de qualquer modo Bernardo provocou a verificação do termo do negócio, ou seja a morte de Celso para poder ser beneficiado com a entrega do carro. Ainda por cima esta deu-se por “uma estranha queda” o que me leva a concluir que Bernardo, apressando a exigir a entrega do carro teve algo a ver com esta morte. Ora, segundo o 275º/2, tendo Bernardo enquanto parte beneficiada provocado contra a boa-fé a verificação do termo (porque matou Celso), o termo dá-se por não verificado, não estando Celso obrigado a entregar a coisa e devendo restituir o preço a Bernardo, para lá da natural responsabilidade penal que sobre este último recairá.

3ª Hipótese: A transmissão do direito de propriedade é subordinada a uma condição ilícita, porque o atropelamento de Dimas é naturalmente contrário à lei, ordem pública e bons costumes. Por virtude do artigo 271º, este negócio é nulo. Mais a mais, subordina-se o pagamento do preço a um facto futuro e certo a verificar num momento certo, um prazo. Pelo que não sendo cumprida a obrigação de pagar o preço, esta desencadearia por lei a responsabilidade civil de Bernardo face a Aníbal, pelo que essa disposição contratual é

irrelevante a não ser pela fixação da quantia da indemnização. No entanto, Aníbal não pode ser ressarcido na medida em que o negócio é nulo, conforme é explicado acima.

4ª Hipótese: Bernardo deve restituir o automóvel mas não pela estipulação ser inválida, antes porque o negócio é nulo, visto que foi subordinado a um facto futuro e incerto (condição) que é fisicamente impossível. Nos termos do artigo 286º o negócio é nulo e pode Aníbal arguir essa nulidade, mas nunca com o fundamento apresentado, por ser descabido. No entanto se a arguir, nos termos do 289º a restituição do carro deveria como Bernardo correctamente argumenta ser acompanhada pela devolução do preço. No entanto, segundo o artigo 291º e sendo o carro um bem móvel sujeito a registo, a nulidade do negócio não prejudica o direito de propriedade entretanto criado na esfera de Ernesto enquanto adquirente de boa-fé que o adquiriu antes de Aníbal arguir a nulidade do negócio anterior ao de Ernesto; sendo que, nestes termos, o carro não pode ser restituído a Aníbal, devendo Bernardo restituir assim a Aníbal o valor correspondente ao carro. Além disso, Bernardo enquanto proprietário do carro realizou uma reparação ao motor do carro, uma benfeitoria necessária, ou seja, uma despesa feita para evitar a deterioração da coisa, do carro, segundo o artigo 216º, ato conservatório permitido à luz do 273º. Pelo cariz necessário da benfeitoria deve Bernardo, no ajuste de contas com Aníbal, ser ressarcido devidamente, ou restituindo a Aníbal um menor valor ou recebendo um maior valor de Aníbal.

5ª Hipótese: Esta condição é suspensiva, ficando a doação efetuada após Fernando pagar as dívidas de Bernardo. Ora, estas nunca poderão abarcar as entretanto contraídas por Bernardo após a celebração de contrato, mas apenas as que ascendem a mais de 30.000€ (por interpretação conforme ao artigo 236º/1). Assumindo que o carro ainda não foi entregue (porque se o fosse e sendo a doação um contrato *quod constitutionem* por virtude do artigo 947º/2 esta não dependeria de qualquer formalidade externa, da sua causa e da condição que a modela, mas apenas da entrega da coisa, do carro), se Fernando se recusa irrevogavelmente a pagar e existindo certeza de que a condição não se verificará certamente, esta dá-se por não verificada e a doação fica sem efeito. Se não temos esta certeza, a doação mantém-se contratualizada, mas a entrega da coisa fica suspensa ao pagamento de Fernando, e a sua validade, dependente da entrega da coisa fica assim na expectativa de se consumir, numa posição indelevelmente precária.

37.

1ª Hipótese: Devemos interpretar a expressão “até ao final do mês”, proferida por António, segundo as regras de interpretação dos artigos 236º e seguintes. Ora, Bento sempre soubera a vontade real de António, de que até ao mês de Abril ele precisava do carro e de que no final do mês o entregaria. Nesse sentido, segundo o artigo 236º/2, porque Bento conhece a vontade real de António, então é segundo a vontade deste que a sua declaração vale, pelo que a sua pretensão é válida e obsta à exigência de Bento a 31 de Março.

2ª Hipótese: Devemos interpretar a declaração de Bernardo em relação ao seu barco segundo o artigo 236º e sabendo que António não conhece a sua vontade devemos olhar ao número 1 deste artigo. Ora, Bernardo pode razoavelmente contar que perante a sua declaração, um declaratório típico possa entender que o acordo tenha por objecto o seu iate. No entanto, como não temos dados que nos digam que António conhecia o arsenal completo de barcos de Bernardo, podemos mesmo após a aplicação do 236º, quedar-nos numa situação de dúvida. Neste caso, aplicamos o artigo 237º, e, estando nós perante um negócio oneroso devemos

optar pela solução que conduz a um maior equilíbrio de prestações, pelo que o acordo deve ter por objecto o iate, tal como defende António.

3ª Hipótese: Neste caso, não se previu qual a taxa legal em vigor em matéria de juros. Assumindo que não está prevista qualquer disposição especial para o preenchimento desta lacuna e visto que as partes não acordaram nada quanto a isto, devemos integrar esta lacuna segundo o artigo 239º, segundo, em primeira instância a vontade hipotética das partes e só em último recurso se a solução assim adotada for contrária à boa-fé, segundo esta última. Devemos por isso olhar o negócio e procurar estender a lógica do mesmo às celebrações não realizadas, neste caso a definição da taxa de juros a praticar. Ora, como é pago um valor para lá da entrega do carro supõe-se que tal pretende compensar um maior valor do iate e o sacrifício de Bento em entregá-lo em troca de um automóvel; e como a taxa de juros pretende responsabilizar António por um atraso no pagamento de juros conclui-se que o seu estabelecimento é feito para proteger Bento, nesse sentido é razoável estabelecer que a taxa de juros a praticar deve ser a consentânea com a moeda em que o valor é pago e que mais vantajosa é para Bento, enquanto parte lesada pelo atraso de António, devendo por isso a mesma ser a taxa de juros suíça.

38. Negócio é válido. *Dolus bonus* e erro sobre o objecto em que declaratório não está obrigado a conhecer a essencialidade da matéria sobre a qual recai o erro.

Nota: Para Resolução Completa ver Caderno II, pp. 22-23

39. Nota: Ver Resolução no Caderno II, pp. 12-14

40. Casamento é nulo porque Olimpo não toma qualquer decisão, proferindo isso sim uma declaração não-séria.

Nota: Para Resolução Completa ver Caderno II, p. 14

41. Negócio de doação entre Ilda e Júlio é simulado e nulo (240º/2) e dissimulado (compra e venda de imóvel) também é nulo por falta de forma (simulado não tem forma que salve o dissimulado). Ilda pode-se recusar a entregar a chave mas por este argumento da nulidade da simulação nunca pela incapacidade do Júlio (257º) que só pode ser arguida por este.

Nota: Para Resolução Completa ver Caderno II, p.15

42. Negócio de compra e venda é simulado e por isso nulo. Amélia não pode exigir os 150.000 e Bela pode invocar a simulação segundo o 242º/1, bem como Celso que não estando de boa-fé ainda assim é um interessado nos termos do 286º e do 242º/1 por maioria de razão também extensível a terceiros. Doação enquanto negócio dissimulado sem exigências de forma é válida.

Nota: Para Resolução Completa ver Caderno II, p.16

43. Primeiro devemos ressaltar que se ambas as partes combinaram vincular-se por escrito quando a lei nada exigia, presume-se que, nos termos 223º, as partes não se quiseram vincular senão pela forma convencionada, pelo que a forma verbal por eles escolhida já não podia por eles ser utilizada, pelo que estaríamos perante uma irregularidade formal e que as partes não se encontram vinculadas ao negócio celebrado, pelo que Gaspar tem razão no seu argumento. **(poder-se-ia arguir que o 223º configura uma presunção ilidível e que o facto de as partes se vincularem por forma menos graduada é suficiente para afastar a presunção e tornar o negócio válido)**

No entanto, se se considerasse o contrato vinculativo para as partes, este poderia ser anulável por vício no seu processo de formação atinente à fase da decisão de Hélio de emitir a declaração de compra do relógio. Este não foi livre nesta fase, pelo que devemos aplicar o regime específico da coação moral nos termos do artigo 255º. Para os efeitos deste artigo, é irrelevante se o mal de que o declarante é ameaçado é lícito (denunciar um crime), mas que a sua utilização para extorquir do declarante a declaração com um dado conteúdo (ameaça) seja ilícita. Tal verifica-se e provindo do declaratário, é anulável nos termos do 287º, ou seja por Hélio (parte lesada) no prazo de 1 ano a partir do momento em que cessa o vício que origina a coação, neste caso a partir do momento em que o furto é denunciado, dia 2 de Junho. Para ver quando esse prazo acaba vamos ao artigo 296º que nos remete para o 279º. Pela conjugação das alíneas b) e c) percebemos que o prazo começa a contar dia 3 de Junho às 0 horas e acaba dia 3 de Junho do ano seguinte às 24 horas, pelo que no dia 3 de Junho Hélio ainda podia propor a acção de anulabilidade.

Nota: Ver Resolução em aula no Caderno II, p.22

44. - Negócio de Damião e Eliseu: não é anulável por coação moral, mas por incapacidade accidental de Damião.

- Negócio de Damião e enfermeiro: não é anulável por Damião com fundamento na incapacidade accidental (embriaguez da outra parte), mas com fundamento em usura praticada pelo enfermeiro.

Nota: Para Resolução completa, ver Caderno II, pp. 17-18

45. Negócio entre Gil e Hortense de compra e venda por 40.000€ é simulado e nulo. Mas existe um negócio dissimulado (compra e venda) que é válido quanto à forma por aproveitamento da forma do negócio simulado. No entanto, quanto à substância é anulável por incapacidade accidental por qualquer uma das partes.

Nota: Para Resolução Completa, ver Caderno II, pp. 18-19

46. Negócio celebrado entre João e Leandro é simulado e por isso nulo. Mas dissimulado (25.000€) é válido por aproveitamento de forma do negócio simulado. Negócio celebrado entre Leandro e Miguel não é anulável porque não há dolo e porque erro recai sobre os motivos determinantes da vontade do 252º/1 e Leandro não reconhece por acordo a essencialidade do erro, é, também ele, válido.

Nota: Para Resolução Completa, ver Caderno II, pp. 19

47. Negócio entre Eládio e EXPO é válido porque essencialidade do elemento sobre o qual recai o erro (motivo determinante da vontade) não é reconhecida pela EXPO. Negócio entre Eládio e Firmino é anulável por coação moral.

Nota: Para Resolução Completa ver Caderno II, p.20

48. Negócio simulado entre Telmo e Xavier é nulo (compra e venda por 250.000), mas negócio dissimulado é válido (compra e venda por 150.000) por aproveitamento de forma do negócio simulado. Portanto, Saúl para exercer o direito de preferência e obter a casa deve pagar 150.000€. Xavier não tem fundamento na sua reclamação porque Jaime emitiu uma declaração não-séria, inexistente aos olhos do Direito.

Nota: Para Resolução Completa, ver Caderno II, pp.20-22

49.

1ª Hipótese: O vício deste negócio incide sobre o processo de formação da DN, na fase da exteriorização. Percebemos através das regras normais da interpretação do 236º que existe uma divergência entre vontade real e vontade declarada. Esta não é intencional e corresponde a uma inexactidão na transmissão por intermediário da declaração. Não existindo dolo dos CTT, aplicamos o número 1 do 250º, que nos remete para o 247º. O negócio é anulável (por Bento no prazo do 287º) pois o elemento sobre o qual recai o erro (a disponibilidade do Bento para comprar a enciclopédia) é essencial para Bento e é conhecida por Artur por inerência de qualquer negócio (qualquer indivíduo que faça uma proposta sabe que é essencial para a outra parte ter interesse ou não na coisa).

2ª Hipótese: Existe um erro que pode incidir sobre a representação da realidade (se Artur pensava que Bentinho era o Bento, ou que a morada de Bentinho era a de Bento) ou sobre a exteriorização da decisão (se Artur queria escrever a Bento, identificou bem quem era Bento e onde vivia, mas escreveu mal a morada ou o nome do destinatário e entregou-a pessoalmente na casa errada ou à pessoa errada) Eu considero que existe uma divergência na exteriorização da vontade de Artur que não estava em condições de ser revelada ao declaratório (Bentinho) no contexto da declaração (se houvessem condições era aplicável o 249º), pelo que aplicarei o artigo 247º **(se por acaso achássemos que o erro estava sobre a representação da realidade, era simples sobre a pessoa do negócio e aplicávamos também o 247º por remissão do 251º)**. Neste caso, considero que a pessoa a quem o Artur vende a enciclopédia não é essencial, o essencial é ele vendê-la por 500 euros, o que acontece, pelo que o negócio é válido e Artur deve entregar a coisa (se fosse essencial o Bentinho não conheceria que era essencial para Artur esse aspeto, pois uma pessoa normal pensa que o essencial para um vendedor é vender o objecto, pelo que o negócio também seria válido).

3ª Hipótese: Bento ao emitir a carta no dia das mentiras emite uma declaração não-séria na expectativa que a sua falta de seriedade não seja desconhecida por Artur, logo a sua decisão e declaração bem como o negócio alegadamente celebrado carece de qualquer efeito, é inexistente e não existe lugar ao pagamento do preço. No entanto, é justificado que Artur aceite a sua seriedade por esta declaração ser emitida por carta, pelo que segundo o 245º/2 existe, pela via do princípio geral da obrigação de indemnizar do 483º, lugar à indemnização de Artur por parte de Bento devido aos prejuízos causados por este na segurança jurídica daquele.

4ª Hipótese: Não estaremos perante uma contraproposta de Bento à proposta inicial de Artur nos termos do 233º, pelo que o argumento de Bento de que a nada está vinculado é injustificado. Existe da parte de Bento a emissão de uma declaração em que existe um vício na exteriorização da declaração que está em condições de ser revelado, no seu contexto, a Artur, pelo que nos encontramos perante um erro de cálculo nos termos do artigo 249º. Nesse sentido o negócio é válido e apenas dá direito a Bento de rectificar a sua declaração, pondo 500 euros no valor total; mas encontra-se sempre vinculado a pagar 500 euros pelo total dos volumes da enciclopédia.

5ª Hipótese: Existe um erro de vício de representação da realidade, uma vez que Bento crê que a enciclopédia é composta por 50 volumes quando apenas é composta por 8. Não tendo a representação da realidade sido afetada por dolo, evidentemente concluímos que estamos perante um erro simples sobre o objeto do negócio. Posto isto, somos encaminhados para o art. 251º, sendo o regime do erro que atinja os motivos determinantes da vontade, quando referidos ao objeto do negócio, fixado no art. 247º, por remissão deste. Estando neste artigo, importa referir que a declaração é anulável, visto que o declaratório (Artur) conhece a essencialidade para o declarante do elemento sobre o qual incidiu o erro, sendo esta o facto de Bento crer que a enciclopédia tem 50 volumes, quando esta apenas tem 8, não estando

disposto a pagar 500 euros por tal coisa, pois 8 é claramente uma quantidade insuficiente de volumes para um preço tão avultado. Sendo assim, Artur não tem alternativa senão encarar a anulabilidade do negócio.

6ª Hipótese: Ambas as partes estão em erro quanto à representação da realidade. Em primeiro lugar, Artur nunca contrataria naqueles termos (com aquele preço) se não achasse que Bento era seu primo, pelo que existe um erro simples que incide sobre a pessoa do declaratório, aplicando nós o artigo 251º que remete para o artigo 247º. Ora, para Artur a sua relação de parentesco com Bento era um elemento essencial, mas Bento não conhecia tal facto e não estava obrigado a conhecê-lo (pelo menos não temos dados na hipótese que tal nos indiquem, como ele ter mantido Artur em erro depois de este lhe chamar “primo”). Logo o negócio não é anulável por Artur, mas pode ser por Bento que também representou deficientemente a realidade, por pensar que precisava da enciclopédia por achar que a tinha perdido irreparavelmente. Ora este é também um erro não causado por dele e que recai sobre os outros motivos determinantes da vontade, do artigo 252º/1, pressuposto unilateral da decisão de contratar de Bento, no entanto a essencialidade não foi reconhecida por acordo de Artur não temos dados para concluir neste sentido, e, por isso, o negócio também não pode ser anulado por Bento. Apesar de ambos não quererem contratar nestes termos, o contrato é válido (poderão as partes resolvê-lo por acordo entre si, mas tal não parece verosímil porque Artur entre receber 1000€ e 0€, prefere receber o valor que já lhe cabe nos termos deste negócio já celebrado.

7ª Hipótese: Existe um erro de Bento na fase da representação da realidade quanto à qualidade da enciclopédia. Este erro é causado por dolo, já que se assume que Carlos, livreiro e entendido nesta área deverá estar esclarecido sobre a qualidade da enciclopédia em questão e que, por isso induz Bento em erro com consciência disso (se se entendesse que Carlos é incompetente ou que também ele se enganou quanto à enciclopédia em questão, nos termos do 253º não existiria dolo, e passaríamos para um erro simples sobre o objeto do negócio- 251º). Existe dolo nos termos do 253º e que provém de terceiro. Logo segundo o artigo 254º, a declaração de Bento só é anulável se Artur tivesse conhecimento do dolo de Carlos, o que não parece acontecer, pelo que o negócio celebrado é válido.

8ª Hipótese: Pode-se arguir que Bento tem a liberdade da sua decisão afetada pelo receio da morte de Artur, e que assim a resolução do caso incidiria sobre a coacção moral. No entanto, o mal que Artur apresenta a Bento é um mal sobre ele próprio e que pode ser evitado por Bento de outros modos que não através do pagamento da enciclopédia. Bento é em última instância livre ao decidir e responsável pelos seus atos por ter escolhido autonomamente salvar a vida de Artur por este meio (**no entanto se se provasse que, por exemplo Artur nunca tinha tido a intenção de se matar e que na sua estratégia de venda já tinha praticado tal artifício com inúmeros consumidores, então estaríamos perante um erro de dolo, que tornaria o negócio anulável nos termos do 253º e 254º**). No entanto, entendo que existe, isso sim, uma divergência intencional entre a vontade real e declarada de Bento (pelas regras de interpretação do 236º), divergência esta gerada por apenas uma das partes (Bento) com a intenção de enganar o declaratório (Artur). Ora, aplicando nesse sentido o artigo 244º, a reserva mental de Bento não sendo conhecida por Artur não prejudica a validade da declaração.

50. O negócio a analisar é o contrato de arrendamento celebrado entre António e Bruno. Ora António está em erro quanto à representação da realidade, erro este provocado por terceiro (empresa). Ora, este não me parece ser um artifício da empresa de induzir António em erro e, mesmo que fosse seria dolo de terceiro que, nos termos do 254º só será anulável se Bruno tiver conhecimento do mesmo, pelo que o negócio é válido. Seguimos para o regime do erro

simples, incidindo este sobre o pressuposto unilateral de contratar de António, motivo determinante da vontade de António nos termos do 252º/1 que só importa a anulabilidade da declaração se esta essencialidade for reconhecida por acordo de Bruno, o que não se verifica pelo que o negócio também é válido.

Nota: Se calhar depois António e a sua empresa devem ajustar contas e a empresa ser responsabilizada pelos prejuízos criados a António, mas tal questão não me parece incidir sobre o programa da cadeira

51.

1ª Hipótese: Tanto Abel como Bento representam incorrectamente a realidade, não existindo dolo como causa do seu vício. Este erro é anterior à celebração do contrato. Ora devemos chamar à colação o regime do erro de vício simples que incide nos termos do artigo 252º/2 sobre a base do negócio. Este artigo remete para o 437º nos seus requisitos para que o negócio seja anulável. Ora a alteração de circunstâncias hoje verificada é anormal, afeta gravemente a boa-fé nas exigências que faz a uma das partes (neste caso a Abel de entregar as receitas a Bento de um combate em que não participa ninguém seu agenciado) e esta alteração não está coberta pelos riscos próprios do contrato e pelos traços inerentes da actividade sobre a qual este contrato versa (pugilismo). Nesse sentido o contrato é anulável por erro sobre a base do negócio por Abel. Já Bento pode ainda arguir, se for do seu interesse, para lá da anulabilidade, a nulidade do negócio por este ser fisicamente impossível, nos termos do 286º.

2ª Hipótese: Aqui a alteração de circunstâncias envolventes do contrato é superveniente à celebração do mesmo, pelo que devemos chamar directamente à colação o artigo 437º, preencher os requisitos tal qual a primeira hipótese e perceber que a parte lesada (neste caso Abel) pode requerer a resolução do contrato ou a modificação de juízos segundo a equidade a não ser que esta não lhe seja oferecida por Bento, pelo que esta prevalecerá sempre, como corolário do princípio do aproveitamento do negócio jurídico.

52. Este caso versa sobre várias questões, algumas das quais não estão incluídas no programa da disciplina. Irei apenas discutir as que se inserem no domínio dos vícios da vontade na feitura da declaração negocial. Existem, neste campo dois negócios a avaliar. Em primeiro lugar, temos o empréstimo de Adelino a Dionel no valor de 250 euros. Ora o primeiro toma a sua decisão constrangido pelo facto de estar embriagado. Esta decisão não é, pois, uma decisão livre. Nesse sentido, engloba-se o ato de Adelino no âmbito da cláusula geral do artigo 257º, por este se encontrar momentaneamente incapacitado de exercer livremente a sua vontade. No entanto, sempre que existe uma norma específica quanto à falta de liberdade na decisão deve ser esta última a ser aplicada. E neste caso, Dionel aproveita uma situação pré-existente a si de Adelino estar embriagado para obter para si benefícios injustificados (um cheque no valor de 250€ sem qualquer necessidade e em troca de nada); estamos, por isso, perante um caso de usura, pelo que Adelino pode anular o negócio jurídico (salvo proposta de modificação por equidade de Dionel) celebrado e exigir a devolução dos 250€ a Dionel. Este não pode arguir que nenhum contrato foi celebrado, pois o ato de Adelino passar o cheque constitui uma declaração negocial tácita de aceitação. Se por acaso o cheque nada valesse, então Dionel pode recusar-se a pagar (na medida em que a anulabilidade só obriga à restituição do que tiver sido prestado e um cheque sem valor não corresponde a qualquer prestação pecuniária) mas nunca exigir de Adelino novo pagamento de 250€, visto que a anulabilidade do negócio já foi arguida por Adelino.

Divergência de Panolo: Considerou que o empréstimo de 250€ não constitui um benefício excessivo e injustificado que preencha os requisitos da usura, achando que se deve aplicar a norma geral do 257º, incapacidade accidental.

O segundo negócio em análise é o de Carolino com Adelino visto que este último colocou um anúncio num jornal a dizer que os copos eram de uma marca de preço superior (Atlantis). Existe neste caso uma má representação da realidade de Carolino, mas este como qualquer terceiro que lesse aquele anúncio seria induzido em erro por um artifício intencional de Adelino com esse propósito (mentir sobre a marca; supondo-se que este conhece a verdadeira marca dos copos). Por conjugação dos artigos 253º e 254º o negócio entre os dois é anulável com fundamento em dolo por Carolino no prazo de 1 anos após constatar a verdadeira marca dos copos (287º) obrigando Adelino à restituição dos 2.500€ entretanto pagos.

53. Este caso versa sobre várias questões, algumas das quais não estão incluídas no programa da disciplina. Irei apenas discutir as que se inserem no domínio dos vícios da vontade na feitura da declaração negocial. Existem neste campo dois negócios jurídicos a analisar. Em primeira instância, devemos observar o negócio celebrado entre Belmiro e Dimas. O primeiro representa mal a realidade pois o segundo induz Belmiro em erro. No entanto, considero que Dimas pratica *dolus bonus*, ou seja emprega sugestões e artifícios usuais na prática comercial (pois é natural os vendedores elogiarem a qualidade dos seus produtos). Não existindo dolo, seguimos para o regime do erro de vício simples e nesse caso incidirá sobre o objeto do negócio, sendo anulável nos termos do 251º que remete para o 247º. Segundo esse prisma o elemento sobre o qual incide o erro (qualidade do produto) é essencial para Belmiro (influi no preço pago) e é dever de Dimas conhecer da essencialidade que a qualidade de um aparelho tem para qualquer consumidor. Nesse sentido o negócio é anulável nos termos do 287º levando à restituição do preço pago nos termos do 289º.

Em segunda instância devemos analisar o negócio celebrado entre César e Elídio, tendo César sido coagido por meios físicos a pagar um valor exagerado pelo arrendamento da garagem. Não obstante a coação ter sido por meios físicos esta é moral visto que a declaração foi extorquida através de uma pressão física mas não de forma direta. É por isso o negócio anulável nos termos dos artigos 255º e 256º, ficando sem efeitos para ambas as partes (César desocupar a garagem e Elídio devolver o preço já recebido e deixar de receber a renda mensal).

54. Existem vários aspectos a analisar neste caso. Primeiro acerca da validade do casamento de Adília e Baudílio, a declaração de aceitação de Adília não o é verdadeiramente, esta representa bem a realidade, mas emite a declaração na expectativa de que a sua falta de seriedade seja conhecida. Estamos, porém perante uma declaração não-séria, inexistente aos olhos do direito nos termos do 245º; não existe por isso qualquer negócio (casamento) celebrado entre Adília e Baudílio, padece de inexistência, nem é considerado como algo de material aos olhos do Direito. Este não influi no negócio de compra e venda do casaco, não há um nexo de causalidade entre a “promessa de casamento” e a compra do casaco, visto que Baudílio também se encontrava, por si só, fascinado pelo casaco. O que pode levar à anulabilidade deste negócio é a má representação da realidade de Baudílio quanto à qualidade do tecido que lhe havia sido assegurada por Adília. Ora o negócio é anulável nos mesmos termos do negócio entre Belmiro e Dimas do exercício anterior (*dolus bonus*, erro de vício simples sobre o objeto do negócio, aplicação do 251º e do 247º por remissão). No entanto, não me parece que a qualidade do casaco seja um elemento essencial para Baudílio, visto que este se encontra fascinado pelo casaco *a priori* e não mostra qualquer interesse em asseverar a qualidade. Aliás a peça de vestuário para um consumidor e neste caso em concreto parece valer muito mais pelo seu aspeto do que pela sua qualidade. Em suma, o negócio de casamento não produz quaisquer efeitos jurídicos e o negócio de compra e venda é válido.

Em relação ao negócio celebrado entre Carmindo e Dionísia padece de um vício na sua exteriorização visto que existe uma divergência intencional entre a vontade real e declarada das partes por acordo entre as mesmas com o intuito de enganar terceiros (os seus amigos). Existe pois uma simulação e o negócio de compra e venda do anel por 2.500€ é nulo (240º/2), e esta simulação é relativa e esconde um negócio (compra e venda por 800€) cuja validade não é prejudicada pela nulidade do primeiro negócio. À partida este negócio é também válido visto que não há quaisquer irregularidades ou vícios tanto na sua forma como na sua substância.

55.

1ª Hipótese: O contrato padece de um vício que afeta o processo de formação da declaração negocial na fase da decisão, tendo esta sido condicionada pelo estado de Belmiro aquando da celebração (embriaguez). Nesse sentido o negócio é anulável por incapacidade accidental nos termos do 257º. Os prazos e legitimidade para arguir a anulabilidade são determinados pelo artigo 287º e é nesse sentido que Antero é contactado com vista à restituição do dinheiro. Ora este obsta a esta pretensão por vários argumentos:

1.e 2. – **Em primeira instância, contesta a legitimidade de Carla de arguir a anulabilidade, visto que esta é uma terceira. Com efeito, 287º a anulabilidade só pode ser arguida pelas pessoas em cujo interesse a lei estabelece essa faculdade.** Poderia no entanto, aventar-se que esta tinha feito tal pedido de restituição a Antero ao abrigo de uma procuração que Belmiro tivesse passado em seu nome. Não temos dados fortes neste sentido para concluir por esta via, mas a veracidade de poderes de representação teria sempre de ser alegado pela Carla nesse momento e Antero poderia nos termos do 260º exigir-lhe que fizesse prova destes poderes. Em segunda instância esta faculdade deveria ser exercida dentro de prazo, ora 1 ano e meio excede-o claramente, mas este prazo deve ser contado após a cessação do vício que serve de fundamento à anulabilidade. Se após a celebração do contrato Belmiro estando embriagado não se lembrava de o ter celebrado, então o prazo de 1 ano só contaria após ele tomar conhecimento do negócio. Não temos dados para concluir neste sentido, portanto iremos supor que após cessar a embriaguez de Belmiro este poderia arguir a anulabilidade e, nesse caso, a faculdade já não seria exercida dentro de prazo e a anulabilidade do negócio seria sanada fruto do decurso do tempo, tornando-o um negócio jurídico válido.

3. Existiria outro modo de a anulabilidade ser sanada, que seria mediante confirmação nos termos do 288º. A pessoa que poderia confirmar o negócio seria aquela a quem competia o direito de anulação (Belmiro), tendo conhecimento do vício (parte-se do pressuposto que tinha, admitindo-se como em cima que este tinha conhecimento do negócio celebrado e das circunstâncias em que o fez) e posteriormente à cessação do mesmo (após Belmiro ficar sóbrio). Existindo liberdade de forma quanto ao ato de confirmação e sabendo que esta pode ser tácita por virtude do 288º/3 parece-me que Belmiro produz uma declaração tácita de confirmação do negócio celebrado com Antero ao pagar o restante preço uma semana após o contrato, pois deduz-se este conteúdo declarativo com toda a probabilidade dos atos praticados por Belmiro.

4. Por um lado o facto de Belmiro dispor do bem é mais um indicador claro da confirmação do negócio. Por outro este nunca pode ser um argumento de Antero no sentido de obstar à devolução do preço; uma vez mesmo que o negócio fosse anulável dando lugar nos termos do 289º à restituição do que havia sido prestado, era possível a Belmiro devolver o terreno já vendido a Antero (uma vez que o terceiro comprador não estava de boa-fé pois conhecia o facto de Belmiro estar embriagado e de que o negócio era por conseguinte anulável); e se isso não fosse possível Belmiro restituiria a Antero um valor pecuniário correspondente. Não pode Antero por isso arguir a impossibilidade de uma restituição simultânea das prestações do

negócio nos termos do 290º por virtude dos artigos 289º e 291º e porque nenhum facto descrito inviabiliza a sua aplicação

Conclusão: Ainda que alguns dos seus argumentos não acolham provimento (ex.: o argumento 4. E o argumento 2 é precário pois o prazo pode não ser necessariamente aquele fruto do momento em que começa a ser contado), a verdade é que Belmiro confirmou a negócio e sendo o mesmo válido por escolha de Belmiro, não existe lugar a uma devolução do dinheiro pago. Outrora instável e precário, o negócio produz agora plenos efeitos jurídicos cuestado.

2ª Hipótese: Diretamente ao ponto essencial da questão, o negócio é nulo por falta de forma exigida para a validade de um contrato de compra e venda de bens imóveis. Nos termos do art. 875º do Código Civil, este tipo de contrato “só é valido se for celebrado por escritura pública ou por documento particular autenticado”. Tendo sido assinado o acordo sob forma de uma “vulgar folha A4”, o contrato não tem a forma exigida para produzir qualquer efeito, sendo este nulo segundo o art. 220º e cujas exigências à sua declaração estão reunidas, como nos diz o art. 286º (invocável a todo o tempo e por qualquer interessado, sendo neste caso, Belmiro). Sendo que esta invalidade abrange todo o negócio jurídico, este para ser eventualmente aproveitado (e tornado válido) nunca poderia ser reduzido nos termos do 292º, mas antes convertido nos termos do 293º. Crendo Belmiro que não estava vinculado a nada, supomos que era Antero quem estava interessado em salvar o contrato, pelo que é este último que deve (tem o ónus) arguir a necessidade de salvar todo o contrato, de o converter. O negócio só poderia ter sido salvo sondando a vontade hipotética das partes, ou seja, se estas tendo previsto o vício do contrato se queriam ter vinculado ao mesmo e se tal se verificar (o que eu considero) o contrato deve ser convertido. Nunca terá o mesmo âmbito e eficácia; estes serão reduzidos mas manter-se-á a defesa da vontade das partes ao converter os elementos de um negócio inválido por eles celebrado num negócio válido de âmbito mais restrito mas que possa prosseguir o fim por elas desejado. Nesse sentido, poder-se-á converter o negócio já celebrado num contrato-promessa de compra e venda (artigo 410º), pois este negócio não faz exigências especiais de forma, apenas no seu número 2 exige que para ser vinculativo este conste de um documento assinado por ambas as partes, o que vai de encontro à forma em que foi celebrado o contrato inválido de compra e venda.

3ª Hipótese: A invalidade do negócio recai sobre uma cláusula sua que a lei proíbe que o torna inválido em virtude da norma geral do artigo 294º. No entanto, pode aqui ser aplicado o princípio do *favor negotii*, através de um dos seus corolários, a redução tal como prevista no artigo 292º. Sendo o negócio parcialmente inválido (cláusula ilícita), essa invalidade não determina a invalidade de todo o negócio, devemos reduzi-lo eliminando a cláusula supramencionada. No entanto, esta redução não seria possível se se demonstrasse que sem aquela cláusula o contrato não teria sido celebrado, que tendo antevisto esse vício pelo menos uma das partes não teria querido vincular-se ao negócio, que neste caso é Antero. Mas esta redução só seria inviabilizada se a destruição total do negócio fosse arguida pela parte que não se quer vincular ao contrato reduzido, neste caso Antero, que não accionando este ónus consente na redução do contrato e na eficácia sem a cláusula ilícita. Se por acaso a pretensão de Antero fosse procedente importando a nulidade total do negócio e levando à restituição do que tinha sido prestado nos termos do 289º então nunca poderia esta restituição ser feita nos termos do 290º, que exige a simultaneidade da execução das obrigações. Aliás Belmiro pode recusar-se a entregar o terreno enquanto não lhe for dado o preço, como diz o artigo 428º para o qual remete o artigo 290º.

4ª Hipótese: A taxa legal é contrária à lei (294º) e o contrato deve ser reduzido (292º e hipótese anterior), levando se as partes o quiserem (é imprescindível a concordância de ambas as partes no sentido da redução; se estas tivessem antevisto o vício em causa tinham-se

vinculado à mesma nos termos do contrato reduzido) a um contrato em que vigora a taxa máxima de juros legalmente permitida.

5ª Hipótese: Ernesto atua em nome de Antero, mas não estava habilitado para o efeito (Antero não lhe outorgou uma procuração para assinar a escritura). Ernesto atua por isso sem poderes de representação, nos termos do artigo 268º. Não faz, por isso, sentido que as partes arguam a invalidade do negócio; pois este é válido, apenas é ineficaz em relação ao representado; não está apto por uma vicissitude externa a si a produzir efeitos jurídicos. Por isso Belmiro e Antero não têm de arguir a invalidade, basta que Antero não ratifique o contrato, para que este não produza efeitos e obrigue as partes a uma vinculação *de facto*, sendo ineficaz.

56.

1ª Hipótese: A acção de Carlos não tem fundamento, pois o negócio não é inválido, mas inexistente nos termos do 246º. Nunca produz quaisquer efeitos e o juízo que sobre ele recai não é de ilicitude mas do campo do ser, da existência. As suas características desviam-se tanto das do ordenamento jurídico que este nem sanciona o negócio, não o trata como um negócio, e não o torna apto a qualquer juízo de valor, mesmo a um que conclua pela sua invalidade. Mesmo que por acaso este fosse inválido, o interessado na invalidade do contrato era Alberto e não Carlos (assumindo que este era anulável) e tendo Alberto vendido o bem, tinha confirmado o negócio e tornado o mesmo válido nos termos do 288º (isto que assumindo que foi Alberto a comprar coagido a Carlos e não Carlos a vender coagido por Alberto).

2ª Hipótese: O negócio é inválido por falta de forma e pode ser convertido segundo o artigo 293º num contrato-promessa de compra e venda pelo artigo 410º, se a vontade hipotética das partes o previsse.

Nota: Resolução idêntica ao exercício 55, 2ª Hipótese

3ª Hipótese: Igualmente à 1ª Hipótese Carlos não deve arguir a nulidade mas a inexistência do negócio jurídico. No entanto, não existe qualquer problema de prazo no pedido de nulidade do contrato, pois esta pode ser arguida sem dependência de prazo nos termos do artigo 286º.

57. Exame:

2. Em primeiro lugar, Damião age ao abrigo de uma procuração (262º) implícita no contrato de trabalho celebrado com Cláudio. Eventuais vícios da vontade no processo de formação da DN devem verificar-se no Damião enquanto representante, por virtude do artigo 259º, mas a procuração não abrange atos ilícitos. Ora, existe efectivamente um vício desta índole, designadamente na fase da exteriorização, existindo uma divergência não intencional entre a vontade real e declarada, fruto de uma inexactidão na transmissão da última. Estamos então no campo de aplicação do artigo 250º. Se se entender que este apenas não quis assumir o erro perante o patrão e que sabia que não sabia o valor então aplica-se o número 2, o intermediário tem dolo e o negócio é anulável. No entanto, devemos concluir por um mero engano do intermediário e aplicar o 250º/1 que remete para o 247º. Ora este elemento era essencial para o declarante (o preço pago), mas não me parece que resulte daí sequer um dever de Anacleto de conhecer a essencialidade deste elemento sobre o qual recai o erro (de que esta diferença de preços fosse essencial para Cláudio. O negócio é, pois, válido.

3. Ainda que se possa admitir que Elmano agiu condicionado na sua liberdade (fruto da sua chantagem), mas considero que Elmano escolheu livremente para impedir a partida do seu

filho prometer-lhe algo que nunca tencionara cumprir. Aquilo que Anacleto pretendia extorquir do pai não influenciou este a pagar, apenas a induzir Anacleto em erro para que este não bazasse (*nota de autor: pequena pérola de português coloquial num shei*). Nesse sentido não existe qualquer vício na fase da decisão antes uma divergência intencional entre a vontade real e a vontade declarada de uma das partes (neste caso de Elmano), que assim se encontra em reserva mental. Nos termos do artigo 244º, esta não prejudica a validade da declaração pelo que Elmano deve entregar o dinheiro que se comprometeu a emprestar. No entanto, sendo este um contrato de mútuo, um contrato definido por lei como sendo *quod constitutionem* (1144º), a sua validade depende da entrega do dinheiro a Anacleto, pelo que a validade não prejudicada pela reserva mental não se concretiza até que Elmano entregue o dinheiro a Anacleto.

58. Exame

1. Deixando para momento ulterior a questão da agressão de Dimas, vamos assumir que Berto atuou livremente. Ora, existe no negócio que a escritura (compra e venda do imóvel por 100.000€) nos dá a conhecer um divergência intencional e pactuada entre as partes com o intuito de enganar terceiros (neste caso o Fisco). Estamos perante uma simulação e este negócio é, nos termos do 240º/2, nulo. No entanto, a simulação é relativa e esconde um negócio que as partes quiseram mesmo celebrar (compra e venda por 220.000€). A sua validade não é prejudicada pela nulidade do negócio simulado (241º/1), mas este é um negócio dissimulado de natureza formal (para o qual a lei exige forma especial, neste caso, escritura pública). Ora, sendo à partida inválido por falta de forma, podemos aproveitar a forma do negócio simulado para o tornar válido (por aplicação analógica ao 241º/2 do 238º/2 e do 221º), visto que o elemento sobre o qual se verifica a divergência entre negócios simulado e dissimulado (preço) não é aquele em razão do qual a lei exige forma especial. Sendo válido por aproveitamento de forma, devemos olhar à sua substância. Existe ainda quanto ao preço uma divergência, esta já não intencional e formulada por Berto, no preço pelo qual este compraria o imóvel. Esta divergência não é um erro de escrita pois segundo o 249º este teria de dar condições ao declaratório de se aperceber do erro no contexto em que a declaração é proferida. Tendo sido enviada carta, tal não era possível de perceber da parte de Asdrúbal. Devemos seguir para o 247º, mas os seus requisitos também não estão cumulativamente cumpridos (o elemento sobre o qual recai o erro até pode ser essencial para Berto, mas esta essencialidade não é conhecida ou deve ser por Asdrúbal), pelo que o negócio é válido e leva ao pagamento, da parte de Berto, de 220.000€.

2. No entanto, devemos ainda olhar para o facto de Berto ter sido coagido na emissão da sua declaração por Dimas. Esta coacção efetuada por meios físicos é ainda assim moral, uma vez que as manobras físicas não levaram directamente a emissão da declaração por Berto. Assim devemos aplicar os artigos 255º e 256º e considerar que Berto emite a declaração sob coacção moral, coacção esta provinda de terceiro o que torna o negócio anulável na medida em que o mal causado em Berto é grave (ameaça à sua integridade física) e consuma-se.

É ainda inserida por Berto uma cláusula acessória no contrato (que se assume foi aceite por Asdrúbal, que foi tratar da substituição do ar condicionado com Célio) que sujeita produção dos efeitos jurídicos do contrato entre eles celebrado a um certo momento (um prazo de 8 dias que sendo formalmente um termo é substancialmente uma condição visto que a substituição do ar condicionado pode não acontecer é um facto futuro e incerto ainda que sujeito a prazo). Nos termos do 270º, este só produz efeitos e vincula Berto quando Asdrúbal proceder à substituição do ar condicionado, consumando a condição suspensiva a que subordinou o conteúdo contratual. **Concluindo, por muito que Asdrúbal tenha razão quanto ao preço a pagar por Berto, este último não está obrigado a tal prestação pois o negócio é**

por ele anulável (287º) e o contrato é ineficaz porque subordinado a uma condição suspensiva que ainda não se verificou.

Nota: O Prof. Lacerda Barata considerou a condição resolutiva ou seja que o contrato tem uma validade precária até que não se verifique a substituição do ar condicionado. Não concordo visto que nesse caso se verificaria uma sujeição dos efeitos jurídicos do negócio não a um facto, mas à não verificação deste o que, não obstante o artigo 275º, que me parece grassar de incerteza acrescida este negócio e não se coadunar, assim, com a vontade das partes, até porque Berto não se considera vinculado até que o facto aconteça e não, pelo contrário e se esta fosse uma condição resolutiva, vinculado até que a substituição acima mencionada aconteça.

59. Exame

2. Por razões não inscritas no programa da disciplina, Bruno é o legítimo proprietário da viatura. Vende-o, por pleno direito a Dimas. Em relação à forma, o contrato é válido até por excesso de forma (documento escrito quando bastava ser celebrado oralmente), tendo Berto optado espontaneamente por esta forma mais graduada do que a exigida por lei (forma voluntária no âmbito do artigo 222º). Nesse sentido e por virtude do 222º/1, a convenção posterior sendo verbal e simultânea ao contrato, é válida, pois este corresponde à vontade das partes e a lei não as sujeita à forma escrita. Quanto à substância, Dimas está em erro quanto à representação da realidade, erro este simples e não causado por dolo. Este erro incidindo sobre a pertença do veículo e não sobre as suas características é um erro sobre os motivos determinantes da vontade, do âmbito do artigo 252º. É pressuposto unilateral da decisão de contratar de Dimas e Bruno não se aproveita do facto de ele só contratar naquelas circunstâncias (podia ter vendido o carro por aquele preço a outras pessoas e este continuou estruturalmente apto a prosseguir o seu fim), pelo que devemos aplicar o artigo 252º/1, atinente aos outros motivos determinantes da vontade. Ora, os requisitos do 252º/1 não estão cumpridos visto que ainda que esta seja uma questão essencial a Dimas, esta essencialidade não é reconhecida por acordo por Bruno, que aliás até considera esta circunstância irrelevante. O contrato é válido e Dimas não pode reclamar a devolução do preço.

3. Dimas tem razão nos seus argumentos, visto que as partes ainda que formalmente cumprindo os requisitos do 222º, subordinaram o negócio à verificação de um facto futuro e incerto, uma condição **(para ver querela entre se esta condição é suspensiva ou resolutiva ver exercício acima)**. No entanto, esta condição é ilícita (visto que a projeção da integridade física de Élio é contrária à ordem pública e aos bons costumes) e nos termos do 271º/1 torna o negócio nulo, levando segundo o artigo 289º a uma obrigação de restituir o preço da parte de Bruno. Mais a mais, Dimas entrega o preço sob ameaça de Bruno, no entanto esta não é coacção moral, pois ainda que o processo de ameaça para extorquir um comportamento de Bruno possa ser ilícito, este é da parte de Bruno apenas a ameaça do exercício normal de um direito nos termos do 255º/3, pelo que não existe qualquer coacção moral. **No entanto, e em suma o negócio é nulo por subordinação a uma condição ilícita pelo que Dimas deve ver-se-lhe restituído o preço já pago, ainda que não por qualquer vício na representação da realidade ou da sua tomada de decisão.**

60. Exame

1. Em primeiro lugar, importa dizer que não me parece que exista uma expectativa de B que mereça ser tutelada pelo Direito aos olhos da boa-fé. Existe uma situação de confiança e houve indelevelmente um investimento na mesma; mas esta confiança não é razoável ou imputável a A, que apenas aferiu o interesse de B deixando explicitamente que apenas talvez

venderia o carro. Nada deve A, portanto, a B, até porque não há uma aceitação final de A que leve a uma concordância de declarações negociais e a um posterior contrato. Se acaso existisse negócio, em nada obstaria à sua validade o facto de B querer perseguir um fim ilícito. Aliás, este só seria juridicamente relevante e susceptível de ditar a nulidade do negócio se fosse comum a ambas as partes, nos termos do 281º, o que não se verifica.

2. O negócio podia ser anulado por César nos termos do 257º. A decisão de César de contratar não foi de facto suficientemente livre quanto ao exercício da sua vontade e ainda que se pudesse falar de usura (fruto do estado de embriaguez de César não ser enorme ao ponto de o incapacitar gravemente, apenas um estado de ligeireza) a verdade é que não existe um aproveitamento de Bruno em obter benefícios excessivos ou injustificados à custa deste estado. **Aliás ainda que César não estivesse na posse de todas as suas faculdades, não me aparece que o seu nível de embriaguez o impedisse de entender o sentido da sua declaração ou de ter o livre exercício da sua vontade ao ponto de este facto ser notório para Bruno, pelo que os requisitos de verificação do 257º não se verificam, o negócio é válido e César deve indemnizar Bruno.**

3. Ora existe entre Dino e Alfredo um negócio celebrado que corresponde a uma divergência intencional e pactuada entre os dois (acordo pactuado) com o intuito de enganar terceiros (neste caso a mulher de Dino). Estamos, porém, perante um negócio simulado (compra e venda de automóvel por 20.000€) que é, nos termos do 240º/2, nulo. No entanto, este pretende ocultar um negócio que as partes desejaram celebrar, um negócio dissimulado, cuja validade não, nos termos do 241º/1, prejudicada pela nulidade do simulado. Não existindo problemas de forma (por falta de exigência legal, sendo que aliás o contrato é celebrado através de forma voluntária, nos termos do 222º, uma forma mais graduada que a exigida por lei que as partes adotaram espontaneamente na celebração do contrato) nesse sentido, o negócio de compra e venda do automóvel por 35.000€ é à partida válido, faltando uma análise à sua substância. Nesse prisma, Dino representa mal a realidade, existindo uma desconformidade entre a realidade e o entendimento que Dino tem dela. Este erro, não sendo causado por dolo é espontâneo e incide sobre os outros motivos determinantes da vontade do artigo 252º/1, visto que se reporta à pertença da coisa transaccionada (e não à coisa propriamente dita); e que é pressuposto unilateral da decisão de contratar de Dino. No entanto os requisitos para a sua aplicação não se verificam, pois por muito que é facto seja essencial para Dino a sua essencialidade não é reconhecida por acordo da parte de Alfredo, não existe uma conformação com as consequências negativas que possam advir de um possível erro de Dino sobre aquele elemento.

61. Exame

2.

Nota: Resolução muito semelhante ao exercício 60/3 (imediatamente acima) pelo que será mais sucinta

Em primeiro lugar, Élio representa mal a realidade, sem dolo; o seu erro de vício simples incide sobre os outros motivos determinantes da vontade (252º/1) e os seus requisitos não estão reunidos, faltando da parte de Dimas um reconhecimento acerca da essencialidade do elemento sobre o qual recai o erro, pelo que o negócio é válido. Acresce a isto que cumpre os requisitos de forma do 875º (celebrado por documento particular autenticado). No entanto, existe uma divergência intencional entre a vontade real e declarada das partes que cumpre todos os requisitos para que haja simulação, sendo por isso o NJ de CV do imóvel por 200.000€ nulo (art. 240º). No entanto, existe um negócio dissimulado à partida válido (241º/1), mas de natureza formal (241º/2), mas tornado válido por aproveitamento de forma do negócio simulado, por aplicação analógica do artigo (238º/2 e 221º). Não estando este negócio viciado

quanto à representação da realidade de Élio como vimos acima, este está obrigado ao pagamento de 280.000€ e não se pode subtrair aos efeitos do contrato, até porque Dimas lhe pode opor a simulação por virtude do artigo 242º/1.

62. Exame

2. A Crédibom (na pessoa do seu gerente no qual se devem verificar os estados subjectivos relevantes para efeito de falta ou vícios da vontade conforme prescrito no artigo 259º) não toma a decisão que preside à sua declaração negocial de forma livre, sendo coagida por Beltrão. Ainda que por meios físicos, estes não concorrem directamente na emissão da declaração, antes são veículos através dos quais Beltrão extorque uma declaração da sua contraparte. O negócio é assim e nos termos dos artigos 255º e 256º anulável por coacção moral cuestado.

3. Em primeiro lugar Adílio não tem razão na sua pretensão visto que existe uma divergência intencional e pactuada entre as partes que se reporta às suas vontades real e declarada, que diferem com o intuito de enganar terceiros. Ainda que Adílio se faça prevalecer do valor inscrito no documento particular autenticado, pode Dino opor-lhe a simulação que de facto existe (240º e 242º/1) e nesse sentido recusar-se à devolução do valor recebido, uma vez que este corresponde a um negócio dissimulado válido quanto à forma por aproveitamento da do simulado (*ver no ex. 60/3 e 241º/2, 238º/2 e 221º*) e válido quanto ao seu conteúdo, uma vez que o fim ilícito que Dino visava alcançar com este negócio não era comum às partes do contrato (aliás Adílio atrofia com o bacano), pelo que o negócio não padece de qualquer vício quanto ao seu conteúdo negocial, nos termos do 281º.

63.

1ª Hipótese: A procuração é, à partida, válida (262º) e existindo permite que Bártolo seja habilitado com poderes de representação de Anacleto nos termos do 258º, tornando qualquer negócio praticado com respeito por aqueles poderes como plenamente eficaz para todas as partes envolvidas (A, B e C). No entanto, Bártolo pratica um negócio oneroso (939º) que não envolve um pagamento em dinheiro a Anacleto. Ora, para perceber se Bártolo age dentro dos limites que lhe foram atribuídos ou não devemos interpretar a procuração segundo as regras normais de interpretação (236º), colocando-nos na posição do terceiro comprador (Celso) ao satisfazer o ónus do 260º e conhecer a procuração de Bártolo. Se este ao satisfazer em abstracto o ónus tivesse constatado uma falta de poderes de Bártolo para a prática daquele negócio e mesmo assim o tinha celebrado, o negócio deverá ser ineficaz em relação a Anacleto, protegendo o representado pela falta de diligência em conhecer a procuração ou por uma atuação de má-fé de Celso; se mesmo satisfazendo o ónus do 260º Celso não conseguisse perceber que Bártolo não estava habilitado para aquele negócio, então deve ser C a ser protegido mantendo-se o negócio eficaz para todas as partes envolvidas. Ora, parece-me que segundo o 236º um declaratório típico colocado naquela situação típica interpretaria “vender a vivenda) como uma ordem para que o imóvel de Anacleto fosse vendido em troca de dinheiro, celebrando-se um verdadeiro contrato de compra e venda de imóvel; assim sendo Bártolo se leu a procuração perceberia que Anacleto não estava habilitado para aquele negócio; se não a leu atuou com uma falta de diligência que não pode ser sancionada pelo OJ, pelo que a protecção neste caso deve ser dada a Anacleto, subtraindo-se este último aos efeitos do contrato celebrado tornando-o ineficaz nos termos do 268º (salvo se Anacleto ratificar o contrato), uma vez que Bártolo agiu sem poderes de representação.

2ª Hipótese: Assume-se aqui que Anacleto não indicou o preço pelo pretendia que a vivenda fosse vendida na procuração. Nesse sentido e satisfazendo o ónus do artigo 260º, o terceiro

adquirente nunca teria conseguido perceber que Bártolo estava a agir com infidelidade ao representado ao celebrar aquele negócio. Sendo a atuação de Bártolo inserida dentro dos limites formais da procuração e dos poderes de representação a ele atribuídos, existe no entanto e em consequência do raciocínio acima apresentado uma atuação do representante que se desvia dos limites imanentes aos seus poderes, existe pois um abuso de poderes de Bártolo que, nos termos do 269º só determina a ineficácia do negócio se o terceiro adquirente conhecesse ou devesse conhecer o abuso o que não se verifica. O negócio é por isso plenamente eficaz nos termos do 258º, porque Anacleto correu o risco de escolher Bártolo para seu representante não tendo, em última instância, controlado eficazmente a sua atuação.

3ª Hipótese: Estamos perante um negócio do procurador (agindo em nome de Anacleto) consigo mesmo, pelo que devemos aplicar o artigo 261º. Não está excluída neste caso a possibilidade de um conflito de interesses na atuação de Bártolo uma vez que este tem uma amplitude de poderes suficiente para se beneficiar a si no processo de aquisição do imóvel em detrimento de outros interessados. Por isso, a não ser que Anacleto tenha especificamente consentido na celebração deste negócio (o que não aconteceu) o negócio é anulável por si no prazo de um 1 ano a partir do momento em que conhece a utilização dada à procuração por Bártolo (287º).

4ª Hipótese: Em primeiro lugar, e aferindo a validade da procuração esta não reveste a forma exigida por lei, uma vez que o artigo 262º/2 prescreve que a procuração deve ser outorgada na forma exigida para o negócio a realizar através da procuração. Ora se o contrato cuja celebração a outorga da procuração visava era um contrato para o qual a lei exige escritura pública ou documento particular autenticado, a procuração deveria revestir uma forma consentânea, o que não se verifica, pelo que será então nula por falta de forma, nos termos do 220º e 286º. Além do mais, Bártolo age sem qualquer procuração, estando em falta de poderes, o que torna o negócio celebrado por ele com Dimas ineficaz para Anacleto nos termos do 268º e ainda anulável por Anacleto na medida em que Bártolo, representante no qual se devem verificar os vícios da vontade que importem anulabilidade de negócios celebrados com poderes de representação (259º), toma uma decisão não livre uma vez que momentaneamente incapacitado de exercer livremente a sua vontade nos termos do 257º, supondo nós que o seu estado de embriaguez era notório para Dimas. Não há qualquer maneira de o negócio celebrado entre B e D seja válido, sofrendo de vícios de diversa índole.

5ª Hipótese: Antes de mais Bártolo tem capacidade para agir em nome de Anacleto, visto que para tal não necessita de ser maior, apenas de, nos termos do artigo 263º, possuir mera capacidade de entender e querer. Mais a mais, e ainda se tenha feito substituir pelo seu pai nos termos do 264º (assumindo que Anacleto consentiu nesta substituição), este ato não importa a exclusão de Bártolo enquanto procurador primitivo que, assumindo que não existe qualquer disposição legal em contrário, pode a qualquer momento chamar os poderes de representação de novo a si (regra geral de reserva pelo procurador no 264º/2). O negócio é, pois, válido.

6ª Hipótese: Ainda que tenha existido uma procuração que atribuía poderes de representação a Bártolo e que cuja prova foi feita a Flávio nos termos do 260º, a verdade é que antes da celebração do negócio em causa, Anacleto revogou a procuração, ato que pode fazer livremente, correspondendo nos termos do 265º/2 a um direito potestativo do representado de extinção da procuração. Nestes termos, Bártolo não pode assinar a escritura em nome de Anacleto (já não tem os poderes conferidos ao abrigo do 258º e 262º), que pode assim obstar se o desejar à prática do negócio acordo entre Flávio e Bártolo já que este ainda não possui os requisitos formais exigidos por lei.

7ª Hipótese: Gil não pode agir em nome de Anacleto, uma vez que se Bártolo morreu, a relação jurídica que servia de base à procuração deixa de existir por morte de uma das partes, pelo que a procuração caduca (265º/1). Teria Anacleto de ter substituído expressamente Bártolo pelo seu filho Gil ao outorgar-lhe uma nova procuração ou ao ratificar o negócio celebrado por Gil nos termos do 268º/1, uma vez que, para todos os efeitos Gil atua em falta de poderes de representação.

64.

1. Adélio outorgou uma procuração (262º) a Bráulio e, assumindo que estão cumpridos os requisitos formais do 262º/2 (até porque sendo a procuração um negócio jurídico unilateral basta a assinatura do representado para que esta se torne perfeita enquanto negócio jurídico), esta atribui a Bráulio plenos poderes de representação nos termos do 258º. Ora, para lá da procuração e das instruções nela inseridas, Adélio dá a Bráulio em fase posterior instruções privadas quanto ao pagamento do preço e à entrega da coisa, instruções estas que não foram cumpridas por Bráulio aquando do negócio celebrado por este com Celso em nome de Adélio. Estando a atuação de Bráulio dentro dos limites formais da procuração nos termos do 258º e percebendo que mesmo que Celso tivesse satisfeito o ónus do 260º e conhecido a procuração nunca detectaria a infidelidade Bráulio ao seu representado, estamos perante uma situação de abuso de poderes (269º) que só importa a ineficácia do negócio se Celso conhecesse o abuso de Bráulio, o que não se verificando neste caso, faz com que o contrato celebrado entre Adélio e Celso por meio de Bráulio seja plenamente válido aos olhos do 258º. Celso tem razão nas suas pretensões e pode entregar o preço em prestações.

2. Dimas possui um direito de pedir a indemnização a Celso pelos danos causados na sua loja e exerce-o dentro dos seus limites formais ao instaurar uma acção nesse sentido em tribunal. No entanto, devemos aferir se, tendo previamente garantido a Celso que não o faria, Dimas exerce este direito de forma manifestamente desconforme ao que é imposto substantivamente pelo ordenamento jurídico, nomeadamente pela boa-fé objectiva. Para tal devemos considerar se a confiança gerada em Celso por Dimas merece ser tutelada pelo Direito preenchendo os requisitos para tal. Ora, (i) existe efectivamente uma situação de confiança de Celso, (ii) sendo esta confiança imputável a Dimas pelo seu telefonema a Celso. Esta confiança de Celso é (iii) altamente razoável não só pelo conteúdo do telefonema, mas pelo decurso do tempo durante o qual Dimas não exerceu o seu direito. Além disso, (iv) Celso age confiante de que não irá ser colocado em tribunal por Dimas, existindo um investimento na confiança que possui, que ainda que seja ténue é compensado, no meu entender pela intensidade da razoabilidade e imputabilidade da confiança a Dimas. Dimas age em *venire contra factum proprium* e até em *supressio*, sendo que o mais importante é afirmar que age abusivamente no exercício de um seu direito nos termos do artigo 334º, pelo que o tribunal deve obstar a conhecer a acção proposta por Dimas, paralisando-lhe neste caso em concreto o exercício do direito que lhe assiste, como modo de reacção ao exercício abusivo e de má-fé do mesmo.

65. Estamos perante um caso típico de abuso de direito na sua modalidade da inalegabilidade formal. Com efeito, o contrato celebrado entre os dois é nulo por falta de forma (220º), podendo Flávio ou mesmo Gualdino arguir a sua nulidade. Flávio possui assim um poder (situação jurídica ativa) que exerce dentro dos seus limites formais. Devemos apenas aferir se o seu exercício é contrário à boa-fé objectiva frustrando uma confiança tutelável pelo direito de Gualdino. Ora, existe uma situação de confiança de Gualdino e um investimento na mesma, tendo atuado durante alguns meses enquanto proprietário do terreno. Ainda que Gualdino tenha prescindido do ordenamento jurídico para sanar a invalidade do contrato, a verdade em tendo este mostrado a sua apreensão a Flávio, recebeu uma resposta de alguém entendido em

Direito de que não existiriam quaisquer problemas quanto ao modo como o contrato foi celebrado. É por isso imputável a Flávio esta confiança e extremamente justificado que Gualdino deposite a mesma em Flávio fruto dos seus conhecimentos em Direito e do facto de este lhe ter assegurado que não teria nenhum problema quanto à forma do contrato (se lhe dissesse que existia um problema mas que nunca o levantaria, já estaríamos numa situação em que Gualdino prescindiu claramente do OJ não sendo a confiança justificada ou intensamente imputável a Flávio, estando nós no mínimo numa situação de fronteira que afastaria a hipótese de abuso). Neste sentido e nos termos do 334º o exercício do poder de arguir a invalidade do contrato da parte de Flávio é abusivo e contrário à boa-fé objectiva pelo que deve ser paralisado pelo tribunal ao não conhecer a acção proposta por Flávio.

66. Existe na esfera jurídica de Nuno uma confiança de que Manuel nunca exercerá o seu direito de exigir o pagamento do capital emprestado. Esta confiança é fruto sobretudo do decurso do tempo e de uma omissão de Manuel que no contacto regular com Nuno e durante 19 anos nunca suscitou de novo a questão, o que torna a confiança de Nuno justificada e o investimento sobre essa mesma confiança, uma realidade de importância significativa (uma vez que Nuno atuou este tempo todo seguro de que Manuel nunca exerceria o seu direito). Estamos perante um caso de *supressio*, em que ainda que exista uma imputabilidade ténue da confiança de Nuno a Manuel (porque esta advém de uma omissão do último), a sua razoabilidade e investimento subjacentes são de enorme dimensão fruto do tempo decorrido, visto que a tutela da confiança dos sujeitos no Direito é um sistema móvel que permite colmatar a fraca intensidade de algum dos seus requisitos pela incomum intensidade de outros pressupostos desse mesmo sistema. Não pode por isso Manuel exercer o seu direito legitimamente aos olhos do 334º, devendo o tribunal recusar-se a conhecer a acção proposta por ele.

67. Existência de abuso de direito na modalidade *surrectio*, fruto do decurso do tempo e da prática de certos atos por Melância que fazem crer a Bruno que este nunca vai exercer o direito, o que preenche o requisito da imputabilidade e da razoabilidade da confiança de forma suficiente para preencher o 334º. Paralisa do direito de Melância pelo tribunal.

68. Existe com efeito uma situação jurídica ativa da parte de Daniel em exigir o cumprimento da obrigação nos termos da cláusula contratual, exercida dentro dos seus limites formais. No entanto, existe uma desconformidade manifesta entre a forma como o direito é exercido e a atuação de um homem honesto, sério, razoável que não atende só ao seu interesse mas também ao dos outros, um sujeito que se rege pela boa-fé enquanto cláusula geral da sua postura no cumprimento de um contrato. A modalidade da boa-fé que se encaixa neste caso é a da primazia da materialidade subjacente. Daniel, enquanto homem razoável e provido de boa-fé deve atender à substância do contrato celebrado mais do que à forma do mesmo e perceber que a sua exigência de que a coisa seja entregue no Japão desfuncionaliza a situação jurídica que lhe permite fazer tal exigência, ao criar um benefício mínimo no seu titular à custa de um sacrifício excessivo no devedor (entregar a coisa no Japão ou em Portugal fará pouca diferença a Daniel mas muita diferença a Carlos, que aliás se recusa a satisfazer a pretensão do daquele). Nesse sentido existe uma situação de desequilíbrio no exercício do direito da parte de Daniel que o torna abusivo à luz do artigo 334º, devendo paralisar-se esta situação jurídica ativa, obstando ao seu exercício e satisfazendo a pretensão de Carlos.

72. Existência de abuso de direito (334º) na modalidade da tutela de confiança, por via de uma inalegabilidade formal da nulidade do contrato da parte de Inácio, que garantiu a Hortense que o contrato não precisava de qualquer forma especial. Existe assim uma confiança jurísgena de Hortense que merece ser protegida e que não pode assim frustrada por Inácio.

91. À partida tanto as vacas como os tractores são coisas acessórias da herdade, coisas móveis afetas de forma duradoura ao serviço da herdade enquanto coisa principal, mas não ligadas materialmente a ela com carácter de permanência, pois não ficam marcas significativas da retirada destas coisas na herdade. Mais a mais, interpretando o contrato de compra venda da herdade segundo as regras de interpretação do 236º e seguintes concluo que um declaratório típico colocado na situação típica em que Felisberto se encontrava nunca consideraria que a venda da herdade abrangesse coisas acessórias móveis a ela ligadas, numa universalidade de direito que agregaria a os bens e situações jurídicas ligadas comumente à herdade, visto que o valor da herdade enquanto coisa principal é o de propiciar um aproveitamento dos seus recursos enquanto coisa imóvel e com potencial para ser explorada, nunca necessariamente derivando das coisas móveis que alguém usou para outrora a explorar. Se, no entanto, mesmo assim se considerasse que Felisberto tinha direito à exigência da entrega desses bens, então poderíamos considerá-la uma exigência abusiva, fruto de uma confiança de Ernesto legitimada na boa-fé, justificada à luz do comportamento de Felisberto, imputável a ele e que levou a um investimento de Ernesto com base neste pressuposto o de receber o preço pela herdade e de ver o contrato ser cumprido; tais factos tornam a atuação superveniente de Felisberto contraditória aos olhos do artigo 334º, constituindo da parte dele um abuso de direito que deve ser paralisado pelo tribunal perante o qual é apresentada a acção.

92. Importa saber se a antena parabólica e o aparelho de ar condicionado são partes integrantes ou coisas acessórias da casa enquanto coisa principal. **Serão partes integrantes e abrangidas pelo negócio sobre a casa as coisas móveis que afetas duradouramente à casa estão ligadas materialmente a ela de tal modo que retirando-se as mesmas da coisa principal causam-se marcas indeléveis e significativas na coisa.** Nesse sentido parece-me que a antena parabólica se enquadra nesta definição e não pode ser retirada da casa por Artur, por pertencer ao imóvel com cariz de permanência como estatui o artigo 204º/1, e). No entanto, o ar condicionado, ainda por cima sendo de um aparelho da mesma é uma coisa acessória e não deve ser objeto do negócio, nos termos do 210º/2. Artur tem razão parcialmente, quanto ao ar condicionado.

93. Pela mesma técnica de destrinça patente no exercício anterior entre partes integrantes e coisas acessórias, podemos chegar à conclusão de que Daniel está obrigado a satisfazer a pretensão de Celso visto que, tanto, o pneu sobresselente como o auto-rádio não podem ser separados do carro sem nele deixarem marcas significativas, são partes integrantes do mesmo e devem ser incluídos num negócio que tenha como objeto a coisa principal a que estão ligadas, por interpretação *a contrario* do 210º/2.

94. Se o painel de azulejos foi vendido como coisa autónoma, assume-se que pode ser separado da coisa principal sem a danificar. Nesse sentido, mesmo que tenha estado sempre afeta à ornamentação de uma coisa principal, não está materialmente ligada à coisa principal com carácter de permanência pelo que pode ser transaccionada individualizadamente. Nesse sentido, Aniceto entrega a coisa imóvel a Cipriano, mas o azulejo, enquanto coisa acessória da casa e estando fora do objeto do negócio entre A e C, é de Bonifácio e apenas tem de ser por ele levantado.

96. Exame

2. Com efeito e pelos mesmos critérios dos dois exercícios anteriores o auto-rádio é parte integrante do carro e não podia em condições normais Anízio retirar o auto-rádio do carro e não o entregar a Dimas, por aplicação *a contrario* do 210º/2 (pode-se também assumir que o auto-rádio seja coisa acessória do veículo, tudo depende da interpretação). Dimas tem, por isso, direito à entrega de todos os componentes do automóvel que sejam partes integrantes, mas este direito pode ser quiçá exercido de forma abusiva por Dimas, agindo

contraditoriamente face à confiança gerada pelas circunstâncias em Anízio. Para existir abuso de direito nos termos do 334º a confiança gerada em Anízio deve ser justificada, imputável a Dimas e ter existido investimento de Anízio nessa confiança. Assume-se que o investimento existe, na medida em que até à reclamação de Anízio este dispôs com segurança do bem, esta confiança é imputável a Dimas fruto de uma omissão do próprio nesse sentido, pelo que a razoabilidade da confiança teria de ser muito intensa para compensar a falta da mesma nos outros requisitos, até porque a desconformidade da atuação de Dimas com a boa-fé deve ser manifesta. Ora, só se tiver decorrido muito tempo sem que Dimas nada dissesse é que se podia aventar esta possibilidade, uma vez que não me parece que a mera não reclamação constitua razão suficiente para preencher o sistema móvel da tutela confiança. Com efeito, tendo passado um ano e meio sem que Dimas nada dissesse, parece-me que está decorrido tempo suficiente para tornar a confiança de Anízio justificada, tornar a acção de Dimas contraditória aos olhos do 334º e obstar a que este leve avante a sua pretensão. Mas não pode Anízio apenas apresentar o fundamento que Dimas nada fez no momento da entrega do veículo, pois aí estaríamos perante uma situação de fronteira que pela exigência de uma desconformidade manifesta com a boa-fé do 334º inviabilizaria a classificação do exercício do direito de Dimas como abusiva.

97. Exame

1. Apenas versarei sobre a questão de B alegar vício de forma do negócio, pois apenas esta questão faz parte do programa da cadeira. Com efeito, o documento escrito com que A e B celebraram o negócio de compra e venda de imóvel teria de ser autenticado ou exarado no notário para tornar o negócio válido quanto à forma. Não se verificando tal pressuposto, o negócio é nulo por falta de forma (220º). Mas será que o poder de arguir a nulidade do negócio (286º) é exercido de forma lícita por B à luz do artigo 334º? Ora, estamos perante a necessidade de sondar a boa-fé e o sistema da tutela de confiança gerada em A. Esta existe é imputável a B e justificada na medida em que este garantiu a A que não existia qualquer ilegalidade. Além disso, existe um investimento de A nesta confiança que possui agindo como proprietário do imóvel em causa. As pretensões de B não são, por isso procedentes. Estamos perante um caso típico de inalegabilidade formal.

2. A não tem razão visto que o móvel não estava afeto materialmente ao serviço do sistema de som. No entanto a destrição entre partes integrantes e coisas acessórias (ver exercícios acima) depende aqui da consideração do modelo do sistema de som. Eu considero que regra geral o móvel será coisa acessória do sistema de som e que por isso a C-Som apenas está obrigada a entregar a aparelhagem, mas existem certos sistemas que se encontram ligados ao móvel de tal forma, que separando-se as duas coisas, deixar-se-ia marca indelével na aparelhagem. O direito aplicável reside no artigo 210º.

3. A passa uma procuração a D, que não exige forma especial e por isso é válida nos termos do artigo 262º conferindo a D poderes de representação para pagar à C-Som. No entanto, parece-me que a natureza da actividade de D não consubstancia um caso de representação voluntária em que o representante está circunscrito a certos limites mas tem margem de manobra para decidir em nome do representado, mas antes um caso material de nunciatura em que D se limita a executar uma acção que lhe foi pré-ordenada. No entanto, fosse este um caso de representação ou de nunciatura, a verdade é que D age, ao assinar uma declaração de dívida em nome de A, com falta de poderes de representação (268º). Esta conclusão seria lógica e óbvia no caso de uma nunciatura e no caso de representação “castigaria” a falta de diligência da C-Som em averiguar os limites da procuração conferida a D (pois satisfazendo o ónus do 260º perceberia que este não se considerava habilitado à prática de tal ato) ou ao conhecimento da falta de poderes de D tendo à mesma praticado um negócio com um

representante não habilitado para a celebração do mesmo. Protege-se assim o representado, A, nos termos do 268º tornando o negócio jurídico (assinatura da declaração de dívida) ineficaz em direcção a este.

98. Exame

2. Muito provavelmente o saco onde estava a bandeira era uma coisa acessória da coisa móvel (205º) principal (**ver destrinça com partes integrantes no ex.: 92**). A coisa acessória não pode assim ser objeto de um negócio que envolva a coisa principal (210º/2) salvo se o Esférico o tivesse declarado, o que não se verifica, pelo que a razão está do lado da associação desportiva.

3. Ana sustenta que não deve indemnizar Dino, pois este gerou-lhe uma confiança ao garantir-lhe que a agressão de Ana estava esquecida que não pode ser agora frustrada legitimamente por Dino ao exigir agora uma indemnização à luz do artigo 334º. Existindo esta situação de confiança e um investimento ténue de Ana sobre a mesma (apenas se limitou a continuar a sua vida); e mesmo que a confiança de Ana seja imputável a Dino pelo compromisso que este assumiu; a verdade é que a confiança não é justificada, pelo menos num grau que justifique o preenchimento completo do sistema da tutela da confiança, uma vez que Ana se limitou a prescindir do ordenamento jurídico ao confiar apenas numa aceitação de um pedido de desculpas de Dino. Mesmo que se possa concluir pela razoabilidade da confiança estabelecida esta nunca seria suficiente para afastar a dúvida quanto à existência de abuso de direito, estando nós numa situação de fronteira que inviabiliza a aplicação do artigo 334º, pelo que em última instância Ana deve ser responsabilizada.

99. Exame

1. Estamos perante um caso de representação voluntária, tendo Adílio passado, para o efeito, uma procuração a Berto no âmbito do 262º. Segundo o seu número 2 a procuração tem de ser outorgada na forma do negócio cuja celebração a utilização da procuração visa, e neste caso estão reunidos os pressupostos da validade formal da procuração, visto que por interpretação *a contrario* do 875º e da conjugação do 219º com o 205º/1 vemos que existe liberdade de forma na transacção de coisas móveis. Para além disso, nos termos do 263º Berto pode ser procurador enquanto menor, sendo este uma exceção à incapacidade de exercício dos menores de que fala o artigo 127º/1 *in fine*. No entanto, Berto age em infidelidade face ao seu representado pelo que devemos aferir se esta atuação (desrespeitar o modo de pagamento exigido por Adílio indicado verbalmente a Berto, numa estipulação posterior que é válida à luz do 221º/2) constitui um ato sem poderes de representação ou um abuso de poderes. Ora, se acaso Celso satisfizesse ainda que em abstracto o ónus do 260º de exigir a Berto que faça prova dos seus poderes, mesmo assim não conseguiria perceber que Berto não estava habilitado à prática do supramencionado ato; pelo que deve ser protegido segundo o 269º, desconhece o abuso de poderes em que Berto incorre, desviando-se dos limites imanentes à sua atuação. O negócio é assim eficaz e vale para Adílio enquanto representado nos termos do 258º, que não merece a protecção do OJ pois correu o risco de outorgar uma procuração Berto e não controlou eficazmente a sua atuação.

3. **Ver exercício 92.** Aparelho de ar condicionado, ainda por cima sendo portátil é coisa móvel (205º) acessória do apartamento enquanto coisa imóvel (204º) principal, não devendo ser objeto do contrato assinado entre Adílio e Élio, por virtude do 210º/2. Élio tem razão na sua pretensão de não entregar o supramencionado aparelho.

100. Exame

1. Anízio outorga uma procuração em favor de Celso para que este assinasse o acordo com Bino. Ora se pela idade de Celso ou pela existência apenas da sua declaração negocial na procuração, Anízio não podia arguir a invalidade da procuração (*vide* 264º e procuração é NJ unilateral); a verdade é que não estão cumpridos os requisitos do 262º/2, uma vez que se o negócio foi celebrado por escrito a procuração teria de revestir esta forma também. Sendo só verbal, seria então nula por falta de forma nos termos do 220º, pelo que Celso atuaria assim sem poderes de representação aquando da assinatura do acordo (268º). **Mas embora tenha sido celebrado por escrito este negócio não é um negócio para o qual lei exija forma mais graduada, regendo-se pela liberdade de forma do 219º, pelo que mesmo assim a procuração é válida quanto à forma.**

No entanto, Celso age em infidelidade face ao representado incluindo uma cláusula para cuja celebração não estava habilitado. Bino devia ter sido diligente ao ponto de satisfazer o ónus do artigo 260º obrigando Celso a fazer prova dos seus poderes. Aí perceberia que ele não podia celebrar aquela cláusula pelo que não pode ser protegido pelo OJ. Celso atua, assim, com falta de poderes de representação (268º) sendo que a supramencionada cláusula não vincula Anízio e este pode reagir judicialmente quanto à publicação da fotografia, mas não da reportagem, a qual concordou em divulgar por meio de Celso ao abrigo do artigo 258º.